



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA

LEONARDO DA SILVA TORII

**O GUARDIÃO DA MEMÓRIA DO ESTADO DO PARÁ:
ACESSO À INFORMAÇÃO E POLÍTICA NA CRIAÇÃO DO *ARQUIVO*
*PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ (1894-1906)***

BELÉM

2016

LEONARDO DA SILVA TORII

O GUARDIÃO DA MEMÓRIA DO ESTADO DO PARÁ:
ACESSO À INFORMAÇÃO E POLÍTICA NA CRIAÇÃO DO *ARQUIVO PÚBLICO*
DO ESTADO DO PARÁ (1894-1906)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, da Universidade Federal do Pará, como exigência parcial para obtenção do título do Mestre em História Social da Amazônia.

Orientadora: Profa. Dra. Magda Ricci

BELÉM

2016

LEONARDO DA SILVA TORII

**O GUARDIÃO DA MEMÓRIA DO ESTADO DO PARÁ:
ACESSO À INFORMAÇÃO E POLÍTICA NA CRIAÇÃO DO ARQUIVO PÚBLICO
DO ESTADO DO PARÁ (1894-1906)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará, como exigência para obtenção do título do Mestre em História Social da Amazônia.

Orientadora: Profa. Dra. Magda Ricci

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Magda Ricci – Orientadora (PPGHIST/UFPA)

Prof. Dr. Aldrin Moura de Figueiredo – Avaliador Interno (PPGHIST/UFPA)

Profa. Dra. Maria de Nazaré Sarges – Avaliador Interno (PPGHIST/UFPA)

Prof. Dr. Hamilton Vieira de Oliveira – Avaliador Externo (FABIB/ICSA/UFPA)

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA

Torii, Leonardo da Silva

O guardião da memória do estado do Pará: acesso à informação e política na criação do arquivo público do estado do Pará (1894-1906) / Leonardo da Silva Torii. - 2016.

Orientadora: Magda Ricci

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2016.

1. Título.

CDD 22. ed. 981.0509115

Arquivo público do Estado do Pará. 2. Arquivos públicos – Pará – História – Séc. XX. 3. Documentos arquivísticos – Pará. I.

A meus pais e irmãos, que sempre estiveram ao meu lado.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a Deus pela dádiva da vida com todas as suas sutilezas, generosidades e encantos expressados pelas pequenas demonstrações momentâneas. Fico muito grato pela possibilidade de um amadurecimento profissional por meio do uso da imaginação e das descobertas.

Meu caminho pessoal nunca foi fácil, sempre permeado de inseguranças, decepções, tristezas e frustrações com uma gama de fatos e eventos, e também pessoas. Porém, tenho uma perseverança e persistência que transforma tudo isso, como um grande desafio da qual não pode fraquejar, ou seja, sou um eterno ser irritante que adora colecionar chatices. E essa dissertação é fruto de tudo isso. Obrigado, Deus!

Minha família tem um peso fundamental nesse caminho também. Na verdade, ela sempre teve uma importância enorme em todas as conquistas e vitórias. Meu pensamento sempre estará nela. Por conta disso, agradeço imensamente a meus pais, Kaname e Eunice Torii, aos meus irmãos Evandro e Agatha Torii, e a minha cunhada Rafaela Torii. Sei que foram inúmeros momentos de paciência e compreensão com a minha irritação e pressa, mas também tenho noção que foram inúmeros momentos de plena felicidade ao lado de vocês;

Eu quero agradecer imensamente à coordenação do Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, da Universidade Federal do Pará (UFPA) pela oportunidade de estreitar novos conhecimentos, e principalmente, de investigar de forma mais aprofundada a criação do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP). Esse agradecimento se estende ao corpo técnico e aos docentes do programa;

Minha eterna gratidão à minha orientadora, Dra. Magda Ricci, que com toda sua inteligência, educação e fineza conseguiu levar os caminhos da pesquisa e da escrita desta Dissertação;

Não poderia esquecer de agradecer aos professores que participaram da qualificação desta dissertação: Dra. Maria de Nazaré Sarges e Dr. Aldrin de Moura Figueiredo, que acrescentaram informações extremamente relevantes para a pesquisa e para a redação deste texto;

Quero dedicar esta Dissertação aos funcionários do APEP. Sou servidor desta instituição desde 2007 e, como tal, sei da importância do seu acervo para a história da região e do estado.

Por isso, dedico o resultado desta pesquisa às pessoas que cotidianamente estão a serviço da sociedade no sentido de disponibilizar a informação necessária aos usuários que frequentam este APEP, em especial aos servidores do Setor de Documentação Permanente do APEP. Não poderia esquecer de todos os estagiários que passaram por este setor e que, de alguma forma, colaboraram mesmo que indiretamente para esta pesquisa;

Dedico uma atenção especial aos meus amigos que, de alguma forma, conseguiram interferir na produção desta Dissertação, mesmo que ouvindo os desabafos e compartilhando as alegrias e risadas. São amigos dos mais diferentes círculos sociais e formação profissional: companheiros-professores, principalmente da rede estadual; amigos que fiz durante as aulas do Mestrado, sendo algumas pessoas do Doutorado; velhos amigos de infância; aos novos, que se tornaram, em pouco tempo, velhos amigos de confiança e cumplicidade; aos meus alunos do curso de Arquivologia da UFPA e aos amigos servidores públicos nas mais diversas repartições. Não citarei nome para não ser injusto com ninguém. Meu muito obrigado a todos e a todas!

*Somos feitos de átomos, dizem os cientistas,
mas um passarinho me contou que também
somos feitos de histórias.
Eduardo Galeano*

RESUMO

O Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) foi oficialmente criado em 16 de abril de 1901, já sob o regime republicano brasileiro, anexado à Biblioteca Pública do Estado do Pará. Sua principal função institucional era a preservação dos documentos históricos e o recolhimento sistemático da massa documental depositada nos arquivos das diversas repartições públicas estaduais. Havia uma preocupação muito evidente com a questão da perpetuação da memória do Estado e da região presente nos documentos públicos. Além dessa premissa, havia também uma inquietação muito latente nos planos dos gestores públicos que diz respeito a assuntos muito mais administrativos: proteger uma série de documentos que iriam resolver problemas ligados à terra de particulares e públicas, no que se refere à delimitação do tamanho e da legalidade, assim como solucionar conflitos pautados à questão de fronteiras entre municípios paraenses, de outros estados e com outros países. Diante o exposto, esta Dissertação pretende analisar as tramas políticos e institucionais que estão ao redor da criação dessa instituição arquivística.

Palavras-chave: Arquivo Público do Estado do Pará. Documentos Históricos. Amazônia.

ABSTRACT

The Arquivo Público in Pará was officially created on April 16th, 1901, under the Brazilian republican regime, attached to the public library of Pará. Its most important institutional function was the historical documents' preservation and the systematic gathering of documentary sources from several state's public departments. There was an evident concern towards perpetuating both the State's and the region's memories in public documents. Besides, there was also a latent restlessness on public manager's plans regarding to the administrative affairs: to protect various documents which would solve problems linked to private and public properties, regarding to delimitation of area and legality, as well as solving conflicts related to the counts' – other States/ countries' borders. That said, this thesis is intended to analyse both the political and institutional network related to the making of this archival institute.

Keywords: Arquivo Público in the State of Pará. Historical Documents. Amazon.

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1 – Lauro Sodré, Paes de Carvalho e Augusto Montenegro

Figura 2 – J. Léon Righini. Antigo Banco Comercial, onde foram instalados a Biblioteca e o Arquivo Público do Pará, no início do século XX

Figura 3 – Nova sede do Banco Comercial do Pará na Avenida 15 de novembro

Figura 4 – Belém: Biblioteca e Arquivo Público do Estado

Figura 5 – Foto de Felipe Fidanza do exterior da Biblioteca Pública e do seu salão de leitura

Figura 6 – Foto de Felipe Fidanza do Arquivo da Biblioteca Pública e do Salão Nobre do Theatro da Paz

Figura 7 – Seção do jornal *A República* intitulada *Archivo Público*

Figura 8 – Planta da Biblioteca e Arquivo Público do Estado do Pará

Figura 9 – Instituto Lauro Sodré e diversas atividades desenvolvidas em suas instalações

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 RECOLHER, TRATAR E DIFUNDIR: HABILITAÇÃO E ZELO NOS DOCUMENTOS HISTÓRICOS DO PARÁ	26
1.1 ORGANIZAR PARA GOVERNAR: O ARQUIVO, SUA SISTEMATIZAÇÃO E OS INTERESSES DOS PRIMEIROS REPUBLICANOS.	45
2 QUANDO A SELEÇÃO DOCUMENTAL É PODER: RECOLHER, TRATAR E DIFUNDIR O QUÊ?	64
2.1 UMA QUESTÃO DE ESTADO: RECOLHER, TRATAR E DIFUNDIR DOCUMENTOS SOBRE AS TERRAS E AS FRONTEIRAS NO ESTADO DO PARÁ	80
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
FONTES	102
REFERÊNCIAS	105

INTRODUÇÃO

Guardião significa protetor, conservador, o que sempre mantém a guarda e está em constante vigilância. Este termo, que faz parte do título desta Dissertação, serve para caracterizar a criação do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP), e é extremamente conveniente para levantar algumas questões acerca do surgimento desta instituição arquivística.

Essa proteção e conservação justificam-se pelo principal papel de qualquer arquivo público: recolher e conservar a documentação produzida e recebida pelo Estado e que, ao longo do tempo, foram se acumulando nas diversas repartições públicas. Pensando nestes aspectos, pode-se afirmar que o APEP é um guardião da memória porque guarda documentos que já foram administrativos e hoje são considerados históricos.

Pode-se localizar, todavia, outra interpretação para o uso do termo: a proteção que está implícita pode não estar se referindo aos documentos, mas a algo da qual esses documentos servem. Em outras palavras, as atividades fundamentais do APEP no início do século XX, precisamente a partir de 1901, quando a instituição é criada, nem sempre foi regida apenas por anseios, pretensões e escolhas muito comuns à época. Pode-se encontrar, na sua fundação, algumas questões que ultrapassavam uma análise mais geral e sintetizavam temas políticos-institucionais locais.

Para se fazer uma pesquisa sobre a criação de um arquivo público é essencial a obra *Mal de Arquivos: uma impressão freudiana*, de Jacques Derrida. Neste estudo, ele tem a intenção de fazer um debate teórico a respeito do conceito de Arquivo, fundamental no campo da História, e com base no que foi enunciado na Psicanálise sobre as apreciações de inconsciente e de pulsão de morte.

Derrida (2001) desconstrói o conceito de Arquivo, do qual enraíza como um “mal” quando sua base teórica se sustenta em uma história tomada como verdade e poder, isso significa que o alcance de um Arquivo não se restringe apenas aos registros e a seus enunciados. Sumamente relevante é a sua organização, as ordenações hierarquicamente construídas em várias séries discursivas. Para o autor, empreender a leitura crítica do Arquivo é propor a sua desconstrução.

O Arquivo, portanto, seria um conjunto de documentos que remeteriam a diversos acontecimentos que ocorreram numa dada ordem social, todavia, tais documentos receberam

tratamento de classificação e avaliação realizado pelo Poder propriamente dito (DERRIDA, 2001).

Com isso, o conjunto de documentos seria objeto de um assentamento, que classificaria e ordenaria os signos e os enunciados que estariam no presente, o que implicaria, portanto, a ação de um agente específico, que seria, ao mesmo tempo, um guardião e um intérprete do Arquivo (DERRIDA, 2001). Dito assim, essa instituição se constituiria pelas múltiplas leituras possibilitadas pela condição de posterioridade do intérprete e pela ação das operações do recalque e da repressão, de lacunas e falhas, de fantasmas e espectros, que são conceitos freudianos, sendo que a pulsão de morte pode ser explicada pela possibilidade tanto do esquecimento quanto da renovação do Arquivo pelas novas aglomerações que seriam a condição de possibilidade de acrescentar novos arquivamentos (DERRIDA, 2001)

Outra obra que aborda o conceito de arquivos e documentos de arquivos, e que não é necessariamente o complemento de Derrida, é *Arqueologia do saber*, de Michel Foucault diagnostica as mudanças nas disciplinas de humanas a partir de um problema: a crítica do documento, na qual enxerga o declínio da tarefa de

(...) reconstituir, a partir do que dizem estes documentos – às vezes com meias palavras –, o passado de onde emanam e que se dilui, agora, bem distante deles; o documento sempre era tratado como a linguagem de uma voz agora reduzida ao silêncio: seu rastro frágil, mas por sorte, decifrável. (FOUCAULT, 1995, p. 7)

O autor aponta ainda a emergência de uma (então) nova atitude que não consiste em interpretar o documento, determinar sua veracidade ou seu valor expressivo,

O documento, pois, não é mais, para a história, essa matéria inerte através da qual ela tenta reconstituir o que os homens fizeram ou disseram [...] ela procura definir, no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações. É preciso desligar a história da imagem com que ela se deleitou durante muito tempo e pela qual encontrava sua justificativa antropológica: a de uma memória milenar e coletiva que se servia de documentos materiais para reencontrar o frescor de suas lembranças [...]. O documento não é o feliz instrumento de uma história que seria em si mesma, e de pleno direito, memória; a história é para uma sociedade, uma certa maneira de dar status e elaboração à massa documental de que ela não se separa. (FOUCAULT, 1995, p. 7).

Para estes dois autores, a massa documental seria, portanto, discurso, não um indício ou testemunho sobre a existência humana, mas um tecido documental sobre o qual o historiador exerceria sua atividade estabelecendo cortes, classificações, séries. E assim, o documento seria – antropológicamente falando – uma memória de uma ancestralidade,

memória esta com o poder de tornar absolutamente presente o tempo passado que ali se escreve funcionando como uma legitimação.

Tanto Derrida como Foucault sustentam a ideia da importância de um estudo do Discurso, e quando são analisadas as falas dos governos republicanos no estado do Pará entre 1894 e 1906, sobretudo a fala positivista encabeçada na figura central do governador Lauro Sodré, fica muito clara a importância das alocações quando se pretende fazer um estudo de criação do APEP, pois nas falas que sustentam a fundação, ou sua implementação como instituição arquivística entre o período destacado, havia uma preocupação em atender premissas de sustentação do poder do novo regime republicano instituído e, assim, os discursos e suas análises são peças importantes desta história. Todavia esta dissertação não se enquadra propriamente em uma história do discurso, haja vista que o ponto central desta presente análise envereda pelo campo de investigação que une os discursos com as ações, entrando no terreno da história social. Ficam muito evidentes nos relatórios, jornais, documentos administrativos do governo que havia uma necessidade de ação administrativa e que se esta ação estava relacionada à nova ordem política republicana e ao seu discurso competente, também é notório que ela ia além dele. Questões políticas e a prática social foram elementos centrais na compreensão do processo de criação e manutenção do arquivo público do Pará.

Nora (1993) utiliza as metáforas da ‘árvore’ e da ‘casca’ para poder explicar as ideias de que a experiência humana diária é uma grande árvore de memórias e, ao mesmo tempo, as suas formas de registro e pontos de vista, por mais bem elaboradas que possam ser, sintetizam apenas casca, haja vista que não conseguem reconstituir toda a memória na sua completude, demonstrando os detalhes e complexidades, em outras palavras:

(...) o conhecimento histórico é produzido a partir das ruínas, reminiscências, fragmentos, restos e rastros da vida humana. O documento escrito, por exemplo, é um dos suportes disseminados pela modernidade para registrar aspectos das vivências de homens e mulheres em sociedade, constituindo-se em expressão viva desta casca da história. (SARRAF-PACHECO; TORII, 2015, p. 218).

Para Neves (1998), mesmo considerando esse desafio de alcançar os processos de construção e reconstrução da memória, ela tornou-se um conceito categórico, por amalgamar diversas categorias complementares e diferentes,

passado, presente e futuro: temporalidades e espacialidades; monumentalização e documentação; dimensões materiais e simbólicas; identidades e projetos. É crucial porque na memória se entrecruzam a lembrança e o esquecimento; o pessoal e o

coletivo; o indivíduo e a sociedade; o público e o privado; o sagrado e o profano. Crucial porque na memória se entrelaçam registro e invenção: fidelidade e mobilidade; dado e construção; história e ficção; revelação e ocultação (NEVES, 1998, p. 218-219).

O acervo do APEP institui esse dado de Neves (1998), porque seu sentido é muito maior do que a compreensão do passado que a leitura positiva de uma fonte ali depositada pode enunciar. Ele entrelaça questões do presente e do passado, questões que levam a considerar que cada acervo e documento tem uma história desde muito antes de seu “depósito”, e outra muito maior, composta por sua seriação, organização e disponibilização. Todo este longo processo é permeado pela presença política de homens de Estado, políticos de Governo, projetos políticos e disponibilidade de recursos, entre outras variáveis. (SARRAF-PACHECO; TORII, 2015, pp. 220-221).

Antes mesmo da utilização de qualquer dos suportes documentais é interessante, contudo, que sua integridade física seja garantida, assim como a sua recuperação pela organização. É a partir dessa necessidade que os arquivos começam a atender as demandas sociais, políticas e econômicas:

As batalhas por preservar memórias escritas, visuais e orais parecem distinguir o modo como sociedades passadas e sociedades presentes produzem, transmitem e recebem informações. À proporção que o mundo contemporâneo, especialmente a vida nos centros urbanos, foi distanciando-se das experiências sociais alicerçadas na tradição oral, aproximando-se e constituindo-se nos códigos no universo letrado, emergiu a necessidade de organizar seus registros em diferentes suportes. (SARRAF-PACHECO; TORII, 2015, p.220-221)

A esse respeito, Lowenthal (1981) é esclarecedor: “À medida que o tempo distancia os acontecimentos da recordação pessoal, a memória no âmbito de qualquer sociedade dá lugar à história, e as relíquias adquirem um significado renovado” (LOWENTHAL, 1981, p.175).

A utilização dessas relíquias também deve ser problematizada, por exemplo, quando se imagina os acervos de arquivos, principalmente os públicos, vem à mente os amontoados de documentos, fileiras de estantes contendo inúmeras caixas, com mesas e cadeiras antigas, uma recepcionista usando os óculos na ponta do nariz; enfim, um local com aura de antiguidade. No entanto, pode ser acrescentada também a essa imagem de arquivo, a noção de que aquele espaço contém memórias importantes para compor um passado

importante de uma cidade, estado ou nação, haja vista que todos os documentos ali depositados foram produzidos pelo Estado, portanto, são legítimos.

Ainda se pode acrescentar a essa constatação, de que essas memórias são completas no sentido de preencherem todas as lacunas, dúvidas e hipótese elaboradas sobre um tema. Ingênua certeza... Como Nora (1993) já demonstrou pela metáfora da casca.

Essa concepção de que o Arquivo guarda uma memória legítima do Estado pode ser explicada pela apropriação que movimento positivista no Brasil fez da memória nacional na construção de uma nova história do Estado brasileiro que se fazia republicano na segunda metade do século XIX e início do XX. Para essa corrente sociológica e filosófica, a documentação produzida pelo Estado garantiria a ela respaldo de veracidade, o que, portanto, seria possível para construir um passado inquestionável¹. No Pará, o nome que mais se destaca quando se discute Positivismo foi Lauro Sodré², que criticava as concepções teológicas e metafísicas como práticas que enfraqueciam o espírito, o coração e o caráter dos seres humanos. Ele acreditava que por meio da filosofia positiva, os estudos de todos os fenômenos estavam subjugados. Para tanto, buscava leis invariáveis, cuja descoberta precisava ser o objetivo dos seus esforços intelectuais. Ele como governador do Pará, implementou uma série de reformas administrativas. Estas certamente se concatenavam com sua concepção de progresso pautado na concepção de Ciência muito particular do Positivismo, e é assim que, por exemplo, no campo educacional encaminhou uma série de reformas: criou medidas para tornar leigo o ensino retirando da Igreja Católica o quase monopólio do ensino. Neste sentido retirou disciplinas relacionadas à teologia e metafísica que, segundo ele, não eram práticas. Em seu primeiro governo, cada vez mais o Estado passou a controlar a educação como um poderoso instrumento de progresso e desenvolvimento. (COELHO, 2006, p. 80). Vale ressaltar que essa reforma administrativa esteve muito próxima da criação do APEP, pois em 1894, o Governador autorizou o recolhimento da documentação histórica do antigo Arquivo da Secretaria do Governo para a criação de uma Biblioteca Pública. Esta reunião dos antigos arquivos de secretarias em uma biblioteca, e depois em um arquivo, dá a dimensão do aumento da relevância deste acervo para homens, como Sodré.

¹ Apesar de o Positivismo ter chegado ao Brasil entre 1840 e 1850, foi Benjamin Constant que reforçou essa doutrina, quando fundou uma sociedade de estudos e o introduziu na Escola Militar a partir de 1872 (COELHO, 2006).

² Lauro Sodré se alistou como voluntário no 4º Batalhão de Artilharia destinado à Escola Militar da Praia Vermelha no Rio de Janeiro e lá foi aluno de Benjamin Constant. Em 1876, foi um dos fundadores e organizadores do Clube Acadêmico Positivista. Em 1878, começa a colaborar com a revista acadêmica *Phoenix Literária*, órgão da Escola Militar com forte doutrina positivista (COELHO, 2006).

Contudo, por mais que os positivistas tivessem a ideia de guardar “tudo”, este “tudo” sempre era seletivo. A seleção documental que estes mesmos gestores fizeram é visível, e é fruto de algo além de suas vontades filosóficas, sociológicas ou mesmo políticas.

Por mais que o discurso republicano e positivista quisesse perceber o arquivo como global e totalizante, a noção de incompleto sempre vai permeá-lo. Esse sentimento de falta pode ser explicado por falhas que muitos documentos possuem, como folhas inteiras faltando, rasgos, destruição por insetos ou por sinistros, como água, fogo e umidade.

No entanto, o que se quer chamar atenção é para outro fator que Ricouer (2003) cita: o de que a memória é uma representação do passado, ou seja, que este é uma imagem de sua ausência, que não estando mais, é tida como tendo estado. E esse “tendo estado” é o que a memória se esforça por reconstruir (RICOUER, 2003).

A memória é uma lembrança no sentido de uma rememoração de fatos, pessoas, situações, e quando essa busca termina, se fala em reconhecimento. O que Ricouer (2003) chama atenção é para a difícil e árdua tarefa de reconhecer que algo aconteceu através dos fragmentos da memória, o que para ele, é a fragilidade da tarefa do historiador. Por isso lembrar da noção de documentos incompletos que todo acervo de arquivo possui, pois não é somente uma falha física do suporte que contém a informação, mas uma característica inerente a qualquer documento, ou seja, ele possui uma memória que pode até se mostrar completa, mas sempre haverá um sentimento de falta.

Isso acontece porque tem-se uma noção de rastros e esquecimento, de apagamento, de destruição para a memória, mas se deve lembrar que muitos documentos, mesmo sendo guardados e disponibilizados ao público nos arquivos, permanecem esquecidos (RICOUER, 2003). É a grande contradição apontada por Nora (1993) ao afirmar que os arquivos são lugares de memórias, ou seja, lugares cuja responsabilidade reside no fato de guardar para não perder, mas que naturalmente passa a ser esquecido por justamente estar num lugar de memória.

Esse esquecimento, contudo, pode ser quebrado quando há uma rememoração, quando há uma busca em reconstruir memórias perdidas. Está aqui outro problema do historiador: não bastando à dificuldade em trabalhar com fios, rastros de memórias depositados nos documentos, há também a noção de responsabilidade do seu trabalho. Deve ser sempre um alerta para os pesquisadores que a apropriação do passado histórico pode ser também a privação dos atores sociais do seu poder originário, o de passarem a eles próprios. Os historiadores não devem esquecer que são cidadãos e que fazem realmente a história. Eles

apenas dizem, mas são também cidadãos responsáveis pelo que dizem, sobretudo quando o seu trabalho toca nas memórias feridas (RICOUER, 2003).

Para Nora (1993, p.15), a nossa sociedade dá uma importância muito grande para a memória arquivística, entendida como a acumulação enorme de uma massa material daquilo que nos é impossível lembrar. Para ele, os arquivos, que podem ser considerados um lugar de memória, são ao mesmo tempo materiais, simbólicos e funcionais, pois são lugares que procuram se distanciar da História, haja vista que tem a intenção de parar o tempo e o esquecimento. Numa memória arquivista, todo documento passa a ser sacralizado, porque deixa a entender uma memória perdida organizada (JARDIM, 1995, p. 30).

Dito desta forma, homens como Sodré, tinham uma clara intenção em construir no Pará de 1894 uma memória arquivística, contudo, neste caso, vale a pena discutir também sobre o domínio da memória pelo Estado, isto é relevante, porque a memória, sempre será um instrumento de poder, ou seja, o seu controle é uma garantia da manutenção de um domínio social e político (HOLLÓS, 2006). E não há como negar que os arquivos são lugares de memórias da qual os documentos podem revelar, ressaltar, negar visões e pontos de vista com potenciais impressionantes sobre uma gama de assuntos, e a maior parte deles, é revelador de interesses e conflitos políticos explícitos.

Em resumo, para citar Derrida (2001), o Arquivo é o grande responsável pela configuração técnica, política, ética e jurídica dos documentos históricos. Em outras palavras, ele não renuncia o poder sobre o documento, sobre sua detenção, retenção ou interpretação. Os documentos que são colocados à disposição dos pesquisadores são herança de uma determinada tendência política (nem sempre homogênea e isenta de conflitos), de uma forma de identificar, descrever, selecionar e eliminar, assim como não há acumulação espontânea de documentos pelos arquivos. Esta ação é norteadada por critérios políticos e/ou ideológicos de seleção documental e a seleção, tida comumente como somente “técnica”, carrega consigo a marca de seus “interventores”, de suas vontades políticas e seus conflitos, sendo, antes, um fruto da influência de uma cultura política. Contudo, como enfatiza Le Goff (1992, p. 547): “O documento não é inócuo. É antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também durante os quais continuou a ser manipulado ainda que pelo silêncio.”

Para Ancona Lopez (1996) deve-se ressaltar que os documentos não se resumem a essa montagem, são antes de tudo, os frutos, os testemunhos de determinada função e

atividades desenvolvidas por seus produtores e a produção de um documento, ao contrário de sua utilização pelo historiador, nunca é consciente ou inconsciente.

A mesma percepção tem-se sobre a preservação documental, que pode ser considerada uma montagem de caráter monumental, mas nem sempre vai ter essa única interpretação, já que, muitas vezes, essa preservação ocorre por alguma necessidade social e reflete atividades e funções da sociedade (ANCONA LOPEZ, 1996) e ainda sobre os documentos, Le Goff (1992) afirma que eles apresentam uma objetividade que vai de contra à intencionalidade que todo monumento possui, porém, quando este documento é utilizado pelo poder do Estado, simultaneamente, se transforma em monumento com as seguintes características: ele não é objetivo, inócuo e primário; ressalta o esforço de uma sociedade para impor ao futuro, voluntariamente ou involuntariamente, determinada imagem de si própria; é ao mesmo tempo verdadeiro e falso, porque todo documento é antes de tudo uma montagem que pode ser desmontada; e todo documento é um instrumento de poder.

A prerrogativa “República e reformas administrativas” não é exclusividade dos políticos da região, e sim que os modos de pensar, organizar e popularizar a informação histórica presente nos arquivos brasileiros é tributário da modernidade que ganha novos ares com a República, já que, de acordo com Brandão (2013):

Mudanças institucionais importantes ocorreram na passagem do século XIX para o XX no Brasil. Com a proclamação da República, uma nova elite de intelectuais, artistas, políticos e militares, com plataforma baseada em diretrizes científicas e técnicas, empreende a atualização das estruturas do Império com o objetivo de modernizar o país. (BRANDÃO, 2013, p. 162).

Dessa forma, a criação de arquivos é uma das propostas da modernidade, iniciada numa concepção iluminista francesa, revolucionária e liberal democrática (SILVA, 2006, p. 56). Desde a formação do Estado Nacional Francês, a partir de 1789, fruto da multifacetada Revolução Francesa, a sociedade ocidental viu-se obrigada a criar e desenvolver três modalidades institucionais de preservação de memória: os arquivos, os museus e as bibliotecas nacionais (CAMARGO, 2006).

O período pós-Revolução Francesa proporcionou uma centralização dos documentos dos arquivos na França no Arquivo da Nação. Um novo modelo de instituição, resultado do novo “papel” que os documentos passaram a representar nas relações de poder, vai valorizar a descrição dos documentos para que fossem encontrados com mais facilidade. Esses

parâmetros surgidos na França vão pautar os primeiros métodos da Arquivologia, ou seja, a ordenação derivada da mistura da grande quantidade de documentos (SCHIMIDT, 2015).

A Primeira e a Terceira República francesa são as grandes referências para o regime republicano brasileiro, pois os revolucionários franceses da Primeira República (1792-1799) vêm quebrar com o modelo até então proposto na França com o Antigo Regime, ou seja, os gritos de liberdade, igualdade e fraternidade contrastavam com o autoritarismo e o centralismo do governo e simbolizavam a ruptura e a mudança e durante a Terceira República (1870-1940) construiu-se uma íntima relação com a Ciência, por meio de um culto a razão, da evolução e do progresso (COELHO, 2006).

Ainda dentro do século XIX – como Eric Hobsbawm anuncia – nasciam as “concepções de nação e de Estado-nação dos ideólogos da era do triunfante liberalismo burguês” ocorrida entre 1830 a 1880 (HOBSBAWM, 1990, p. 50). Nesta conjuntura, a concepção de Estado Nacional criava uma noção de Memória e Nação revestida de um passado reconhecível para todos os habitantes. E, dentro deste projeto, também surge a noção de patrimônio histórico/cultural, da qual o Estado se organiza mediante a criação de um patrimônio comum e uma identidade própria.

Vale ressaltar que a instituição arquivística pública mais antiga do Brasil é o Arquivo Nacional. Criado em 1838, este arquivo também se pautava nessas características inter-relativas entre memória e identidade. O Regulamento n. 02, de 2 de janeiro de 1838, criava o Arquivo Público do Império, conforme previsto na Constituição de 1824. Contudo, essa instituição imperial tinha por finalidade guardar os documentos públicos considerados de grande relevância para a história do Império. Sua organização estava pautada numa preocupação com a preservação de efemérides, acontecimentos e fatos considerados de relevância para o Estado Nacional³.

Com o advento da República, a instituição sofreu uma reforma administrativa em 1893, com o decreto n. 1580, de 31 de outubro, sendo que as funções de recolhimento, tratamento e difusão são ampliadas, privilegiando a história republicana e suas raízes históricas:

(...) ao se compararem os dois documentos (os regulamentos de 1870 e 1893), destaca-se a intenção de perenizar a memória republicana. Assim, à determinação monárquica de se arquivar o “original da Constituição Política do Império e do Ato Adicional de 12 de agosto de 1834”, acrescentou-se a necessidade de se fazer o mesmo em relação à “Constituição da República, de 24 de fevereiro de 1891 e [ao]

³ <http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=3>.

projeto de Constituição oferecido pelo Governo Provisório ao Congresso Constituinte (VENÂNCIO, 2013, p. 62)

Os arquivos públicos estaduais fundados posteriormente ao Arquivo Nacional, também possuíam essa perspectiva do recolhimento, guarda e preservação de documentos considerados de grande relevância para a história republicana na região de cada arquivo.

O arquivo público estadual mais antigo, todavia, é anterior à República: trata-se do arquivo do Estado do Paraná, criado pela Lei n. 33, de 7 de abril de 1855, sancionada no mesmo dia pelo 1º Presidente da Província do Paraná, Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos, ainda no período Imperial.

Denominado *Archivo Publico Paranaense*, tinha como finalidade reunir a memória impressa e manuscrita sobre a história e geografia do Paraná⁴, neste caso, provavelmente, o arquivo servia para dar suporte à criação da nova província recém-separada de São Paulo. Contudo, já há nele uma justificativa que será comum aos novos arquivos republicanos: a de que os documentos coletados e organizados garantiriam a preservação da memória, da história e da geografia da nova província paranaense.

Em seguida, nasceu o *Arquivo da Bahia*, em 1890, depois o do Pará e o de Minas Gerais, este último nasceu sob a Lei n. 126, de 11 de julho de 1895 na cidade de Ouro Preto e destinava-se a receber e a conservar, sob uma classificação sistemática todos os documentos relativos ao Direito Público, à Legislação, à Administração e às manifestações artísticas do estado de Minas Gerais, além do que, a lei que o criou, determinava o recolhimento também dos documentos das Câmaras Municipais⁵.

De todos os arquivos republicanos, talvez o mineiro seja o mais detalhado em seu recolhimento, uma vez que havia especial interesse dos republicanos brasileiros pela história de Minas Gerais, o que será maior com a criação e repercussão da história dos Inconfidentes e da leitura republicana de Tiradentes como um ícone precursor da República, isto provavelmente se justifica pela mudança territorial da capital mineira de Ouro Preto para Belo Horizonte (projetada e inaugurada entre 1894-1897), quando a nova cidade-capital fosse inaugurada, pretendia-se levar consigo sua memória antiga, com a implantação de seu novo arquivo público.

Na fundação do Arquivo Público da Bahia encontra-se a mesma preocupação com os documentos históricos e a sua situação de descaso no local em que, por excelência, o Brasil

⁴ <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=25>.

⁵ MINAS GERAES. 13 de julho de 1895, p. 1.

havia começado em sua junção com a colonização portuguesa. De acordo com a mensagem de 1892 encaminhada à Assembleia Geral Legislativa do vice-governador Joaquim Leal Ferreira, o arquivo foi fundado no dia 16 de janeiro de 1890 com muitos desafios a serem ultrapassados e o principal era o estado de desorganização da documentação espalhada pelo estado da Bahia (BAHIA, 1892).

No caso do arquivo no Pará, é relevante notar outra função detectada na Lei Estadual n. 164, de 31 de maio de 1894, e no Decreto estadual n. 996, de 16 de abril de 1901: ambos mandavam recolher os documentos considerados históricos, mas também ressaltavam a preocupação do Estado com a preservação dos documentos produzidos e recebidos ao longo do tempo; no entanto, será que essa generalização não trazia interesses mais específicos? Se na Bahia, provavelmente, havia o interesse em se guardar a memória da primeira capital do Brasil e em Minas, a história territorial de Ouro Preto e dos primeiros republicanos inconfidentes, o que se esperava do Arquivo paraense?

Sobre o trabalho de recolhimento, ambas as legislações do Pará, mas principalmente o decreto que criava o Arquivo Público anexado à Biblioteca Pública, não deixava claro quais documentos deveriam ser preservados. Se atualmente esses critérios estão bem definidos pela Arquivologia, no entanto no período analisado, esse trabalho não estava ainda sob nenhuma normativa nacional, o que leva a pensar que ocorreram muitos prejuízos (ou descarte) na seleção do que deveria ser considerado importante como um patrimônio histórico cultural.

Essa premissa é encontrada em outros arquivos estaduais, por exemplo, no caso do Paraná, não ficou claro na sua legislação de criação qual foi o critério de seleção dos documentos⁶, o que denota que os procedimentos técnicos normativos não existiam, ou partiam de outros pressupostos, mas, em geral, eles ficavam a cargo do gestor do Estado e da instituição arquivística, ou seja, no que eles acreditavam ser de grande importância e valor histórico local.

Aqui fica muito claro como a escolha de procedimentos na seleção e no tratamento técnico de documentos públicos passava por uma subjetividade, mas também essa suposta “subjetividade” era fruto de interesses políticos e de grupos sociais locais no afã de fazer um Estado como o do Pará se atrelar no seio da nova nação republicana. Essa política

⁶ www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/lei33fin.pdf.

foi muito embasada no contexto de formação dos Estados Nacionais das quais determinados agentes, respaldados em instrumentos jurídicos, irão definir o conjunto de bens que deverão estar sob a proteção da gestão pública (FONSECA, 2009).

Vale lembrar que a construção de patrimônio é formada por valores políticos públicos, a partir das quais são dadas funções qualificativas a determinados registros documentais. Esses valores, ao serem construídos historicamente, são colocados em circulação, consumidos, reciclados e descartados numa dimensão cognitiva, formal, afetiva e pragmática; em outras palavras, o patrimônio é político por natureza (JARDIM, 1995). Esse mesmo modelo institucional é levado para a concepção de arquivos públicos que tinha como característica principal a preservação e organização dos documentos e das informações produzidas, recebidas e acumuladas pelo Estado para o pleno uso dos cidadãos e da cidadania, indispensável à soberania e a autonomia dos povos e, ao mesmo tempo, fundamental para a ideia de nacionalidade (CAMARGO, 2006), haja vista que o retorno ao passado só era possível pelos documentos de arquivo, numa visão positivista.

São na intenção de se trabalhar os acervos documentais como uma montagem seletiva e altamente política é que nasceu esta Dissertação, pois ela propõe uma análise desta organização arquivística paraense na virada do século XIX para o XX e, para sistematizar a problemática proposta, foi preciso dividi-la em dois capítulos: o primeiro intitula-se *Recolher, tratar e difundir: Habilitação e zelo nos documentos históricos do Pará* e o segundo denominado *Quando a seleção documental é poder: Recolher, tratar e difundir o quê?*

No primeiro capítulo procurou-se investigar as razões e justificativas da criação do Arquivo Público do Estado do Pará, tanto num plano mais abrangente quanto numa esfera mais regional. O governo republicano em geral e seus homens, as memórias de dentro da biblioteca e do novo arquivo público em particular, conseguiram imprimir em seus discursos sobre a fundação da instituição arquivística, um traço forte de modernidade atrelada as mudanças no trato com a *res publica*, no caso com os documentos públicos. A concepção do Arquivo Público se deu no período imperial, todavia, é na República que ele passa a ser tratado como um projeto de governo.

Para estes homens de Estado, a criação de um arquivo público colocaria o governo como preocupado com a preservação da História, habilitaria a instituição como zelosa com a memória do Estado. Essa primeira parte possui um subcapítulo intitulado *Organizar para governar: O arquivo, sua sistematização e os interesses dos primeiros republicanos*, tendo como principal objetivo traçar a problemática inicial dessa pesquisa, ou seja, de que havia

algo mais urgente para resolver na criação do arquivo público além de satisfazer um preceito da modernidade.

Sem negar o discurso modernizador ali presente, no entanto, sustenta-se a ideia de que havia demandas administrativas muito consideráveis e amplas do Estado e estas estavam intimamente relacionadas com a fundamentação da urgência e do tipo de seleção feita no ato de recolhimento de uma parte considerável de documentos à Biblioteca Pública em 1894 e da fundação do Arquivo Público junto com a Biblioteca Pública em 1901.

Esses documentos foram alvo dessa grande mudança política e social da nova República, que não apenas criou um novo arquivo e o mudou de endereço, mas os homens que criaram esta nova instituição pensaram sobretudo em organizar o interior do prédio, o tratamento e a conservação do acervo e tudo isso será muito útil nos trabalhos administrativos e nas intenções políticas do novo Estado republicano que se formava.

O segundo capítulo amplia o ponto de vista, detalhando-o. Esta parte da Dissertação tem como uma das metas, cumprir uma discussão iniciada no primeiro capítulo, de que a figura de Arthur Vianna, como primeiro diretor da Biblioteca e Arquivo Público, foi fundamental para a sistematização e continuidade dos trabalhos de organização dos documentos. Por meio de seu trabalho, e o prestígio que tinha dentro do novo governo, foi possível obter resultados muito rápidos no tratamento técnico, além de responder com êxito as demandas mais urgentes do governo na recuperação de informação contida nos documentos que iriam servir de provas jurídicas.

O sub-capítulo da segunda parte é intitulado *Uma questão de estado: recolher, tratar e difundir documentos sobre as terras e as fronteiras no estado do Pará*, em que são apresentadas as razões do Estado paraense para selecionar e priorizar a organização da documentação do antigo Arquivo da Secretaria do Governo levando este acervo à Biblioteca Pública, e criando o Arquivo Público: atender a uma necessidade político-administrativa muito grave: a questão das terras, seus proprietários e usos no Pará.

Muitas terras ocupadas em atividades centrais ao novo governo não possuíam registros legais e havia muita confusão em delimitar os limites de cada propriedade, além de mapear possíveis invasões das terras públicas. O novo governo tinha dificuldades para regulamentar a propriedade, isso se agravava, sobretudo, em tempos de muito investimento, devido ao fluxo de recursos vindos da florescente economia da borracha.

Um problema central era o estado de abandono que se encontrava o antigo Arquivo da Secretaria do Governo, no interior e em outras secretarias o problema era, na

maioria das vezes, pior, pois praticamente não possuíam uma lógica de arranjo documental que servisse aos novos propósitos dos republicanos. Neste item fica muito claro que Arthur Vianna e homens próximos do governo interessavam-se não somente na coleta, mas, sobretudo em dar um tratamento considerado por eles mais adequado à documentação. Era de extrema importância um recolhimento documental mais amplo que abrangesse outras repartições públicas estaduais e municipais capazes de dar volume e constância ao acervo do novo Arquivo, além de ajudar nas demandas políticas não só de Belém, mas do interior, sendo uma preocupação constante de Vianna o estado da documentação do interior do estado.

Ainda nesse sub-capítulo tem-se a pretensão de mapear a outra justificativa para a criação da instituição, ou seja, a questão de fronteiras. Havia no estado muitos conflitos entre municípios em termos de delimitação de limites, e o Estado precisava de documentos para resolver essas questões principalmente do período Colonial e Imperial. Outra questão atrelada era a situação de limites com outros estados, como o Amazonas. E, por último, esses documentos eram importantes para o Governo do Brasil para justificar as fronteiras com outros países que faziam limites com a Amazônia brasileira.

1 RECOLHER, TRATAR E DIFUNDIR: HABILITAÇÃO E ZELO NOS DOCUMENTOS HISTÓRICOS DO PARÁ

A ideia da necessidade de se reorganizar o acervo documental produzido e acumulado pelo Estado do Pará não nasceu e se sistematizou no período da primeira República no Brasil. Durante o Império foram encontradas referências em jornais que dizem respeito ao estado de abandono que se encontravam os documentos nos arquivos das repartições públicas e da necessidade de se tomar alguma providência, e num desses jornais há uma menção, ou quase uma sugestão, de um arquivo público.

Numa ata de 30 de agosto de 1885, publicada no jornal *O Agrário*, sugeria-se que a Associação Agrícola ficasse com os documentos da Comissão de Colonização, que estava responsável pelos serviços de imigração de estrangeiros e nacionais. Esse pedido se deu em função de não haver um arquivo público com que pudesse ser depositada a documentação pública (O AGRÁRIO, 1 out. 1885, p. 2). O objetivo principal da notícia não era a sugestão de se criar de um arquivo público para a província, com todos os benefícios dos desdobramentos técnicos e metodológicos, mas é incontestável que há uma clara evidência da necessidade de fundação de uma instituição que ficaria responsável por um acervo importante como o da Comissão de Colonização.

Outro dado também pode ajudar a entender que o pressuposto de criação da instituição não nasceu com a primeira República, como uma espécie de exclusividade como queriam os políticos da época. Havia um problema muito grave na província: o abandono da documentação depositada nos arquivos das repartições, e principalmente, no Arquivo da Secretaria do Governo, ainda no período imperial e estendendo-se até a República.

As notas encontradas em jornais ilustram a situação da documentação na província do Pará, da qual havia denúncias de extravio, demora de tomada de decisões administrativas, perda da história da região. E mesmo que nessas notas de jornais não aparecessem de forma explícita à necessidade de criação de um arquivo, havia um entendimento sobre o assunto. É só lembrar que a instituição arquivística mais antiga do Brasil é o Arquivo Nacional, que desde 1838 vinha desempenhando a sua função administrativa com a publicação de vários periódicos que hoje podem ser classificados como instrumentos de pesquisa. Isso denota que esse assunto não era uma novidade na região. Além disso, muitas pesquisas de cunho histórico foram realizadas nos documentos depositados no Arquivo da antiga Secretaria da Presidência da Província, ou seja, muitos sabiam da realidade

física daquela documentação e da necessidade de mudar para um ambiente mais propício a sua perpetuação.

Apesar desta consciência da necessidade de se rearranjar a documentação, havia também momento em que os governos provinciais davam passos contrários a esta direção. Em uma nota publicada no jornal *Diário de Belém*⁷ em 1881, o Presidente da Província, por meio do ato do dia 12 de fevereiro de 1881, reformou o regulamento da Secretaria do Governo, diminuindo o pessoal da dita repartição e, conseqüentemente, do arquivo da qual se encontrava a documentação histórica colonial e imperial, e que mais tarde vai ser transferida para a *Biblioteca Pública*. Esta atitude governamental, contudo, gerou indignação, o que demonstra que o sentimento da necessidade de organização e valorização deste acervo existia. A nota faz a denúncia que somente dois funcionários ficaram responsáveis pelo respectivo arquivo, o que comprometeria muito os trabalhos administrativos que já estavam muito difíceis, principalmente, de “repassar” de documentos. (DIÁRIO DE BELÉM, 16 fev. 1881, p. 1)

No mesmo jornal, agora no ano de 1882, há outra nota publicada que denuncia o estado de abandono e de desorganização do arquivo da Secretaria do Governo. E com muita ironia o jornal garantia que para os “cumpadres” do governo as informações são dadas. O jornal também fazia uma denúncia muito grave: a perda ou o sumiço de documentos do respectivo arquivo, assim como a falta de segurança na sala da qual estavam acondicionados. (DIÁRIO DE BELÉM, 17 mar. 1882, p. 1).

O jornal *O Liberal do Pará*⁸, de 1889, traz a notícia de que o Presidente da Província atendendo a necessidade de um melhor acondicionamento para a documentação do Arquivo Público Provincial, ou seja, do Arquivo da Secretaria do Governo, resolveu transferir os documentos para as salas do pavimento térreo do Palácio do Governo, que eram mais arejadas e limpas (O LIBERAL DO PARÁ, 19 out. 1889, p. 1). Nesta nota fica muito clara a preocupação do governo, ainda durante o momento Imperial, com as condições físicas dos documentos, no que tange ao local de acondicionamento.

⁷ “Folha política, noticiosa e comercial, depois órgão especial do Comércio, redigido pelo bacharel Antonio Francisco Pinheiro, seu fundador e proprietário e tendo como impressor Mathias Leite da Silva (...).” (Jornais PARAOaras: catálogo, 1985, p.55)

⁸ “Jornal de circulação diária, político, comercial e noticioso, órgão do Partido Liberal do Pará, propriedade de Manoel Antonio Monteiro. Suspendeu sua publicação em período não identificado, reiniciando-a em setembro de 1869, sob a redação de José Antônio Ernesto Pará-assu. Substituiu o periódico ‘Jornal do Amazonas’, saindo de circulação logo após a Proclamação da República em 1889, reaparecendo em 1890 sob o título ‘O Democrata’ (...).”(JORNAL PARAOARAS..., 1985, p. 56).

Ao que tudo indica foi neste momento, em vésperas da proclamação da república, que se começou o rearranjo da documentação do Estado do Pará. Contudo a República acelerou e redirecionou este processo. Num relatório estadual de 1891, referente ao governo do capitão-tenente Duarte Huet de Bacellar Pinto Guedes, havia uma preocupação muito evidente com as condições físicas da documentação do Arquivo da Secretaria do Governo, haja vista, que, segundo o relatório, havia dentro da documentação peças importantes para a história do Estado e para a Administração Pública. De acordo com o documento ocorreu uma tentativa de organização dessa massa documental no ano corrente, muito provavelmente, esse trabalho foi realizado por Marcos Antônio Nunes, diretor do respectivo arquivo. Ainda segundo o relatório, o trabalho de organização do acervo não foi concluído, na verdade, ficou muito longe de ser finalizado, porém o documento tem uma importância considerável porque sustenta a ideia de criação de um Arquivo Público. Ainda durante os momentos iniciais da República o trabalho anterior foi utilizado para proteger e dar “ordem” aos documentos, haja vista que a documentação que foi revelada se mostrou de suma importância para a administração.

Assim, mesmo antes da entrada no poder de Lauro Sodré, o Capitão tenente Duarte Huet de Bacellar Pinto Guedes já relatava que desde o último presidente de província Imperial a Biblioteca já era alvo de crítica, e que mudanças ali pareciam fundamentais e estariam em andamento. É importante frisar que a ideia de que era necessária a fundação de arquivo público com a finalidade de melhorar o acesso e uso documental circunscrito ao acervo da antiga Secretaria de Governo do Pará começou a ser levantada durante o Império, mas foi durante a mudança de regime que esta precariedade foi enfrentada diante de uma conjuntura de valorização de parte considerável deste acervo histórico. É fundamental levantar essa afirmação, pois os discursos de algumas autoridades republicanas, como de governadores ou do diretor da nova *Biblioteca e Arquivo Público*, buscarão apagar o trabalho arquivístico anterior, numa clara aceção afirmação da primazia dos valores republicanos por eles forjados de modernidade e civilização sempre presente nos seus discursos. Mas se estes primeiros republicanos não foram os que inauguraram o uso público do acervo documental e histórico do governo Pará, é inegável que a República trouxe consigo a concretude da criação e sistematização deste acervo dentro de um arquivo público. Este processo de administrar uma instituição arquivística, contudo não será simples aos republicanos. Vão ser necessários alguns debates e tempo para se chegar à sua criação em 1901.

O Arquivo Público tem a sua criação oficial em pleno período republicano no Pará, mais especificamente nos primeiros anos do século XX. Todavia se a consciência de que a Biblioteca Pública e o acervo documental da antiga Secretaria de Governo precisavam de urgente tratamento ainda datava do tempo imperial, as mudanças institucionais, levantes republicanos e crise financeira do momento entre 1889 e 1894 impediram de levar adiante a mudança de prédio e a sua reforma.

Assim, Lauro Sodré só conseguiu iniciar a mudança do prédio, como fica claro em sua mensagem ao Congresso paraense, em 1894: “A Biblioteca publica já mudada para o novo edificio está tomando o necessario desenvolvimento, que só poderá fazer com que tal estabelecimento corresponda aos intuitos da sua criação, concorrendo para a instrução popular.” (PARÁ, 1895, p. 38).

O início da organização do acervo recolhido e do marco oficial do *Arquivo Público* foi durante o governo de Paes de Carvalho (1897-1901). Finalmente a sistematização do tratamento técnico ocorreu durante o governo de Augusto Montenegro (1901-1909). Na sequência recupero fotografias dos três primeiros governadores republicanos do Pará, para demonstrar que imediatamente depois da proclamação da República no Para os três homens públicos refizeram seu lugar na história política e se colocaram em posição superior com ideia de apagamento e menosprezo do passado imperial. Quem apresentou os três homens públicos foi o italiano Caccavoni, o autor do *Album descritivo Amazônico* o qual, em sua versão de 1899. Adjetivou “a mais sublime tríade administrativa com que este Estado [do Pará] pode ambicionar” (CACCAVONI, 1898, p. 16) são à base do Arquivo Público do Estado do Pará. Sodré, o primeiro governador republicano do Pará com apenas quarenta anos, teria pregado desde o tempo do Império o Republicanismo, e teria pegado o estado, “que se achava um verdadeiro caos”, e teria imprimido a ele “a ordem necessária” (CACCAVONI, 1898, p.19). Paes de Carvalho, também republicano histórico, formado do jornal *O Rebate*, ainda quando estudante em Portugal, teria sido homem que depois de “fazer a trégua partidária e consolidar as finanças, encetou grande parte da obra de transformação da capital” (CACCAVONI, 1898, p. 11). Por fim, Augusto Montenegro é descrito por Caccavoni como primeiro secretário brasileiro na embaixada de Paris e aquele que levou aos parisienses da 3ª República, a boa nova do novo regime brasileiro aos parisienses. Montenegro teria sido aquele governador que com “aplausos da colônia estrangeira”, levaria o Pará a ter a “superior garantia para a continuação da prosperidade e da paz” (CACCAVONI, 1898, p.13).

Figura 1 – Lauro Sodré, Paes de Carvalho e Augusto Montenegro



Fonte: Caccavoni, 1898

Cada governante quis deixar sua “marca” na nova história republicana do Pará. Todos se colocavam como republicanos “históricos”, ressaltando sua antiguidade militante anterior à proclamação Republicana e suas ações heroicas no Brasil e fora dele depois do 15 de novembro de 1889. Assim como no álbum de Caccavoni estes primeiros homens de Estado Republicano também quiseram colocar sua marca administrativa mais especificamente da questão da instrução pública e na organização documental do Estado do Pará. Para começar a entender esta história é preciso esclarecer que o acervo da antiga Secretaria de Estado se encontrava desde 1889 no pavimento térreo do Palácio do Governo. Contudo outro acervo estava com problemas desde os tempos finais do governo imperial: o dos livros e impressos existente na Biblioteca Pública.

Neste sentido foi Lauro Sodré que juntou os dois problemas para buscar solução para ambos, quando anexou uma parte da documentação do Arquivo da Secretaria do Governo ao acervo da Biblioteca Pública ressaltou o quanto era fundamental uma redefinição da funcionalidade administrativa do Estado.

Desde pelo menos o final dos anos 1860, a situação de precariedade dos acervos dos dois órgãos: da Biblioteca e Secretaria era denunciada. No *Almanak do Pará* de 1869, a Biblioteca Pública é anotada como um lugar sem prédio próprio, “estabelecida em uma das salas da parte do convento do Carmo em que funciona a secretaria”. Neste anúncio ainda se falava em um acervo com 430 obras divididas em 1.370 volumes, “a maior parte escritas na língua francesa, e outras em português, latim, alemão, espanhol e italiano” e o anúncio concluía com uma denúncia:

Os anos entram e se despedem sem que um só visitante apareça; os seus leitores são exclusivamente os professores e empregados. Além da necessidade de se adquirirem

outras e novas obras que a Biblioteca não possui, parte dos livros existente carece de ser novamente encadernados. (ALMANAK DO PARÁ, 1869, p. 68).

Assim, a atitude de Lauro Sodré vinha ao encontro de um anseio de mais de vinte anos, para o caso da Biblioteca Pública, e também de boa data para o acervo da Secretaria de Governo, que, como visto, também não estava em bom estado.

Essa ação foi fundamental para os fatos subsequentes que atingiram a instituição arquivística, haja vista que ela visou, primeiramente, separar os documentos de valores correntes dos históricos que estavam de certa forma misturados no Arquivo da Secretaria do Governo, o que vai facilitar uma organização tanto dos documentos que ficaram no dito Arquivo da Secretaria, quando daqueles que foram para a Biblioteca Pública, já que a quantidade de documentos diminuiu drasticamente nos dois espaços físicos.

Além disso, ao separar a documentação histórica e encaminhá-la para a biblioteca, o Governador se colocava como o grande responsável por uma nova postura de trato com a história do Estado: uma valorização do acervo, somados com um tratamento, disponibilização e divulgação. Essa anexação vai ocorrer em 1894, por meio da Lei n. 164, de 31 de maio, da qual o governo estadual autorizou uma nova organização da Biblioteca Pública. Em um dos parágrafos da legislação, havia uma anexação de um arquivo existente na Secretaria do Governo ao acervo da Biblioteca Pública, eram documentos do período Colonial e Imperial até o ano de 1840.

No parecer da Câmara dos Deputados do Pará sobre o projeto que autorizava a anexação do Arquivo da Secretaria do Governo ao acervo da Biblioteca Pública ficava muito clara a intenção do governo em acompanhar os trâmites do que se estava fazendo, no Rio de Janeiro, no Arquivo Nacional e na Biblioteca Nacional.

Nestes locais, diziam os deputados, sobressaiam às publicações de ambas as instituições e a Biblioteca Pública do Pará deveria fazer o mesmo com os documentos tratados. Assim, para estes novos republicanos do Pará, o Arquivo seria mais do que um local de preservação documental, era ainda um foco de divulgação do lugar-memória do Pará no seio na nova nação republicana.

Além disso, o parecer da Câmara considerava esses documentos recolhidos como de grande importância para a história do estado do Pará e do Brasil e para aqueles que se dedicavam a estudar o passado. Esse parecer ressaltava que a situação em que se encontrava essa massa documental era vergonhosa, haja vista que não apresentava um método reconhecível de classificação e estava em condições físicas impróprias para a sua preservação.

No mesmo documento, há uma justificativa desse acervo ir para a Biblioteca Pública: esta repartição seria o lugar mais apropriado para a conservação, guarda e difusão dos documentos históricos do Estado (Fundo Câmara dos Deputados, série Projetos, ano: 1894, caixa 55).

Em sua mensagem de 1897, Lauro Sodré enuncia com felicidade sobre as mudanças na Biblioteca Pública, expondo sobre suas novas instalações, dita como “excelentes”, e que dariam “condições de concorrer para o bem público, pondo os livros e as Revistas ao alcance dos que querem e não podem ler”. O Governador enfatiza ainda que no novo prédio já não existia mais “um montão desordenado de livros velhos” e que depois da reforma havia ali “obras modernas” e que estavam “confiadas” à direção de um “funcionário de reconhecidas e provadas aptidões”. (PARÁ, 1897b, p. 33-34).

Além do relatório de Sodré, ainda em 1897, foi produzido outro escrito pelo Secretário de Governo do primeiro governador republicano do Pará, Albuquerque Mendonça, em que é exposto que a biblioteca pública teria sido instalada em novo prédio em fevereiro de 1897, ao que parece no ano final da gestão de Lauro Sodré.

O que este relatório esclarece também que Sodré teria comprado o prédio do antigo Banco Comercial, a proposta de modernização com eletrificação e ainda teria mandado comprar estantes de ferro e mesas de madeira. Contudo, as disputas políticas e sua saída do poder em 1897 levou para a gestão de Paes de Carvalho os louros desta nova aquisição.

De accôrdo com a auctorisação consignada na Lei n. 164 de 31 de Maio de 1894, foi a Bibliotheca reorganizada e entrou em phase de verdadeira prosperidade, sendo transferida para um bello palacete comprado pelo Estado ao Banco Commercial do Pará, pela importância de 155:000\$000 e previamente preparado e decorado com o gosto para a sua instalação.

E' illuminada a luz electrica, tendo os respectivos aparelhos e lâmpadas custado a importância de 6:000\$000.

A Bibliotheca foi definitivamente installada em 1º de Fevereiro do anno passado, com material novo e adaptado ao edificio, tal como elegantes mezas de leitura, bellas estantes de ferro fundido preparado em Paris com adornos e relevos contendo as iniciais do estabelecimento.

Actualmente possui elevado numero de livros novos, revistas, illustrações, etc, formando secções litterarias e scientificas que vão sendo augmentadas com novas acquisições.

A lei que auctorisou a sua reorganisação mandou incorporar-lhe o archivo existente na Secretaria do Governo, relativo ao tempo decorrido até 1840, anno em que terminaram as revoltas civis na antiga provincia.

Brevemente iniciará a Bibliotheca a publicação de seu Anuario, destinado à reprodução de documentos históricos, a exemplo do que se pratica na Bibliotheca Nacional e no Archivo Publico Federal.(...)

(PARÁ, 1897a, p.14 -15.)

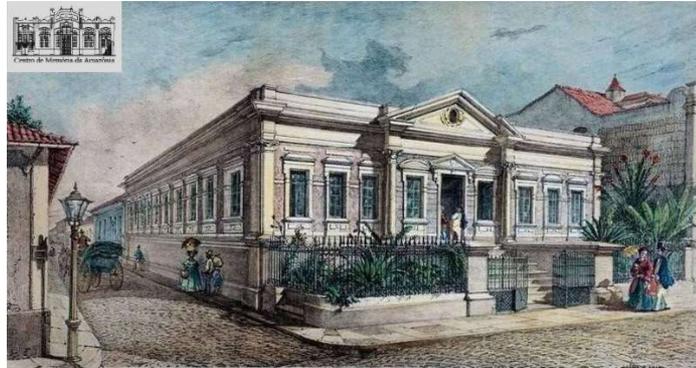
De qualquer forma, os dois governadores seguintes a Sodré vão dar continuidade à ideia republicana de progresso e civilização marcada desde o governo deste, é claro que eles tinham que se diferenciar do governo anterior, todavia, o que ambos fizeram, com o auxílio de Arthur Vianna, foi acelerar o processo de sistematização do acervo e aprofundar a política de reformas administrativas visando uma funcionalidade da máquina burocrática.

Quando o governador Paes de Carvalho mandou publicar o Decreto n. 996, de 16 de abril de 1901, da qual deu uma nova organização aos serviços administrativos do Estado do Pará e nessa nova reestruturação administrativa, dentro da Secretaria da Justiça, Interior e Instrução Pública, foi oficialmente criada a *Biblioteca e Arquivo Público do Estado do Pará*, o seu governo deixava muito nítido uma preocupação que vinha se arrastando desde o período Imperial, ou seja, a necessidade de um órgão capaz de realizar um recolhimento sistemático da documentação histórica do Estado.

Paes de Carvalho também vai enfatizar que o prédio do Arquivo Público deveria receber toda a estrutura necessária para o seu funcionamento em sua gestão, mas como está escrito no relatório de Albuquerque e dito anteriormente, certamente as ideias eram anteriores a Paes de Carvalho.

Contudo, Lauro Sodré foi muito econômico em sua fala para se crer que tudo estivesse bem concluído em 1897. Certamente havia pendências (provavelmente de pagamento) e, neste assunto, Paes de Carvalho deve ter encaminhado. De toda a forma, foi na gestão de Paes de Carvalho que se juntou definitivamente a Biblioteca com o Arquivo e se institucionalizou o novo estabelecimento que certamente foi reinaugurado depois do decreto de 1901. Por sua vez, o Banco Comercial se mudara para a maior rua comercial do Pará somente em 1898, como fica claro na foto do álbum de Arthur Caccavoni da nova sede na Avenida 15 de novembro (Figura 3).

Figura 2 – Antigo Banco Comercial, onde foram instalados a Biblioteca e o Arquivo Público do Pará, no início do século XX



Fonte: J. Léon Righini. Digitalização realizada por Lucia Mindlin Loeb. Acervo do Centro de Memória da Amazônia.

Figura 3 – Nova sede do Banco Comercial do Pará na Avenida 15 de novembro



Fonte: Caccavoni, 1898

De qualquer forma, as reformas que a sede da Biblioteca e Arquivo Público recebeu tiveram a mesma perspectiva de grandiosidade que outros prédios públicos da mesma época, fossem elas da gestão de Sodré ou de Paes de Carvalho. No mesmo rumo, o governo de Augusto Montenegro deu continuidade ao projeto inicial: um tratamento técnico da documentação histórica, realização de novos recolhimentos, disponibilização e divulgação do acervo. Contudo, disputas políticas internas ao Partido Republicano criavam por vezes idas e vindas na organização da nova *Biblioteca e Arquivo Público do Pará*.

Os primeiros anos da Proclamação da República no estado do Pará foram marcados por muita instabilidade, haja vista que a disputa e o controle político se concentraram em torno de dois partidos: o Partido Republicano do Pará (PRP) e o Partido Republicano Democrático (PRD) (FARIAS, 2009).

A imprensa do Pará era palco de constantes lutas políticas dos dois partidos, por meio dela se divulgava ideias e realizava propaganda partidária, além da manifestação de intelectuais, como literatos, professores, articulistas e políticos (ALMEIDA; FARIAS, 2009) sendo o principal instrumento de divulgação do PRD o jornal *O Democrata*, que substituiu o jornal *O Liberal do Pará*, que sempre criticou o Governo Provisório e o PRP, já o jornal do PRP era o *A República* (FARIAS, 2009). Vale ressaltar esse quadro político e a influência que isso tem na imprensa, porque, ao longo da Dissertação, será comum o uso dos jornais já mencionados.

Com a instalação da República, foi fundado o Partido Republicano Democrata que em 1896 dá lugar ao Partido Republicano Paraense e quem estava na direção do partido eram Antônio Lemos, José Paes de Carvalho e os irmãos Pedro e Justo Chermont.

Após a eleição de Paes de Carvalho para Governador, em substituição a Lauro Sodré, as divergências políticas ficaram acirradas. Como consequência, Lauro Sodré e Justo Chermont se desligaram do Partido Republicano e passaram à oposição, mas tudo que estava acontecendo no estado do Pará também vinha de longe, sendo parte de um quadro mais amplo a nível nacional, pois o rompimento de Francisco Glycério com o Presidente da República Prudente de Moraes só veio a contribuir para tirar Lauro Sodré da liderança do Partido Republicano do Pará. A nível estadual, ao lado do Presidente da República ficaram Augusto Montenegro, Justo Chermont e Antônio Lemos, e ao lado de Glycério ficou Lauro Sodré. (SARGES, 2002).

A partir desse momento, tem-se um quadro mais claro da política paraense do início do século XX, pela formação de duas forças políticas sintetizadas por duas figuras:

Como Governador, a vida pública de Lauro Sodré seria marcada pela política e pelo poder dominante na República Velha. Nesse sentido, sua figura constituiu um dos polos do sistema oligárquico paraense; o outro ganhou forma na figura do intendente Antônio José de Lemos. As lutas políticas entre os dois reproduziram, no Pará, os mecanismos e os métodos da política oligárquica brasileira. (COELHO, 2006, p. 88)

É inegável que todo esse quadro político de disputas entre Lauristas e Lemistas acompanhou a criação da instituição arquivística e os seus primeiros anos de funcionamento.

E como já foi exposto anteriormente, cada governante quis deixar a sua contribuição e marca a memória institucional.

Internamente, foi durante o governo de Lauro Sodré que houve um recolhimento mais sistemático de uma parte considerável da documentação que estava no Arquivo da Secretaria do Governo para a biblioteca. Porém, a criação oficial do Arquivo Público se deu em 1901, no governo de Paes de Carvalho, e a sistematização final do acervo no governo de Augusto Montenegro. Sendo que os dois últimos eram aliados de Antônio Lemos e faziam oposição a Lauro Sodré.

O mais interessante foi o uso da instituição, a qual serviu a cada um dos governadores, durante o governo de Lauro Sodré já se tinha clara a real necessidade de criação de um órgão de recolhimento de documentos, mas essa ideia só veio à tona no final do governo de Paes de Carvalho. E o principal articulador, Arthur Vianna, só foi nomeado diretor da biblioteca em 1899, e depois diretor da Biblioteca e Arquivo Público em 1901, ou seja, durante os governos de Paes de Carvalho e Augusto Montenegro.

Durante o governo de Lauro Sodré, existiu outro nome que foi destacado nas fontes, mas que ficou esquecido institucionalmente, pois, provavelmente, perdeu prestígio no Pará: Marcos Antônio Nunes, primeiro agente administrativo do novo órgão Biblioteca-Arquivo, ele buscou organizar a massa documental que estava no Arquivo da Secretaria do Governo em 1891, e é bem intrigante seu apagamento, porque em nenhum momento este nome foi citado por Arthur Vianna, e mais: depois de 1892, não se sabe o destino deste homem. Talvez a disputa entre os dois campos políticos tenha feito de Antônio Marcos Nunes um ser humano indesejado nos governos de Paes de Carvalho e Augusto Montenegro, mas o seu papel vai ser mais bem detalhado mais adiante.

A Lei n. 164, de 1894, e o Decreto n. 996, de 1901, são os dois marcos legislativos recorrentes quando se buscam informações sobre a criação do Arquivo Público, sendo que nas duas legislações ficam muito nítidas as funções que o Arquivo passaria a desempenhar: o recolhimento, o tratamento e a difusão dos documentos considerados históricos do estado do Pará, num governo que estava se fundamentando como República.

Na Lei n. 164, de 1894, artigo 2, orienta que todos os documentos tratados e publicados passariam a ser consultados por todos. E o Decreto n. 996, de 1901, amplia a função de recolhimento, quando autoriza esse trabalho por parte da *Biblioteca e Arquivo Público*, de toda documentação nas repartições estaduais anteriores a dois anos de criação. No

entanto, qual o sentido dessa reunião de documentos em torno de um arquivo público? Quais vantagens esse trabalho traria para o governo estadual?

Em uma mensagem ao Congresso do Estado feito por José Paes de Carvalho em 1º de fevereiro de 1901, ele ressaltou a importância de um arquivo público, pois iria reunir – de forma sistemática e organizada – todos os documentos espalhados pelas diversas repartições entregues a “servidores sem habilitação e zelo” (PARÁ, 1901, p. 14).

Neste pequeno trecho fica muito contundente a necessidade de se firmar dentro do estado do Pará uma nova política de trato com documentos considerados administrativos e históricos, e principalmente, a urgência em formar novos profissionais capazes de dar uma organização única a esses documentos.

Esse preceito vem acompanhado por uma nova postura do governo republicano brasileiro – e em especial do paraense – em reestruturar o aparelho burocrático. Todas essas desejadas transformações, segundo os discursos proferidos, tinham como base os princípios de uma nascente República, somados com uma ideia de modernidade.

Ainda com relação às condições dos arquivos das repartições públicas, havia nos relatórios estaduais e, em alguns jornais, a imagem de uma situação que era muito séria: a de que, em praticamente, todos os arquivos dessas repartições e, principalmente, da Secretaria do Governo, a organização era muito complicada.

Era uma imagem bastante recorrente nos dois tipos de fontes: de documentos espalhados, desorganizados e fragilizados pelo passar do tempo, em salas inadequadas para a conservação e preservação. A preocupação de todos que apontavam essa falha era com a história e a memória que se estava em perigo, mas havia uma crítica muito maior, a de que esses documentos desorganizados estavam dificultando os trâmites administrativos do Estado. Além disso, havia denúncias de que documentos estavam sendo roubados dos arquivos.

A preocupação maior era o Arquivo da Secretaria do Governo, o maior e o mais importante dentro da esfera governamental, pois nele estavam documentos das repartições que foram extintas de diversas épocas, desde o período colonial até o início da República e a principal crítica era a falta de um método que permitisse a organização desse acervo e de outros dentro do Governo.

No jornal *O Democrata*⁹, de 15 de janeiro de 1892, há uma denúncia contra a desorganização com que se encontra o Arquivo da Secretaria do Governo, pois a Administração Pública não conseguiu recuperar uma carta de sesmaria para um particular (O DEMOCRATA, 15 jan., p. 2). No projeto de lei – que foi debatido e aprovado na Câmara do Senado e na Câmara dos Deputados sobre a anexação da documentação que estava no Arquivo da Secretaria de Governo – fica muito evidente esse quadro de extrema desorganização dos documentos.

Na redação do projeto n. 32, da Câmara do Senado, que autorizava o recolhimento dos documentos históricos até o ano de 1840, fica bem visível às justificativas desse recolhimento: o estado de abandono pelo tempo e o acesso extremamente difícil que delas precisam e se dedicam em pesquisar¹⁰.

Esse quadro físico do acervo também era muito comum nos arquivos das Intendências Municipais, apontados diversas vezes por Arthur Vianna, já como diretor da Biblioteca e Arquivo Público. Em várias correspondências oficiais, ele se incomodava com a documentação que se encontrava no interior do estado, nos cartórios, Igreja Católica e das repartições públicas estaduais e municipais. E uma alternativa apontada era o recolhimento dessa documentação para o Arquivo Público, colaborando dessa forma para a preservação dos documentos e da memória.

Partindo a análise para os discursos que fundamentaram o Arquivo Público há uma clara alusão às ideias que eram muito comuns ao período: de civilização, modernidade, reformas, novos tempos. A criação de uma instituição arquivística atendia a um tipo de exigência de memória em curto prazo, ou seja, do paralelo com o período anterior à República.

Um exemplo desse traço tão marcante é a própria concepção do prédio destinado ao novo arquivo: antes ele foi um banco, que como foi demonstrado em imagem anterior na tela de Righini, ficava em uma rua sem calçamento e sem iluminação pública elétrica e para abrigar o novo arquivo e biblioteca, este prédio foi todo reformado para receber o acervo bibliográfico e documental da nascente instituição.

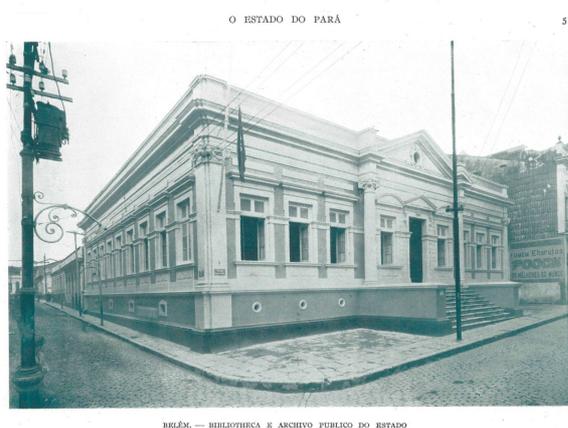
⁹ Publicação diária, órgão do Partido Republicano Democrático, circulou sob a direção dos chefes do extinto Partido Liberal, redigido por Américo Marques Santa Rosa e impresso por Joaquim Augusto Soares Carneiro (...).” (JORNAIS PARAÓARAS..., 1985, p. 125).

¹⁰ Câmara do Senado, série Projetos, ano: 1894, número da caixa: 55 e Câmara dos Deputados/ série Projetos, ano: 1894, número da caixa: 33.

Em uma foto externa do prédio, presente no álbum do Governo de Augusto Montenegro, há no enquadramento da imagem um poste de eletricidade e o novo calçamento público, tudo servia para demonstrar para um público local e nacional a modernidade do entorno das novas instalações.

Com a bandeira nacional hasteada em sua esquina, o novo arquivo demonstrava ainda ao mundo civilizado local e nacional, que a nova República destinava-se ao futuro, ao reorganizar de forma moderna, o passado colonial e imperial. O novo estabelecimento estava pronto para receber seus usuários, mas mais ainda a se mostrar moderno a cada um deles.

Figura 4 – Belém: Biblioteca e Arquivo Público do Estado



Fonte: Pará, 1909

É claro que a necessidade simbólica de “tempos outros e tempos novos” – embora determinante para a criação do Arquivo Público – não foi sua causa única de reorganização. A sustentação e a determinação para a fundação da instituição deveram-se também e sobretudo à uma necessidade urgente e palpável: os trabalhos administrativos do Estado.

Como nas palavras do governador Paes de Carvalho, em 1901, citado anteriormente, a criação de um arquivo público colocaria todos os documentos num único sistema de método e nas mãos de pessoas competentes. A intenção era clara, dar resposta – de forma muito mais ágil – às demandas administrativas que precisassem da consulta dos documentos e, ao mesmo tempo, não se pode desprestigiar a importância das justificativas ideológicas, que circulavam em torno dos arquivos públicos como uma forma de sustentação de uma ideia de modernidade administrativa e de cidadania da qual os documentos se transformariam em objetos probatórios e informativos.

O APEP é um exemplo de instituição que nasceu no seio de uma discussão de modernidade¹¹, da qual o país e a região estavam passando por grandes transformações econômicas e políticas. Nas palavras de políticos e do primeiro diretor da Biblioteca e Arquivo Público, o Arquivo trouxe consigo um projeto antigo sob o ponto de vista nacional e novo para a região amazônica, de que a guarda e disseminação da informação oficial de um Estado era exemplo de civilização¹² e desenvolvimento de um lugar.

Nos primeiros Anais do Arquivo, Arthur Vianna ressalta o espírito republicano que estava empenhado em mudar a situação da documentação colonial depositada no antigo Arquivo da Secretaria de Governo e essa importância dos valores fica muito evidente quando ele realiza um resumo histórico da criação da Biblioteca e Arquivo Público.

Para Vianna, toda concepção é fruto da República recém-nascida e, em nenhum momento, há referências do período do Império. Além disso, havia uma denúncia clara de Vianna a respeito da situação de descaso dos documentos durante o Império e tudo isso fica muito sintetizado em poucas palavras do mesmo: “(...) A Biblioteca e Arquivo Público representam uma instituição que honra a história da República (...).” (ANNAES..., 1902, p.27)

No relatório estadual de 1897, Arthur Vianna ressaltou as grandes transformações que a Biblioteca sofreu durante o Governo de Lauro Sodré, que saiu do Lyceu Paraense para

¹¹ O crescimento da economia da borracha na Amazônia, fez com que o estado do Pará se transformasse em um dos maiores produtores de látex. Como consequência, criou-se uma modalidade de oligarquia regional composta por seringalistas proprietários de seringais e comerciantes dito “aviadores” que forneciam gêneros necessários ao funcionamento dos seringais e se responsabilizavam pela aquisição e transporte da borracha para Belém entregando-a a grandes firmas exportadoras dessa matéria-prima. Essa riqueza, fruto da extração da borracha, permitiu a esta elite a construção de um estilo de vida que imitava os hábitos, valores e conceitos vigentes nos grandes centros urbanos europeus e nacionais, ou seja, “a cidade procurou se modernizar como que estivesse se preocupando para ser o porto de escoamento da produção da borracha que em dado momento assumiu o segundo lugar na pauta de exportação brasileira.” (SARGES, 2002, p. 142). O processo de urbanização e modernização em curso na época encontrou na administração municipal do Intendente Antônio Lemos a sua explosão mais eficiente: “A cidade estava cheia de símbolos que sinalizavam um projeto modernizador ao gosto das elites enriquecidas com a economia da borracha. Não bastava, no entanto, apreciar esse invólucro – monumentos, mercados, prédios; era preciso proteger todos os elementos que representavam o sonho burguês da modernidade.” (SARGES, 2002, p. 143).

¹² A fotografia foi muito utilizada no final do século XIX e início do XX para ser um veículo de comunicação e informação das transformações urbanas ocorridas na cidade de Belém, provocadas pela modernidade. É interessante que esse processo foi sentido de uma forma muito intensa pelos álbuns, relatórios, livros, revistas, jornais, cartões-postais e exposições nacionais e internacionais da qual expressavam uma imagem de progresso da cidade, pela ação “civilizadora” de governos sempre relacionadas com as ideias de tecnologia e beleza, de saneamento e implementação de diversas melhorias. As fotografias possibilitam visualizar a cidade no momento que ela era preparada para ser exibida. E mais: pode-se perceber que, ao mesmo tempo, que os republicanos queriam divulgar as ideias de “ordem”, era fundamental propagar a imagem de uma nova mentalidade que se formava em relação ao “progresso” e concretizada pelas reformas urbanas. Belém, a partir de 1890, foi divulgada no exterior como imagem de civilização e progresso, na qual, amiúde, era apresentada como uma certa independência econômica em relação ao resto do país. A cidade passou por reformas urbanas significativas destinadas especialmente à elite local (PERREIRA, 2015, p. 150-153).

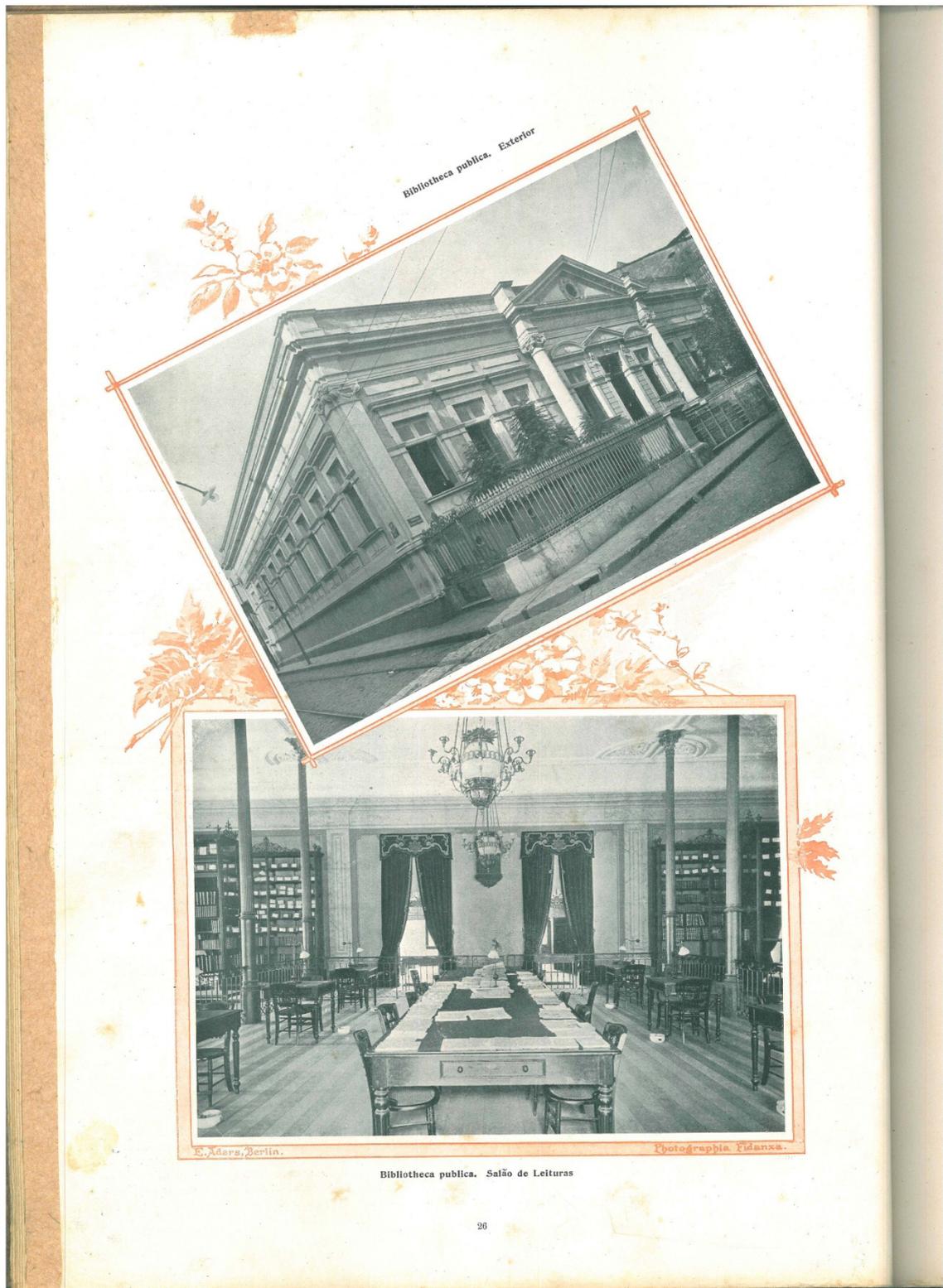
um novo prédio. Em 1894, pela Lei n. 164, a Biblioteca foi reorganizada e transferida para um prédio comprado pelo Estado da qual funcionava o antigo Banco Comercial.

A biblioteca foi definitivamente instalada em 1º de fevereiro de 1896, com um material novo e adaptado ao edifício e, segundo o relatório, a Biblioteca era completamente outra. Sua reorganização artística interna seguiu em tudo os modelos dos mais modernos estabelecimentos deste gênero e o Relatório ressalta o recolhimento do valioso acervo de manuscritos do período colonial da Secretaria do Governo como um grande exemplo de governo preocupado com a memória e com a história de uma região. (PARÁ, 1897a, p.14.)

É bem sintomática a escolha do prédio que vai abrigar a biblioteca com todo o material bibliográfico e documental: um antigo banco, ou seja, um prédio que foi construído para ser uma espécie de cofre e que guardaria o tesouro das pessoas, passaria a ser um cofre e guardaria um tipo de tesouro do Estado: os documentos de valores históricos. Essa instituição teria a função de preservar e manter acessível o acervo documental, protegendo-o de um possível esquecimento e de usos indevidos, em outras palavras, a funcionalidade de um banco vai ser preservada.

É claro que não se pode afirmar que a intenção do governo estadual em comprar especificamente este prédio foi justamente a prerrogativa de unir o valor simbólico de um banco, haja vista que não há documentos que provem isso, mas é muito automática a ligação entre as duas instituições com alguns símbolos de novos tempos e modernidade, como torna-se claro na disposição *Art Nouveau* feita do Arquivo no álbum do governo de Paes de Carvalho (Figura 5).

Figura 5 – Foto de Felipe Fidanza do exterior da Biblioteca Pública e do seu salão de leitura



Fonte: Pará, 1898

Figura 6 – Foto de Felipe Fidanza do Arquivo da Biblioteca Pública e do Salão Nobre do Theatro da Paz



Fonte: Pará, 1898

As três fotografias do álbum que tratam da nova biblioteca e arquivo são exemplares, pois, primeiramente, nota-se a disposição fotográfica em active para o novo

prédio na primeira e também em aclave para o interior da Biblioteca Pública-Arquivo na segunda.

É muito interessante que as fotos internas do novo estabelecimento separaram um mesmo espaço em dois: a biblioteca pública – salão de leitura e a biblioteca pública – arquivo. Tanto a disposição em aclave, quanto esta separação e a sobreposição das imagens tendem a ressaltar as duas primeiras fotografias (Fachada Exterior e Biblioteca-Arquivo) sobre as duas últimas, valorizando o arquivo e seu trabalho.

Ainda nas duas fotos internas do prédio, o que sobressai são as estantes, mesas e cadeiras de consultas, lustres, cortinas, colunas e observando as imagens, não há pessoas consultando os documentos ou lendo os livros em um salão destinado à leitura, assim como pessoas trabalhando no acervo documental e bibliográfico, apenas fotografia de objetos, numa alusão provável de que não havia uma pessoa em especial que mereceria destaque, nenhum funcionário ou usuário em específico.

Aqui pode-se entender que o alvo de destaque não eram os leitores e os usuários dos documentos em si, mas a modernidade de suas instalações. Todo trabalho fotográfico do álbum encomendado por Paes de Carvalho manteve como ator principal o Governo, e este deve ser lembrando como o grande responsável por todas essas mudanças institucionais no prédio externo e interno na nova Biblioteca-Arquivo. É claro que havia uma hierarquia de poder da qual se transferia do Governador para o Secretário de Instrução Pública passando para o diretor da *Biblioteca e Arquivo Público* e atingindo o último elo da cadeia, os servidores, contudo, no caso da Biblioteca-Arquivo, mostra-se menos esta hierarquia e mais o espaço luxuoso, higiênico, eletrificado e moderno.

Outro dado retirado das últimas fotos é a presença de mostruários ao redor do salão de atendimento, que funcionavam como uma espécie de exposição permanente de documentos. A grande problemática é: que tipos de documentos eram colocados à disposição para um público? Como era realizada essa seleção? Que tipos de critérios eram utilizados? Infelizmente não foi encontrado nenhum documento que possa responder a todas essas questões, mas por outro lado, se pode esboçar uma análise e procurar a percepção da utilização dos documentos não somente como provas administrativas ou como testemunhos históricos para pesquisas, mas há uma clara referência do uso desses documentos como monumentos também.

Na mesma página que é apresentada o salão de atendimento da Biblioteca e Arquivo Público também está uma imagem de salão do Theatro da Paz (Figura 6) e a união

das duas imagens não pode ser considerada ingênua e despreziosa. Nas duas fotos ficam muito evidentes as ideias de grandiosidade e esplendor dos espaços e, ao mesmo tempo, ambientes de sociabilidade e circulação de determinadas pessoas: as consideradas “cultas” e “civilizadas”, ou aquelas que estariam estudando para o ser.

O meio do *Theatro da Paz* e, em especial, seu Salão Nobre, não era local somente de uma casa de espetáculo, ali também havia importantes exposições de pinturas, e o salão da Biblioteca e Arquivo Público não era somente um local de leitura e estudo, também era local de exposição de documentos. Em ambos os recintos se realizavam encontros e conversas “civilizatórias”, descobertas da Amazônia em fontes escritas antigas ou em pinturas não menos educativas da arte da modernidade republicana¹³. Por isso era de extrema necessidade serem requintados e embelezados, mas a diferença mais notória entre a representação do salão do Teatro com o da Biblioteca-arquivo, contudo é a presença de três elegantes pessoas na primeira foto e de nenhuma delas na segunda, talvez aí merecesse mais destaque os papéis em estado de organização dentro do novo arquivo.

1.1 ORGANIZAR PARA GOVERNAR: O ARQUIVO, SUA SISTEMATIZAÇÃO E OS INTERESSES DOS PRIMEIROS REPUBLICANOS.

Pode-se elencar como um marco inicial de um interesse de sistematização do acervo histórico o recolhimento da documentação realizado durante o governo de Lauro Sodré para a biblioteca em 1894. A Lei n. 164, que determinava essa ação, deixava muito claro que os documentos até 1840 deveriam ir para o acervo da biblioteca, demonstrando dessa forma uma tentativa de separação de documentos históricos e correntes colaborando dessa forma para uma organização mais rápida tanto do arquivo transferido como do arquivo corrente da Secretaria do Governo.

Vale ressaltar que durante esse governo foi criada uma comissão sob a direção de Antônio Marcos Nunes que visava dá uma organização aos documentos ainda no Arquivo da Secretaria do Governo em 1891. Num segundo momento, já no governo de Paes de Carvalho, inicia-se uma sistematização mais contundente no acervo com a direção de Arthur Vianna como diretor da Biblioteca Pública, e depois, como diretor da *Biblioteca e Arquivo Público*.

¹³ Para Figueiredo (2012), para que uma geração modernista dos anos de 1920 se instalasse no Pará foi necessária “árdua labuta de uma anterior”, eram pintores, como Theodoro Braga (1872-1953), os quais, com seus interlocutores, propuseram “uma moderna interpretação dessa história [amazônica], lançando a semente do gosto pelo passado”. (FIGUEIREDO, 2012, p. 17).

Sobre o trabalho de recolhimento, em uma mensagem de 1906, o Governador Augusto Montenegro ressaltava a importância de um recolhimento de livros e papéis do Pará, sobretudo aqueles referentes às terras existentes nos arquivos municipais. Aqui se revela nitidamente que a preservação documental não era mero interesse de uma manutenção arquivística mais ampla, ela nascia atrelada aos interesses políticos que aqui se vislumbram no caso das terras do Pará, em uma época de forte crescimento econômico, social e demográfico e também o mesmo Governador demonstrava que a ação no Arquivo deveria ir além do recolhimento documental.

Aspecto primordial também era o seu tratamento “técnico”, além da publicação de um índice de todos os documentos pertencentes a estes arquivos municipais sobre terras. No mesmo documento, o governador relatava as dificuldades desse trabalho de recolhimento pelo interior do Estado, haja vista que em alguns casos não se sabia do paradeiro dos documentos e em outros, os arquivos estavam totalmente incompletos. (PARÁ, 1906, p. 22).

Deste documento se entende que os novos arquivos republicanos e, em especial, o do Pará, precisavam trabalhar com questões públicas de ordem primeira no patamar político, mas o tema das terras será detalhado mais adiante, o que interessa por agora é perceber melhor que os novos arquivos criados não eram propriamente autônomos; pelo contrário, estavam servindo de braços e pernas de ações de Governo.

Neste sentido, uma característica do Arquivo Público do Estado do Pará, compartilhada também com o Arquivo Público do Paraná e outros, é a sua falta de independência administrativa. No caso do Pará, o Arquivo era ligado à Secretaria de Interior, Justiça e Instrução Pública. Porém, este parece ter sido o único caso deste atrelamento, pois no Paraná, o Arquivo ficava anexado diretamente à Secretaria do Governo¹⁴.

Já o Arquivo Público de São Paulo estava vinculado à outra repartição do Estado, no caso específico, à Repartição de Estatística, sendo ambos controlados pela Secretaria do Estado do Interior (CORREIO PAULISTA, 17 ago. 1892, p. 3).

No caso do Amazonas, o Arquivo Público foi criado no Decreto n. 184, de 19 de agosto de 1897. Este arquivo nasceu junto da Diretoria de Estatística e foi destinado à guarda e conservação de todos os papéis e outros documentos oficiais que lhe fossem entregues por outras repartições do Estado, assim como a sua organização. (DIÁRIO OFFICIAL DO ESTADO FEDERADO DO AMAZONAS, 24 ago. 1897, p. 1 e 2).

¹⁴ www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/lei33fn.pdf.

Em 1898, o Arquivo Público deste outro estado amazônico se anexava à Biblioteca Pública. Em duas publicações foram encontradas informações de que a amalgamação foi muito positiva ao acervo do arquivo, que começou a se organizar. Ambos os documentos elogiam os trabalhos de organização do arquivo (COMÉRCIO DO AMAZONAS, 20 jul. 1898, p. 2), da qual os documentos eram expostos “sem methodo e sem satisfazer o proveitoso fim que lhe é destinado” (MENSAGEM..., 1898, p.18).

Pelo que se observa, os arquivos recém-criados pelos republicanos mereciam atenção da Secretaria de Estado, já que todos serviam certamente aos interesses diretos dos governadores, mas eles poderiam ser ligados a outras secretarias mais específicas, o que é interessante perceber é que havia um empenho de ligar estas novas instituições tanto à Instrução Pública, quanto às novas diretorias estatísticas, numa clara noção republicana e positivista de união do passado com o futuro: a ordem com o progresso e modernização republicanos.

Assim, juntar o Arquivo Público com a Biblioteca Pública também fazia sentido, visto que em ambas as instituições, a função de educar a mocidade estava evidente. No caso do Arquivo, no entanto, as questões técnicas em si – como a criação de índices e de publicações específicas – concatenavam-se com a ideia republicana de se governar com dados e estatísticas. Logo, os documentos antigos forneceriam as bases das modernas estatísticas, ajudando a compor o futuro positivo e progressivo que almejavam os republicanos.

Partindo a análise para a metodologia empregada nos documentos históricos foi possível encontrar dois momentos da qual foram montados e sistematizados, o que afinal leva à afirmação de que o modelo empregado por Arthur Vianna seguiu o primeiro modelo criado por Antônio Marcos Nunes, já apontado neste texto.

O primeiro momento de organização desse acervo documental se deu em 1890, portanto bem antes da criação do Arquivo Público, e anterior ao recolhimento à Biblioteca Pública em 1894. É muito interessante e fundamental o trabalho de Antônio Marcos Nunes haja vista que por meio dele fica mais uma vez sustentado a ideia de criação de um Arquivo Público, assim como é com o método dele que Arthur Vianna vai conseguir montar o segundo momento de sistematização do acervo histórico do Arquivo Público, mesmo Vianna não deixando claro essa evidência.

Na verdade, o primeiro diretor em nenhum momento cita a organização que Nunes deu à documentação do período colonial e imperial, o relatório de Nunes também é muito emblemático, porque denota uma visão muito moderna de Arquivo Público. Para este

relatório, a instituição não somente guarda a documentação de caráter histórico, mas serve também à Administração, porque consegue reunir documentos que são as provas documentais da ação do Governo e seriam esses documentos que garantiriam um retorno muito rápido para as várias demandas governamentais, principalmente no que tange as questões mais graves do período do final do século XIX e início do século XX para o Estado paraense: a questão das terras e dos limites-fronteiras do Pará e Amazonas, fatores que serão analisadas posteriormente.

O andamento do trabalho de organização arquivística efetuado por Nunes foi publicado no jornal *A República*¹⁵, inclusive, neste periódico, havia uma coluna ou seção chamada de *Archivo Público*, normalmente publicada logo na segunda página do jornal e não tinha uma periodicidade clara; porém, pelo menos uma vez por semana, a nota era publicada onde em meio a poucas propagandas, a intenção era mostrar os documentos encontrados, assim como a sua quantificação e também se lia notícias políticas de importância e notas sobre documentos interessantes encontrados no processo organizatório e sobre os trabalhos realizados no acervo (Figura 7). A última coluna publicada é de 24 de março de 1891, e desde o início foram nove notas mostrando os resultados obtidos.

Na seção *Archivo Público* fica claro o tipo de organização empregado para o trabalho técnico: uma classificação cronológica, a começar com a fundação da cidade de Belém, em 1616 e a divisão se daria da seguinte forma: 1º período, o colonial; o 2º período, o Reino Unido e o 3º período: Império; e por fim, o 4º período: República. Na nota, fica bem expresso que o responsável pelo respectivo trabalho técnico é Antônio Marcos Nunes e, a partir da próxima nota, quem vai escrevê-la é o próprio Antônio Marcos Nunes. (A REPÚBLICA, 13 dez. 1890, p. 2).

¹⁵ “Jornal de circulação diária, órgão do Partido Republicano, reinicia sua publicação sob a responsabilidade de Raymundo Martins, Manoel Barata, Theotônio de Brito e Martins Pinheiro e redação de João Hosannah de Oliveira, Marques de Carvalho e João Chaves da Costa (...)” (JORNAIS PARAOARAS..., 1985, p. 132).

Ainda em relação à organização dos documentos, na mesma nota, o autor afirma que ela se deu por espécie documental ou por assunto (A REPÚBLICA, 13 dez. 1890, p. 2) e observando as séries dadas por Marcos Nunes, fica muito evidente que Arthur Vianna seguiu o mesmo sentido de percurso no momento de separar a documentação por séries organizadas por períodos e anos. Todavia, algumas se mantiveram as mesmas, como as “Cartas de Data e Sesmarias”, série certamente de fundamental importância desde o tempo de Lauro Sodré, já que foi mencionada na organização de Nunes e se manteve na de Arthur Vianna, sendo neste segundo momento toda listada, sendo que a relação de sesmeiros foi publicada nos *Annaes da Biblioteca e Arquivo Público*.

Outras séries foram modificadas, mas mantiveram ou seguiram o método de classificação por espécie ou por assunto e Vianna acrescentou mais informações às séries criadas anteriormente, por exemplo, Nunes classificou uma série de documentos como “Assuntos de fronteiras”, já na classificação de Vianna a mesma série ficaria “Questão de limites com a Espanha”, Vianna provavelmente distinguiu e classificou esta última série sozinho, claramente por sua relevância ao projeto republicano de Paes de Carvalho. Em alguns momentos fica claro também o trabalho gigantesco de Vianna: uma série relevante ao Arquivo até hoje como a de “Correspondências de diversos com o Governo”, na classificação de Nunes nem foi mencionada.

Igualmente interessante de se mencionar é que o trabalho de Nunes se baseava numa tentativa de classificar os documentos ao longo do trabalho. Este método é hoje considerado muito perigoso e complicado, haja vista que, ao longo dos trabalhos técnicos, muitas questões aparecem, sendo que algumas pedem modificações profundas no trabalho já realizado. Atualmente a Arquivologia possui métodos de identificação em acervos acumulados que não passam por esse método adotado por Nunes; na verdade, é desaconselhável essa lógica de trabalho, porém na ausência destas diretrizes de trabalho na época de Nunes, ele e sua equipe faziam uma sistematização que servia aos interesses do Estado e à urgência deste em tempos de mudanças institucionais profundas na instalação republicana.

Antes de mostrar os primeiros resultados, Marcos Nunes fez publicar no jornal republicano, o estado em que encontrou o Arquivo da antiga Secretaria de Governo Imperial: completa desordem com papéis de diferentes épocas misturados, sem métodos ou o que ele denominava de “sem ordem alguma” (A REPÚBLICA, 20 dez. 1890, p. 2). Ao mesmo tempo, Nunes já apontava que o prazo do trabalho de finalização do trabalho de organização do

arquivo da comissão foi estendido de 4 meses para 8 meses, justamente pelas condições físicas do Arquivo da Secretaria de Governo. No mesmo jornal, Nunes também se mostrava muito decepcionado por não encontrar nenhum documento de 1616, porém encontrou muitos documentos do período do reinado de D. Maria I (A REPÚBLICA, 20 dez. 1890, p. 2)

A partir do dia 24 de dezembro de 1890, Marcos Nunes começava a mostrar os resultados da organização, sempre baseado na seguinte metodologia: separar os documentos por ano; depois separar por espécie documental ou por assunto; e quantificar. Os primeiros documentos foram os de Sesmaria: 1722: três sesmarias; 1723: 22 sesmarias; 24 patentes e 40 provisões; 1725: 45 sesmarias, 30 patentes, 56 provisões, 1 petição. (A REPÚBLICA, 24 dez. 1890, p. 2-3).

Na coluna do dia 27 de dezembro de 1890 apareceram mais resultados dos trabalhos desempenhados pela Comissão, pois foram localizados 21 livros reunidos de atos do governo, com 1.346 documentos identificados, sendo 871 do período de 1750 a 1777 e 475 do período de 1777 a 1799 (A REPÚBLICA, 27 dez. 1890, p. 2). Esta sequência das sesmarias para os atos de governo também não parece muito aleatória, já que Nunes poderia com ela juntar a questão das terras doadas e confirmadas aos sesmeiros com a vida institucional e governamental que lhes daria vida e credibilidade política para debates contemporâneos sobre litígios de terra e de limites do Pará com os franceses, por exemplo.

Há algumas colunas no jornal que merecem destaque, como é o caso do dia 15 de janeiro de 1891, quando Marcos Nunes ressaltava a importância da documentação da região do Amapá no que tange aos limites com a Guiana Francesa (A REPÚBLICA, 15 jan. 1891, p. 2), a partir desta data há uma recorrência de documentos sobre essa questão, assim como textos do próprio Nunes recuperando todos os aspectos históricos dessa ocupação no extremo norte do país.

É relevante notar que neste momento, o atual Amapá vivia um instante tenso da qual o crescimento da borracha de um lado, e um longo litígio territorial com os franceses, de outro, tornava os documentos públicos sobre a região essenciais, e políticos paraenses, como Francisco Veiga Cabral se destacaram no processo contemporâneo de manter o Amapá como parte do território brasileiro e paraense¹⁶. Esta questão, que começa já antes do período republicano, só foi diplomaticamente resolvida com um acordo assinado em 1900.

¹⁶ Sobre os políticos paraenses nesta disputa no Amapá e, em especial, sobre a atuação de um deles, Francisco Xavier Veiga Cabral, ver Silva (2015).

A partir do dia 29 de janeiro de 1891, a nota começa a trazer para os leitores transcrições de documentos históricos tomado no jornal como “preciosos”. No caso deste dia, trata-se de um documento de 1743 que se refere a um termo da junta de 8 de agosto sobre a questão de Caiena com os franceses (A REPÚBLICA, 29 jan. 1891, p. 2). Mais uma vez, o “preciosismo” do passado é fundamental para as pendengas do presente republicano, o que dava sentido politizado de primeira ordem à organização do acervo documental da nova instituição Biblioteca-Arquivo recém-criada por Lauro Sodré.

Em março de 1891, em uma nota extensa, Marcos Nunes finalizava o seu trabalho no acervo da Secretaria do Governo, mas ele deixava claro que o trabalho organizatório não estava finalizado. Nunes elabora, então, no jornal uma espécie de relatório final do trabalho da comissão que estava organizando a documentação. É bem interessante o documento, porque Marcos Nunes deixa muito explícita a necessidade de criação de um arquivo público para a proteção da documentação. Apesar de o documento ter sido publicado no jornal, fica parecendo que ele era endereçado para o Governador do Estado, haja vista a saudação a ele no início do texto.

O documento começa lamentando duas coisas: o tempo por não ter sido possível concluir o todo o trabalho e por não terem encontrado mais documentos referentes à Cabanagem e à Guiana Francesa. Marcos Nunes ressalta que ainda faltava muito trabalho a ser realizado, e, ao mesmo tempo, expunha a importância da documentação para a História do estado e o valor administrativo, quando dá um destaque enorme para a documentação relativa à Guiana Francesa no sentido de serem resolvidas as questões de limites entre os dois países.

Ele pautava uma questão muito interessante: se até o momento de fechar o relatório eles conseguiram revelar uma infinidade de documentos importantes sem conseguir concluir todo o trabalho, era possível imaginar a quantidade de outros documentos que poderiam vir à tona num trabalho de maior tempo e vulto. E acrescenta mais uma constatação: ser precária a situação dos arquivos de outras repartições públicas – que por uma dedução do autor – estariam em péssimo estado de suporte e de organização pelo quadro do arquivo da Secretaria do Governo.

Na verdade, toda essa cena montada por Marcos Nunes não foi involuntária, pois ele queria realmente ressaltar a importância da criação de um arquivo público. Para justificar a sugestão, invocava os princípios da modernidade e civilização do final do século XIX, ou seja, a criação de arquivos, bibliotecas e museus remontam a uma preocupação com a História e com a Memória como garantia de perpetuação, cidadania. Nunes apontava que em todas as

nações “cultas”, a criação de arquivos serve de repositório ou guarda de todos os documentos referentes à sua história e citava ele o caso de Portugal, como exemplo que tinha o seu arquivo da Torre do Tombo (A REPÚBLICA, 24 mar. 1891, p. 2-3):

Si o povo jus a exigir que se lhe dê os meios para conseguir o conhecimento da fauna, flora e minério da região em que vive, assim como o do que houver de mais importante na sciência humana, também o tem de saber da sua origem, índole, costumes, línguas, organização, enfim, da sua história. (A REPÚBLICA, 24 mar. 1891, p. 2-3).

Em um segundo momento, o autor criticava o local onde estavam armazenados os documentos na Secretaria do Governo. Ao mesmo tempo, ele colocava que todo o seu trabalho ficaria perdido se o Governo não tomasse alguma providência no sentido de transferir essa documentação para outro local mais adequado, haja vista que o descaso é total no Arquivo da Secretaria.

É interessante porque em 1894, essa documentação vai ser levada para a Biblioteca Pública, o que coloca uma questão: até que ponto esse trabalho de Nunes foi relevante para o Governo? Porque ele é bem categórico em afirmar que aquele lugar não fornece nenhuma condição de armazenagem e é quando sugere a transferência dos documentos para um lugar mais salubre. É claro que tudo isso pode estar servindo de subsídio para a argumentação de um Arquivo Público, porém, é interessante porque em 1894 toda essa documentação vai ser transferida para a Biblioteca Pública sob a justificativa de que ali esses documentos poderiam estar protegidos e dados a uma organização. (A REPÚBLICA, 24 mar. 1891, p. 2-3)

O autor continua apontando uma última vantagem de se ter um Arquivo Público: reunião de documentos que poderiam fornecer provas ao Direito Público e Privado, é de se surpreender essa constatação, haja vista, que aqui fica muito claro um objetivo moderno de conceito de Arquivo: instrumento de cidadania, de um local capaz de atender as demandas jurídicas e administrativas, mas por outro lado, conhecendo a realidade administrativa do estado do Pará deste período, essa justificativa é muito plausível e compreensível.

Diante de toda uma demanda por documentos para fins de prova legal e administrativa, somados com a realidade física do Arquivo da Secretaria de Governo, tem-se como resultado a sugestão da reunião de todos esses documentos em um único espaço com um único método de arquivamento e recuperação de informação, facilitando, desta forma, a Administração Pública (A REPÚBLICA, 24 mar. 1891, p. 2-3)

Na última parte da nota de jornal, Marcos Nunes mostra a forma de organização do acervo:

1ª secção: Poder executivo:

- 1- Geral: Federal
- A) Fazenda federal
- B) Administração propriamente dita
- C) Obras públicas
- 2-Executivo do Estado
- A) Fazenda federal
- B) Administração propriamente dita
- C) Obras públicas

2ª secção: Poder legislativo:

- 1- Geral: Federal
- A) Fazenda federal
- B) Administração propriamente dita
- C) Obras públicas
- 2- Executivo do Estado
- A) Fazenda federal
- B) Administração propriamente dita
- C) Obras públicas

3ª secção: Poder judiciário:

- 1- Geral: Federal
- A) Fazenda federal
- B) Administração propriamente dita
- C) Obras públicas
- 2- Executivo do Estado
- A) Fazenda federal
- B) Administração propriamente dita
- C) Obras públicas

4ª secção: diversos:

1ª divisão: diversos referentes à União

- A) Fazenda federal
- B) Administração propriamente dita
- C) Obras públicas

2ª divisão: diversos referentes ao estado

- A) Fazenda federal
- B) Administração propriamente dita
- C) Obras públicas

5ª secção: documentos do arquivo

(A REPÚBLICA, 24 mar. 1891, p. 2-3)

Outro aspecto bem interessante da criação e do funcionamento do proposto arquivo nos primeiros anos era o tipo e a qualidade de apoio que o Governo Estadual deu a esta repartição e esse investimento está explícito nos primeiros relatórios pelos resultados obtidos com a organização dos documentos. Para homens, como Paes de Carvalho, a República inaugurava uma nova era. Em seu primeiro relatório, para 1897, ele perguntava: “Que edifícios públicos possuía o Estado em 1891? Onde e como se acomodavam as repartições públicas? Que Museu e que Biblioteca possuíamos? ” e ele mesmo respondia : “coisa alguma”. (PARÁ, 1901b, p. 8).

O quadro abaixo foi retirado do mesmo relatório de Paes de Carvalho, em que ele dá conta de expor publicamente o grande investimento financeiro do Estado paraense na compra de prédios públicos para melhorar as instalações do novo governo e o que chama a atenção é a cifra destinada à compra do prédio do Banco Comercial para uso da nova Biblioteca e Arquivo (155 contos de réis), a maior gasta pelo estado do Pará em 1897.

Considera-se ainda, que o Estado tem despendido com a aquisição de edificios:

<i>Para a Bibliotheca.....</i>	<i>155:000\$000</i>
<i>“ o Museu.....</i>	<i>120:000\$000</i>
<i>“ a Secretaria de Segurança Pública.....</i>	<i>115:000\$000</i>
<i>“ o quartel do 2º Corpo de infantaria.....</i>	<i>55:000\$000</i>
<i>“ o do esquadrão de cavallaria.....</i>	<i>70:000\$000</i>
<i>“a hosp. dos immigrants.....</i>	<i>50:000\$000</i>
<i>“a enfermaria militar.....</i>	<i>45:000\$000</i>
<i>De terrenos para augmentar o quartel do 1º corpo..</i>	<i>2:041\$066</i>
<i>Penitenciaria.....</i>	<i>6:000\$000</i>
<i>Hospital de isolamento.....</i>	<i>9:730\$000</i>
<i>Hospedaria de immigrants no Outeiro.....</i>	<i>50:000\$000</i>

677:771\$066

Fonte: PARÁ..., 1901a, p. 10

Ainda vale ressaltar que no mesmo relatório, Paes de Carvalho avaliava que o governo ainda teve que gastar mais 81 contos de réis para apropriar o prédio do antigo Banco Comercial para sua finalidade pública de Biblioteca e Arquivo. (PARÁ,1901a, p. 10).

Criminado, observando-se que, com os edificios comprados, foi mister gastar para apropiar-os ao fim de seu destino:

<i>Bibliotheca.....</i>	<i>81:009\$180</i>
<i>Quartel do corpo de cavallaria.....</i>	<i>163:274\$263</i>
<i>2º corpo.....</i>	<i>96:606\$585</i>
<i>Segurança publica.....</i>	<i>39:922\$523</i>
<i>Outeiro.....</i>	<i>142:212\$783</i>

Ou..... *523:025\$834*

Fonte: PARÁ..., 1901a, p. 10

Se os gastos foram imensos, grandiosos também eram os objetivos a serem alcançados pelo novo empreendimento. Paes de Carvalho lembrava que esperava, com o Museu Goeldi e com a Biblioteca e Arquivo, que estas instituições escapassem da antiga “ridícula parcimônia” das administrações que não lhe davam meios “indispensáveis a uma prestadia existência” e, também ao erro de confiarem à existência destas instituições “a indivíduos por via de regra escassamente habilitados para dirigirem-nas”. (PARÁ..., 1901, p.18).

Como um outro estabelecimento de instrução, a Biblioteca pública, o museu paraense deveu arrastar essa vida mesquinha e sem utilidade até quase extinguir-se, não só mal avisa economia, antes ridícula parcimônia das administrações que não lhes concederam os meios indispensáveis a uma prestadia existência e, também ao erro de confiarem-nos a indivíduos por via de regra escassamente habilitados para dirigir-nos. Esperamos que o restaurado museu, como a restaurada biblioteca, escaparão agora a esses males e que, providos de meios suficientes e capazmente dirigidos, justifiquem a sua restauração e honrem a ideia patriótica que levou aquele administrador a tentá-la (PARÁ..., 1901p. 18).

Assim o mesmo Paes de Carvalho gastava a segunda maior parte das verbas da Biblioteca e Arquivo com o pessoal, orçamento que só ficava abaixo do da compra de livros.

Bibliotheca:

<i>Pessoal</i>	10:094\$326
<i>Expediente</i>	1:997\$650
<i>Compra de livros</i>	25:000\$000
<i>Encadernação do archivo colonial</i>	5:000\$000
<i>Publicação do annuario</i>	4:000\$000

Fonte: PARÁ..., 1901a, p. 22

Com toda esta reestruturação, Paes de Carvalho avaliava que finalmente a Biblioteca e o Arquivo eram “completamente” outros, mas ele descrevia muito mais a mudança dentro da Biblioteca, e a via não só no campo funcional, mas sobretudo no artístico.

Ele enfatizava no Relatório que “sua reorganização artística interna seguiu em tudo os modelos dos mais modernos estabelecimentos deste gênero, sobretudo alemães e norte-americanos. Possui já, apesar de estar instalada há uma não, grande cópia de livros” (PARÁ, 1901a, p. 24).

A bibliotheca é completamente outra, com a primitiva. Sua reorganização artística interna seguiu em tudo os modelos dos mais modernos estabelecimentos d' este gênero, sobretudo allemães e norte-americanos. Possui já, apesar de apenas estar installada há um anno, grande copia de livros, pertencentes a diversos ramos dos conhecimentos humanos, e é de esperar que uma distribuição mais larga de verbas nos futuros orçamentos venha mais breve completar as ricas colleções, que se encontram na bibliotheca. Uma lei especial mandou annexar a este estabelecimento o archivo colonial, em deposito então na secretaria do governo, manancial esse, segundo podemos colher, bastante preciso no prelo está o 1º volume do Annuário, creado para a diffusão dos manuscriptos. Também o catalogo está em via de publicação.

Fonte: PARÁ..., 1901a, p. 24

Nos anos de 1898 e 1899, o corpo de funcionários da Biblioteca e Arquivo foi se estruturando: inicialmente contava com cinco funcionários, um diretor, um amanuense¹⁷

¹⁷ Amanuense: escriturário numa repartição pública que manualmente registra os documentos, assim como os copias.

ajudante dois serventes e um porteiro. Já em 1899 subiu para sete, saiu o amanuense e entraram dois oficiais e mais dois contínuos, só permaneceu um servente e um porteiro (PARÁ, 1901a).

VENCIMENTOS DO PESSOAL DA BIBLIOTHECA

<i>1 Diretor.....</i>	<i>1:280\$000</i>	<i>640\$</i>	<i>1:920\$000</i>
<i>1 Amanuense-ajudante.....</i>	<i>640\$</i>	<i>320\$</i>	<i>960\$000</i>
<i>1 Porteiro.....</i>	<i>480\$</i>	<i>240\$</i>	<i>720\$000</i>
<i>2 Serventes a.....</i>	<i>360\$</i>	<i>720\$000</i>	
			<i>4:320\$000</i>

Fonte: PARÁ..., 1901a, p. 44

VENCIMENTOS DO PESSOAL DA BIBLIOTHECA

	<i>Ord.</i>	<i>Grat.</i>	<i>TOTAL</i>
<i>1 Diretor.....</i>	<i>1:860\$</i>	<i>930\$</i>	<i>2:740\$</i>
<i>1 1º Official.....</i>	<i>1.000\$</i>	<i>500\$</i>	<i>1:500\$</i>
<i>1 2º Official.....</i>	<i>700\$</i>	<i>350\$</i>	<i>1.050\$</i>
<i>1 Porteiro.....</i>	<i>480\$</i>	<i>240\$</i>	<i>720\$</i>
<i>2 Continuos.....</i>	<i>360\$</i>	<i>720\$</i>	
<i>1 Servente.....</i>	<i>320\$</i>	<i>320\$</i>	

Fonte: PARÁ..., 1901a, p. 93

Já no relatório de 1901, Paes de Carvalho esclarecia melhor esta mudança e aumento de funcionários, em especial, os dois oficiais. Ela se imporia “afim de reunir metodicamente todos os esparsos documentos que existiam em diversas repartições entregues a arquivista sem habilitação e sem zelo”. E o Governador lembrava que aumentava a verba com funcionários, mas diminuía as despesas com expediente em detalhe aquela utilizada para a aquisição de livros. Para concluir, lembrava que “nos poucos meses que tem de vida a nova organização desta repartição já tem alguma coisa de proveitoso”, o que denotava o “acerto de sua criação” (PARÁ, 1901a, p. 31).

Bibliotheca e Archivo Publico – A criação de uma archivo impunha-se afim de reunir methodicamente todos os esparsos documentos que existiam em diversas repartições entregues a archivistas sem habilitação e sem zelo. Porisso foi preciso augmentar um pouco o pessoal, podendo-se para esse fim mais 3.570\$. Em compensação diminuido-se 400\$ na verba de expediente e 2.000\$000, na destinada a aquisição de livros.

Nos poucos mezes que tem de vida a nova organização desta repartição já laguma cousa de proveitoso tem Ella realizado, acerto de sua criação.

Fonte: PARÁ..., 1901a, p. 31

Ainda em 1901, Paes de Carvalho apresentava aos deputados do Congresso paraense a necessidade de se incluir no orçamento para 1902, uma “verba especial para a impressão do catálogo sistemático e dos Anais da Biblioteca, com o fim de não sobrecarregar a verba destinada à aquisição de livros e conservação de manuscritos” (PARÁ, 1901a, p. 66-67).

Não se sabia ao certo se todos os documentos iriam para a Biblioteca e Arquivo ou se parte deles iria para o novo Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico que acabara de ser criado, o que Paes de Carvalho ressaltava era a “maior relevância” que existia na impressão de alguns manuscritos vindo deste acervo, agora organizado para a chamada “história pátria, e as origens de nosso Estado” (PARÁ, 1901a, p. 67).

No orçamento vindouro será conveniente incluir uma verba especial para a impressão do catalogo systematico e dos Annaes da Bibliotheca, com o fim de não sobrecarregar a verba destinada à aquisição de livros e conservação de manuscritos.

A secção de manuscritos, precioso repositório de documentos de valor histórico sobre o Pará e o Amazonas foi objecto de acurados esforços; conta hoje 348 in-flois manuscritos, excellentemente encadernados; contendo 17.4000 documentos.

Além d'estes manuscritos já colleccionados e reunidos em livros possui a secção avultado número de outras que aguardam encadernação.

Fez-se aquisição de porte do material necessário a secção, importando-se dezeseis estantes do Wernick System Elastic Bookcases (The Wernick Co. Grand Rapids Mich. U.S.A.), que se acham installados no salão competente. Este material é insufficiente para os manuscritos já recolhidos à secção de modo que torna-se indispensável augmental-o, pois com as pesquisas propostas pelo diretor da Bibliotheca em seu relatório crescerá avultadamente o número de documentos.

Na sessão legislativa do anno passado o deputado dr. Virginio Santa Rosa apresentou, por parte da commissão de leis da Câmara dos Deputados, o projecto n. 840, auctorizando o governador do Estado a mandar recolher os manuscritos de valor dos archivos do interior à Bibliotheca Pública; pelo accumulo de serviço deixou o projecto de ser approved pelo Senado, depois de tel-o sido pela Câmara.

Convém ultimar a approvação do referido projecto na sessão legislativa do corrente anno, afim de que, auctorizado por lei, possa o governador mandar fazer as buscas competentes.

A organização completa da secção de manuscritos constituirá um relevante serviço prestado à história do Estado, convindo, portanto, apressar a sua conclusão com os meios necessários.

Constituídos dest'arte o Archivo Público, será talvez conviniente que se organize uma repartição aparte ou se a deixe a cargo do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Pará, fundado o anno passado.

Devemos zelar meticulosamente o que interessar à história pátria e às origens do nosso Estado, e será da maior relevância que se imprimam annualmente alguns volumes com os mais importantes manuscritos.

Fonte: PARÁ..., 1901a, p. 66-67

Ainda no relatório de 1901 ficou bem característico esse esforço em dar uma resposta rápida à demanda organizatória proposta pelo Governador. Foram apresentados trezentos e quarenta e oito (348) *in-folios* manuscritos e encadernados contendo sete [no documento consta 17 mil] mil e quatrocentos (17.400) documentos.

O relatório ainda ressalta o longo trabalho que ainda faltava e a necessidade de mais estantes para acondicionar os documentos já tratados. (PARÁ, 1901a, p. 66-67).

O interessante na mudança de ideia sobre o local apropriado para o APEP entre 1897 e 1901 talvez resida no fato de que o trabalho arquivístico ali desenvolvido nestes poucos anos ter ganhado uma dimensão maior do que a esperada. No Relatório de 1901, as encadernações de documentos acabavam ocupando muito espaço físico e certamente isso demonstrava o grau de relevância do trabalho desenvolvido, assim se chegou a pensar em arrumar mais estantes ou até em sair da Biblioteca Pública.

Outro aspecto a ser ressaltado é que no mesmo relatório de 1901, Paes de Carvalho encaminha, logo na sequência, o tema da necessidade de mais publicações, como o catálogo de manuscritos do Arquivo, abordando a questão das terras públicas no Pará, pois segundo ele havia um crescente interesse por estas terras com o aumento da população e a quantidade enorme de terras devolutas. Neste sentido, a lei 15, de setembro de 1892, trata do assunto, pois ela “subordinada aos mesmos princípios da lei 601 de 1850”, ou seja, reconhecia o princípio de ocupação das terras devolutas. (PARÁ, 1901a, p. 68).

Assim, se impôs aos novos republicanos, desde 1892, a dura tarefa de procurar as cartas de sesmarias e identificar quem eram os proprietários e assim reconhecer os lugares onde não mais havia proprietários sesmeiros para dotar o novo Estado de novos donos das chamadas terras devolutas, que legalmente se tornavam públicas e era o mesmo Paes de Carvalho que explicava o imbróglio legal desta questão fundiária.

Apesar de ampliado o direito de apropriação das terras públicas, o Governador não deixa de manifestar sobre a constante procura para a compra das terras devolutas. A Lei n. 82, que regulou a venda destas terras, apesar de extremamente favorável, posta em confronto com as leis vigentes em outros estados da União, deixa a desejar em seu modo de aplicação, pelas diferenças notáveis que apresentam as áreas territoriais em relação a sua situação.

Como lembrava Paes de Carvalho, a maior ou menor valorização da terra dependia das “condições naturais” e das “facilidades de transporte dos seus produtos” e, por fim, tudo isso acabava por emperrar o processo de regulamentação desta venda. De um lado, o

problema estava em povoar e concretamente medir e demarcar terra para novos migrantes e para os seringalistas, de outro se impunha uma questão anterior: verificar quem eram os proprietários das terras já regulamentadas desde a época colonial.

Terras Públicas

O interesse que desperta o aumento da população do Estado, cuja densidade é mínima em relação à grandeza de sua superfície e da qual depende essencialmente o desenvolvimento da produção e riqueza, é bastante para salientar a importância que merece a questão da apropriação das terras.

Subordinada aos mesmos princípios em que se inspirou a lei n. 601 de 1850, vigora ainda a lei n. 82 de 15 de setembro de 1892 que liberalmente ampliou os favores facultados por aquela lei, reconhecendo até 15 de novembro de 1889 o direito da ocupação limitada pelo Regulamento de 1854.

Valor avultado representam as terras de que em favor dos seus ocupantes abriu mão o Estado, permitindo-lhes a legitimação que não poderá ser anteriormente conferida e estimulando generosamente o ingente esforço com que haviam colaborado para o seu progresso. Basta para avalial-o contemplar o afanoso trabalho a que deu lugar o serviço de registro das declarações de posse em todos os municípios e o movimento sempre crescente das medições e demarcações em todo o Estado.

Apezar de assim ampliado o direito de apropriação das terras públicas, não deixa de manifestar-se constante a procura para a compra das terras devolutas, de extensão considerável ainda.

A lei n.82 que regula a venda destas terras, apesar de extremamente favorável, presta em confronto com as leis vigentes em outros estados da União, deixa contudo a desejar, em seu modo de aplicação, pelas diferenças notáveis que apresentam as áreas territoriais em relação à sua situação às condições naturais de que dispõem, as facilidades de transporte dos seus productos e a outras circunstancias capazes de contribuir para a sua maior ou menor valorização.

Os embargos que para a regulamentação d'essa lei trouxe à disposição do art. 278 da lei de 11 de junho de 1898, somente revogado pela lei n. 703 de 2 de abril de 1900, e que haviam motivado a decisão de 16 de outubro de 1890, perduraram até a data d'aquella revogação impedindo a regulamentação dos serviços de medição e demarcação, e consequentemente, impossibilitando a execução regulamentar da lei n. 82 de setembro de 1892.

Fonte: PARÁ..., 1901a, p. 68

Terras devolutas e pública, terras de sesmarias: a questão territorial e de povoamento do presente republicano valorizava a volta aos documentos do Arquivo e gerava mais funcionários e mais recursos para publicação e compra de estantes. Contudo, mais relevante do que estar ou não atrelado a uma biblioteca ou a um instituto histórico, o interesse de se unir os acervos e de se criar uma instituição com pessoas zelosas e hábeis para sua preservação era algo comum nos Estados republicanos recém-criados, e era algo central na criação do APEP e aqui vale a pena ainda citar o caso de Mato Grosso.

No ano de 1896 é criado o Arquivo Público de Mato Grosso e o mais interessante são duas notícias que saíram no jornal *O Republicano* no mesmo ano. A primeira reportagem traz um grande elogio ao deputado Pedro Ponce que apresentou à Assembleia Legislativa um projeto autorizando o governo a gastar cinco contos de réis com a organização de um Arquivo Público, já que o jornal ressaltava que isso ia “escandalizar muita gentinha atrasada” (*O REPUBLICANO*, 2 abr. 1896, p. 2) e a mesma reportagem ainda falava da importância dos documentos depositados ali por serem do período colonial.

Vale elencar algumas observações dessas conotações do jornal, a primeira é o estado de desorganização do arquivo, que ia precisar de verbas para ser organizado; já a segunda é um possível estranhamento desse tipo de medida por parte da população. Acredita-se que esse trecho fica bem claro que a criação e a manutenção de instituições são retratos de uma modernidade típica do final do século XIX, não compreendidos por grande parte da população, que estava muito atrelada aos moldes do Império, ou seja, de uma sociedade agrária e escravocrata.

A segunda reportagem data de 25 de outubro de 1896 e denunciava a falta de segurança dos gestores com os documentos do Arquivo, que já teria causado o sumiço de alguns deles. Ressaltava a importância desse acervo organizado a fim de facilitar a pesquisa e colocava como exemplo disso à necessidade do Estado de reunir documentos a fim de provar em um juízo competente os limites territoriais com os estados vizinhos¹⁸. Aqui fica claro que, da primeira reportagem até esta última, pouca coisa havia acontecido com este arquivo. Sendo que, ou o acervo estava em fase de organização, como queria o deputado Pedro Ponce, ou não tinha sido realizado nenhum trabalho.

Este caso do Mato Grosso é interessante porque denota a compreensão de que um arquivo organizado seria mais do que sinônimo de segurança do acervo. O zelo e a preservação arquivística serviriam a outros fins: principalmente que esse trabalho iria facilitar alguns trâmites do Estado, no caso, a fim de juntar provas com caráter jurídico ou auxiliar na tomada de decisões territoriais e políticas, aspectos que hoje são básicos numa compreensão completa e satisfatória da missão, função e atividades dos arquivos públicos.

Assim é possível pensar que, de forma semelhante ao que ocorreu em Mato Grosso, a criação e a manutenção do APEP atendia a uma preocupação em recolher e manter esses acervos considerados históricos, tendo como foco central o acervo colonial, que tratava das terras na região. A inquietação com esses documentos, era também uma apreensão com o

¹⁸ *O REPUBLICANO*. 25 out. 1896, p. 2.

passado, um passado reconhecível e compreendido que podia revelar toda a civilidade e modernidade dos nossos gestores públicos.

Baseadas nessas premissas, os trabalhos de recolhimento, tratamento e difusão estariam garantidos. No entanto, os trâmites burocráticos da Biblioteca e Arquivo Público revelaram que essas operações não eram propriamente “técnicas”, ou a técnica estava a serviço da política, por exemplo, o que recolher? Havia a necessidade de guardar toda a documentação produzida e expedida pelo Estado? Quais documentos deveriam ser priorizados no momento de tratamento técnico e colocados à disposição? Quais documentos deveriam ter uma publicação específica? Quais procedimentos mais “técnicos” se tinham para realizar a classificação documental? Havia ainda muito que se fazer logo após a criação do Arquivo Público do Estado do Pará.

Ao final desta parte ficou em mente o que Pomian (1984, p. 52) escreveu sobre coleções, que pode ser comparado com a situação do APEP: o estudo de coleções e dos colecionadores não pode fixar-se somente na concepção original da coleção, sendo explicada pelo “gosto”, o “interesse” ou o “prazer estético”, ou seja, a compreensão de uma determinada coleção vai em direção justamente para o fato de o gosto ir em direção a certos objetos e não para outros, de se interessar por esta e não por aquela.

Essa força que leva o gosto a ir em uma direção é chamada pelo autor de invisível, ou melhor, o que está por trás dos objetos, o que é significativo para uma sociedade, quais objetos que privilegia e quais são os comportamentos que estes objetos impõem a colecionadores e o mais interessante que o autor mostra o quanto esses objetos vão se redefinindo ao longo do tempo: “As locomotivas e os vagões reunidos num museu ferroviário não transportam nem os viajantes nem as mercadorias. As espadas, os canhões e as espingardas depositadas num museu do exército não servem para matar. “(...) (POMIAN, 1984, p. 51), além do que

O invisível situa-se no tempo. Opõe-se ao passado, ao escondido e ao longínquo que não se pode ser representado por objeto algum. Este invisível que não se deixa atingir senão na e atreves da linguagem é o futuro. Ao colocar objetos nos museus expõem-se o olhar não so do presente mas também das gerações futuras. (POMIAN, 1984, p. 53)

As observações de Pomian (1984), mesmo que não direcionadas para o acervo documental, haja vista que em arquivos não há coleções, e o autor se refere diretamente para objetos de coleção, não tem como ligar tudo isso à construção de um arquivo e, principalmente, ao recolhimento de determinados documentos ao acervo do APEP. Essa força

que o autor chama de invisível também existe na escolha dos dirigentes políticos ao conceber a ideia e a sistematização de um arquivo e nas escolhas metodológicas de tratamento técnico e nos futuros recolhimentos de documentos.

2 QUANDO A SELEÇÃO DOCUMENTAL É PODER: RECOLHER, TRATAR E DIFUNDIR O QUÊ?

Depois que o APEP foi oficialmente criado em 1901, o diretor Arthur Vianna tinha dois grandes desafios: dá continuidade e finalizar a organização da documentação que foi transferida do Arquivo da Secretaria de Governo para a Biblioteca Pública e, ao mesmo tempo, realizar novos recolhimentos à instituição arquivística.

Em 1896, a Biblioteca começou a funcionar no novo prédio e juntamente foi iniciada a reorganização proposta por Arthur Vianna. (ANNAES..., 1902), mas esse tratamento técnico da documentação não foi realizado enquanto ele era diretor da Biblioteca Pública, isso só aconteceria a partir de 1899. Porém, essa constatação é muito relevante porque denota toda a experiência de Arthur Vianna com o trato e o conhecimento da documentação, pois foram aproximadamente 10 anos de trabalho na documentação do Arquivo Público.

No relatório de 1897, o Governo Estadual ressaltou os gastos com a encadernação de uma parte da documentação tratada do período colonial e da publicação do anuário: foram 5:000\$000 para as encadernações e 4:000\$000 para a publicação (PARÁ, 1897a, p.22).

O respectivo relatório só expressa que todo trabalho de organização da documentação colonial e imperial não foi iniciado a partir de 1901, com a criação do Arquivo Público, mas com a entrada de Vianna na Biblioteca Pública em 1894 e, principalmente, quando assumiu o cargo de diretor da instituição em 1899, permanecendo até 1906.

O jornal *A Província do Pará*¹⁹, do dia 4 de maio de 1901, logo depois da criação da instituição arquivística, trouxe uma reportagem sobre o acervo da Biblioteca e Arquivo Público, mostrando a beleza do prédio todo adaptado para servir a instituição, assim como a riqueza do seu acervo bibliográfico e documental no que se refere aos documentos que foram recolhidos à Biblioteca em 1894.

O que é interessante são as confirmações de algumas hipóteses: a reportagem já mostrou a importância dos documentos históricos em alguns exemplos, como o caso de

¹⁹ “Jornal de circulação diária, fundado por Joaquim José de Assis, redator político, Francisco de Souza Cerqueira, tipógrafo e Antônio José de Lemos, redator gerente. (...). Inicialmente, foi órgão do Partido Liberal, depois tornou-se independente e imparcial em política, passando a ser uma empresa comercial. Em 10 de abril de 1897, após a morte dos demais sócios, Antônio Jose de Lemos associa-se ao grupo Chermont, representado por Antonio e Pedro Chermont (...). Por desentendimento entre os sócios, em novembro de 1900 foi interrompida a publicação do jornal, encerrando sua primeira fase. Reinicia numa segunda fase, a 1º de maio do ano seguinte, quando Antônio Lemos indeniza os demais sócios, tornando-se o único proprietário. (...) é incendiado pelos inimigos políticos de Lemos, em 29 de agosto de 1912, provocando o fim da segunda fase. (...)” (JORNAIS PARAOARAS..., 1985, p.73 e 74)

Caiena e do período pombalino na Amazônia, ou seja, isso denota o quanto o diretor já conhecia a documentação pelas organizações anteriores realizadas em 1891 e em 1894, com a entrada de Vianna na repartição.

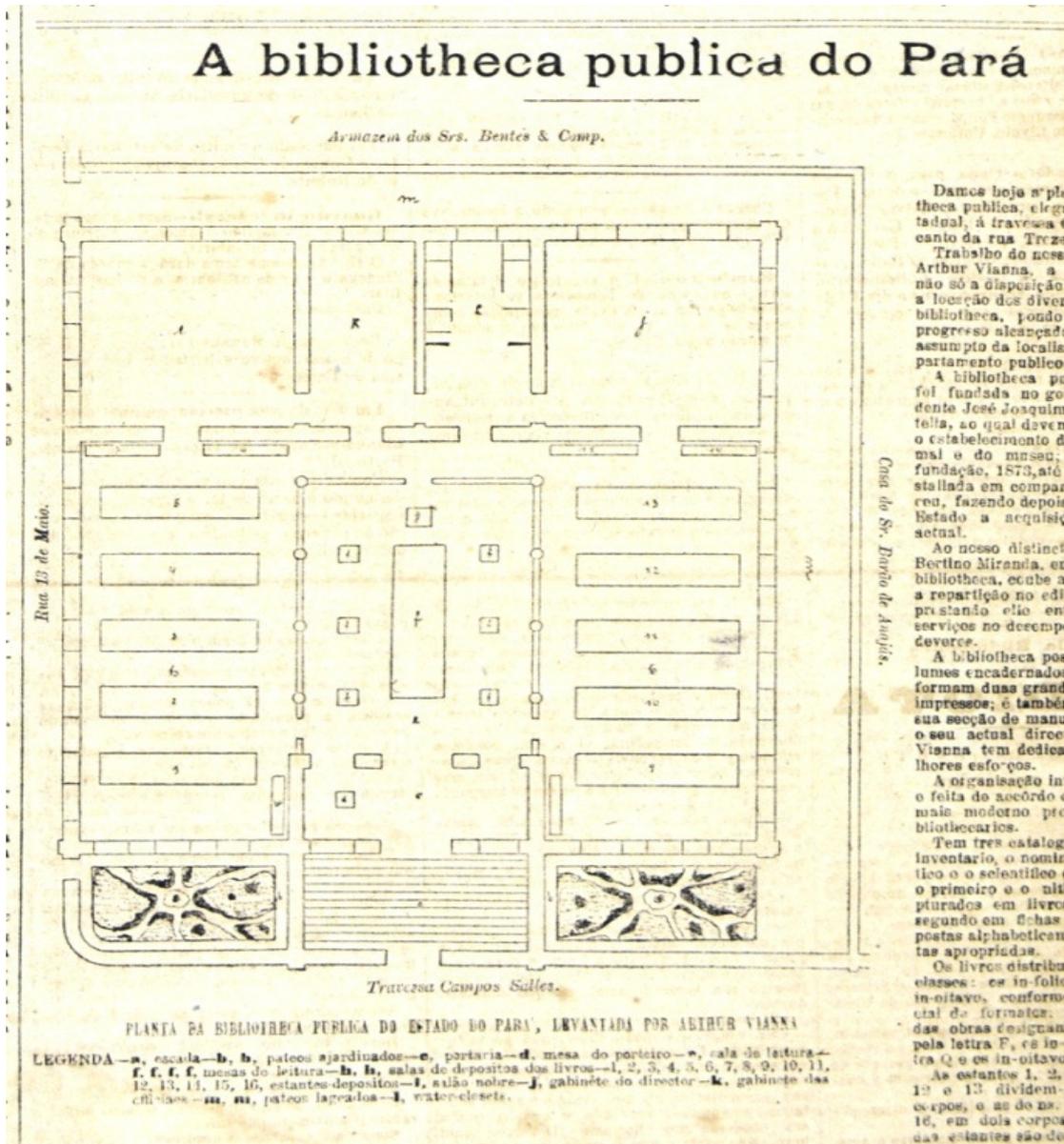
A mesma fonte também publicou algo muito importante: uma planta do prédio com os respectivos setores. Essa reportagem é do mês de maio e a criação do Arquivo data de abril de 1901, o que demonstra a preocupação do Governo em dar um maior destaque de forma muito imediata aos trabalhos do Arquivo, servindo dessa forma para se promover também como preocupado com a preservação da Memória e da História. A reportagem continua tecendo elogios aos trabalhos de Arthur Vianna na organização do acervo de manuscritos que foram recolhidos da Secretaria do Governo (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 4 mai. 1901, p. 1).

Nesta planta podem-se levantar algumas questões extremamente relevantes para a compreensão da disposição do espaço interno. Ao subir as escadas de pedra de lioz, os usuários ou o frequentador do espaço público vislumbravam um salão enorme, mobiliário elegante, lustres e estantes altas que ficavam dispostas ao redor desse grande salão.

A ordem dessas estantes não era por acaso e muito menos não tinham uma funcionalidade, já que, ao adentrar no prédio, a primeira impressão das pessoas era visualizar os livros e documentos arranjados nas estantes altas, portanto, a disposição delas era tornar concreto o maior “tesouro” dessa repartição, colaborando dessa forma para um impacto visual.

Outro dado interessante é o tamanho do gabinete do diretor, que era do mesmo tamanho da sala de reunião e, em contrapartida, a sala de trabalho dos servidores era bem menor. Em relação ao tamanho da sala do diretor ficava muito claro que a sua figura deveria ser imponente e grandiosa e que essa figura era a mais importante por ser um agente direto do secretário e, conseqüentemente, do Governador. Sobre a sala dos servidores há uma alusão clara de hierarquia da qual se demonstra pelo tamanho da sala em comparação a do diretor. É interessante que na planta, os servidores são tratados como oficiais, sintetizando um embasamento militar de hierarquia.

Figura 08 – Planta da Biblioteca e Arquivo Público do Estado do Pará



Fonte: A PROVÍNCIA DO PARÁ, 4 mai. 1901, p.1

No mês de junho de 1901, *A Província do Pará* fez uma reportagem sobre o acervo organizado, mostrando as listagens do que já foi tratado. Na reportagem, o jornal afirma que foram colocados à disposição alguns encadernados, num total de 175, sendo 20 de sesmarias. O jornal dedica um espaço para falar desses 20 livros de sesmarias e admite que eles sejam fundamentais para as questões sobre terras no estado, haja vista que são procurados com frequência em busca de documentos que provem direitos.

Sobre essa questão de terras, os parágrafos subsequentes vão dar conta de realizar uma análise mais aprofundada e, continua o jornal, ressaltando a falta de cuidado que outros governos tiveram com eles, que concomitante a isso, estava sendo providenciado um índice

onomástico dos sesmeiros para facilitar a busca pelos documentos, que mais tarde vai ser publicado em forma de Anais. (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 13 jun. 1901, p.1).

Ao analisar a documentação administrativa da Biblioteca e Arquivo Público do Pará observou-se a grande quantidade de documentos colocados à disposição de pesquisa ao mesmo tempo, por exemplo, entre 1902 e 1904 foram 600 encadernados. É um número impressionante para pouco tempo de funcionamento do arquivo, mas vale lembrar que essa organização foi iniciada muito tempo antes de 1901, como já foi afirmado anteriormente.

Na série documental consultada para esta pesquisa, intitulada “Correspondências/Ofícios”, presente no acervo documental do APEP, há comunicações do diretor da Biblioteca e Arquivo Público ao diretor do Instituto Lauro Sodré remetendo as quantidades de documentos já organizados em blocos para serem encadernados ou, simplesmente, pedindo de volta os documentos encadernados.

Há também muitas comunicações do diretor da Biblioteca e Arquivo Público ao Secretário de Interior, Justiça e Instrução Pública solicitando o pagamento pelas encadernações realizadas pelo respectivo Instituto (Fundo Biblioteca e Arquivo Público, série Correspondências/ofícios, ano: 1902-1907, Encadernação número 5).

É bem significativa e emblemática essa ligação entre a Biblioteca e Arquivo Público e o Instituto Lauro Sodré, que não é simplesmente uma encomenda de trabalho de uma repartição para outra. Ambas as instituições são modelos claros de demonstração de modernidade e civilização dos governos republicanos, cada qual com as suas missões institucionais. Era fundamental para o Governo Estadual fazer com que os seus órgãos realizassem uma integração entre si, corroborando no fortalecimento administrativo e simbólico do estado como algo firme e forte.

O Instituto Lauro Sodré foi criado em 1870, e era chamado de *Instituto dos Educandos Artífices*, e tinha o objetivo de dar auxílio às crianças pobres e órfãs.

Em 1893, o governo de Lauro Sodré resolveu construir o atual prédio, que hoje abriga o Tribunal de Justiça do Estado do Pará, sendo que somente dois anos depois as obras foram iniciadas. Em 1897, antes da conclusão das obras, o governador Paes de Carvalho mudou o nome da respectiva instituição para Instituto Lauro Sodré e o novo prédio foi inaugurado em setembro de 1899 (DIÁRIO DO PARÁ, 30 de julho de 2007, página A-6).

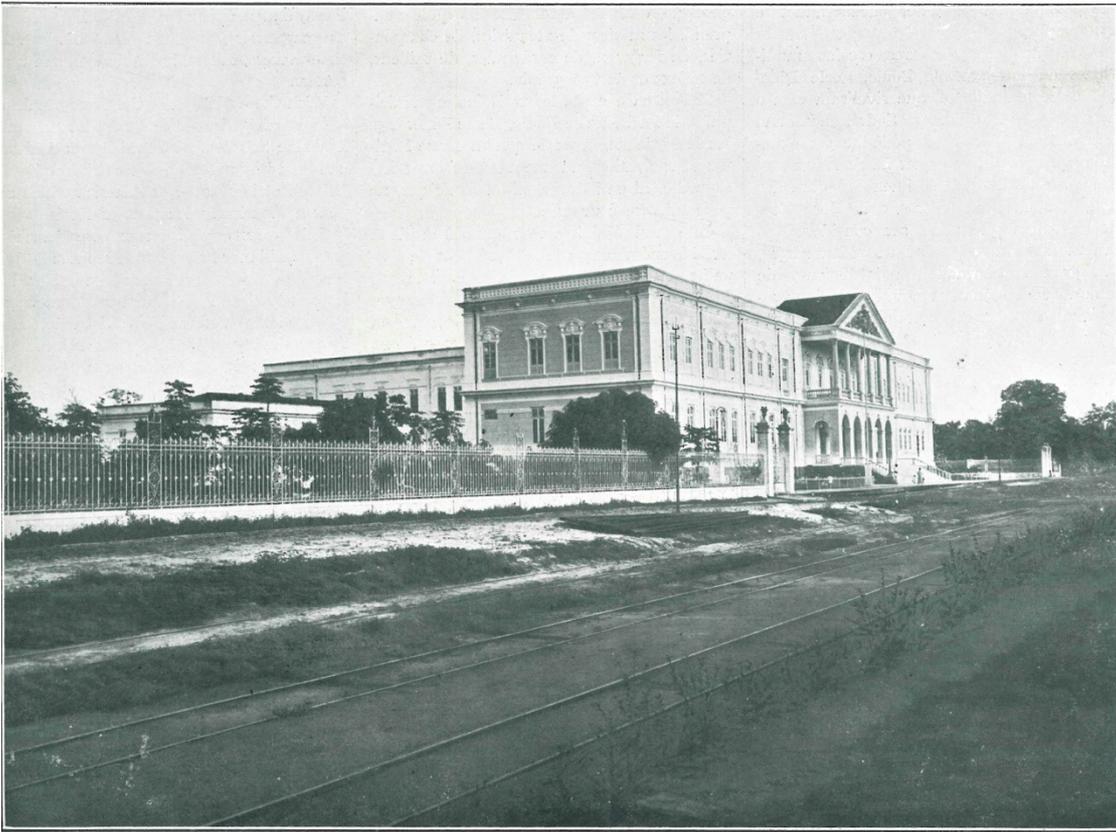
Durante o Governo de Augusto Montenegro, o instituto vai receber novas máquinas e vai alargar o ensino profissional. Os alunos do instituto recebiam o curso elementar e complementar primário e curso completo de desenho e música instrumental,

ofícios de marceneiro e carpinteiro, serralheiro e ferreiro, sapateiro, alfaiate, encadernador e “typographo”. (O PARÁ, 1909, p.301-305).

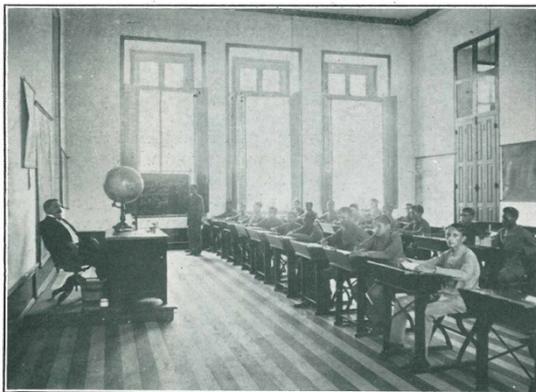
Figura 09 – Instituto Lauro Sodré e diversas atividades desenvolvidas em suas instalações

O ESTADO DO PARÁ

301



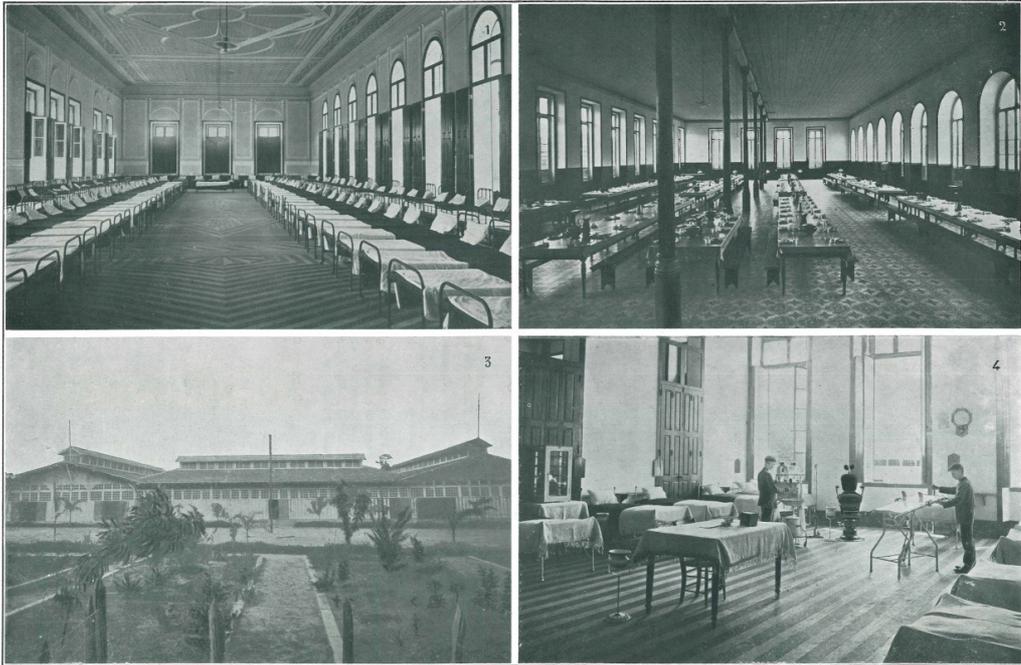
FACHADA DO INSTITUTO LAURO SODRÉ (ESCOLA PROFISSIONAL DO ESTADO)



INSTITUTO LAURO SODRÉ. — AULA COMPLEMENTAR

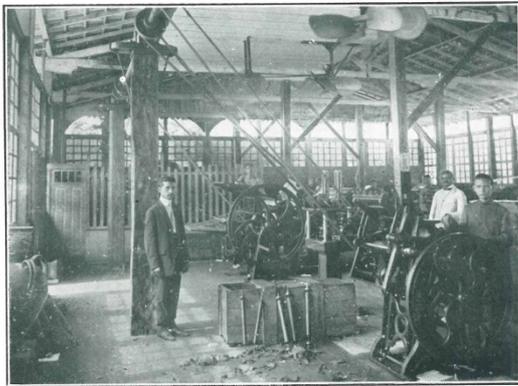


INSTITUTO LAURO SODRÉ. — AULA DE DESENHO

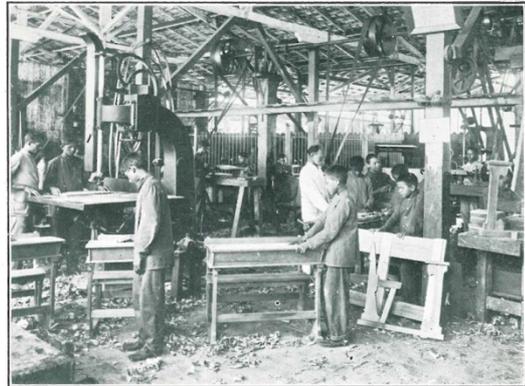


INSTITUTO LAURO SODRÉ (ESCOLA PROFISSIONAL DO ESTADO). — 1. DORMITÓRIO DOS MENORES. — 2. REFEITÓRIO. — 3. OFFICINAS. — 4. ENFERMARIA

O ESTADO DO PARÁ



INSTITUTO LAURO SODRÉ. — OFFICINA DE TYPOGRAPHIA



INSTITUTO LAURO SODRÉ. — OFFICINA DE TORNEIRO



INSTITUTO LAURO SODRÉ. — OFFICINA DE MARCENEIRO



INSTITUTO LAURO SODRÉ. — OFFICINA DE FERREIRO E SERRALHEIRO

39

Fonte: PARÁ, 1909, p. 301; 303; 304

Havia uma postura por parte do Governo Estadual que merece ser melhor analisada: há claramente uma mudança de comportamento sobre a documentação que estava sendo alvo de organização. Desde que foi levada para a Biblioteca, ela foi aos poucos recebendo uma importância e ganhando respaldo do Governo no sentido de dotá-la de organicidade. Cada vez mais, o Estado estava investindo nesse trabalho, que já tinha sido iniciado quando a Biblioteca foi transferida, com algumas iniciativas no período anterior.

O número revelado anteriormente, 600 encadernações em dois anos, denota tudo isso, vale ressaltar, também, a reforma que o prédio do antigo Banco Comercial do Pará recebeu para abrigar o acervo da biblioteca e do arquivo. Essa importância ganhou destaque cada vez mais quando algumas pendências administrativas, que se alastravam por décadas, começaram a ficar insustentáveis, como os limites municipais, entre estados brasileiros e com outros países, além dos limites fundiários entre particulares e alguns relatórios estaduais, que serão apresentados mais posteriormente, vão dar conta dessa constatação.

Em um ofício de 28 de janeiro de 1903, o diretor da Biblioteca e Arquivo informou ao Secretário de Estado da Justiça, Interior e Instrução Pública, que foram organizados os documentos dos arquivos das seguintes repartições: Secretaria de Governo, Secretaria de Segurança Pública, Secretaria da Instrução Pública e Tesouro Público e o mesmo documento solicita estantes ao Secretário²⁰, mais uma vez tem-se a força que o Arquivo adquiriu logo após a sua criação e, principalmente, a forma como estava reagindo às demandas do Governo Estadual. É notório observar a urgência em terminar todo esse

²⁰ Fundo Biblioteca e Arquivo Público, série Correspondências/ofícios, ano: 1902-1907, Número 5.

processo de organização, tanto por parte da equipe de Arthur Vianna, como por parte do governo, quando aplicava muitos recursos financeiros no tratamento técnico da documentação.

É muito interessante um ofício datado de 3 de agosto de 1903 no qual o Diretor informou ao secretário de Estado de Justiça, Interior e Instrução Pública sobre o envio do relatório anual de 1902 sobre as atividades da Biblioteca e Arquivo Público. No documento, Arthur Vianna deixa claro que a aquisição de novos livros ficou bastante comprometida em função dos trabalhos de encadernação dos manuscritos. Neste momento, os trabalhos técnicos do Arquivo são mais importantes do que os da Biblioteca Pública e isso dito de forma muito clara quando afirmou categoricamente que “a seção de manuscrito constitui em objeto capital dos nossos trabalhos²¹”.

Mais uma vez existe por parte do Diretor e do Governo, uma tentativa de organizar e dar uma lógica aos documentos. Todavia, o que deixa esse documento interessante é a comparação dos trabalhos da Biblioteca e os do Arquivo, da qual, nesse momento, o resultado mais esperado é, sem dúvida, o término da organização dos documentos do arquivo, em detrimento com os trabalhos rotineiros da Biblioteca.

Em outro ofício de 9 de maio de 1904 do Diretor ao Secretário de Estado da Justiça, Interior e Instrução Pública, remetendo o relatório anual da Biblioteca e Arquivo Público do ano de 1903, ele deixa claro que a verba para a instituição é gasta em grande parte para os trabalhos do arquivo, encadernações e compra de material, e mais uma vez tece muitos elogios à parte de manuscritos: “a secção de manuscritos é o melhor patrimônio deste estabelecimento, que della com justiça se orgulha”. Ele ressalta ainda a necessidade de recolhimento da documentação anterior a 1840 pelo interior do estado, numerando a quantidade de usuários da biblioteca e não do arquivo, desde os anos de 1902 a 1903, o que denota o uso restrito do acervo que estava em fase de organização²².

Sobre esses dois documentos é muito emblemática a constatação de que os serviços do Arquivo se sobrepunham aos da Biblioteca, porque ao longo do tempo, essa situação vai mudar. Aos poucos, os documentos serão colocados de lado e reservados ao porão do prédio, enquanto os livros serão colocados no salão de atendimento e o que era urgente de ser resolvido passou a ser algo que pode ser adiado, ou seja, a organização do

²¹ Fundo Biblioteca e Arquivo Público, série Correspondências/ofícios, ano: 1902-1907, Número 5.

²² Ibid.

acervo era quase que uma prioridade para o Governo, haja vista que iria facilitar muito os trâmites administrativos, deixado de lado para ser feito o trabalho da Biblioteca.

Porém não cabe analisar essa perspectiva neste trabalho, pois ele tem como data limite o período em que Arthur Vianna esteve à frente da direção da Biblioteca e Arquivo Público, até o ano de 1906, depois dele, não se sabe como se comportaram os diretores subsequentes.

Um empreendimento muito interessante da Biblioteca e Arquivo Público e que merece destaque neste trabalho são os *Annaes da Biblioteca e Arquivo Público do Pará*. Essa publicação foi criada com o intuito de dar publicidade dos trabalhos que estavam acontecendo na instituição. Assim como servir de instrumento de pesquisa para o acervo que estava em fase de tratamento, esses *Annaes* tinham uma distribuição muito grande pelo Brasil e chegaram a alguns lugares do mundo, como bibliotecas e universidades. É interessante que essas publicações serviam como uma espécie de relatório da instituição, haja vista que todos os trabalhos executados eram expostos neles.

A estrutura dos *Annaes* era sempre a mesma: uma parte dedicada a apresentar os índices de documentos com suas séries documentais; outra com as transcrições dos documentos; e por último, a terceira, com texto, na maioria das vezes, do próprio Arthur Vianna.

Outra questão é com relação ao pouco ou quase inexistente espaço na publicação para os trabalhos da Biblioteca, apesar do título expressar que é um periódico da Biblioteca e do Arquivo Público não havia nenhuma menção aos trabalhos que estavam sendo feitos na parte da Biblioteca. Nos cinco *Annaes* analisados neste trabalho (de 1902 a 1906), todos tinham como principal objetivo mostrar o Arquivo Público como um lugar em expansão em termos do número de documentos disponíveis e com relação a sua importância para a história da região e do Brasil, é por eles que Arthur Vianna coloca o seu ponto de vista a respeito de República, acessibilidade, cidadania, arquivo e vale lembrar que todos os cinco primeiros *Annaes* foram organizados por Vianna.

Nos primeiros *Annaes*, publicado em 1902, numa tentativa de imposição de resultados, Vianna traz muitos dados interessantes do número de documentos que foram tratados: só para o ano de 1902 foram disponibilizados 129.600 documentos encadernados do período colonial até o ano 1840. (ANNAES..., 1902). Aqui, o diretor Arthur Vianna não deixa claro o tipo de metodologia utilizada para fazer o arranjo da documentação, só afirma que toda a organização da documentação seguiu um princípio de regularidade e de

sistematização, muito diferente de outros tempos em que a documentação esteve à mercê do tempo e do esquecimento. E acrescenta que essa organização iria facilitar a busca por peças documentais e, ao mesmo tempo, preservar a memória e a história. (ANNAES..., 1902).

No entanto, essa metodologia realizada por Arthur Vianna é muito parecida com o trabalho realizado por Antônio Marcos Nunes, em 1891, fica quase evidente que Vianna seguiu o mesmo caminho metodológico no trabalho de tratamento técnico da documentação que o ex-diretor do Arquivo da Secretaria do Governo havia feito, como já ficou entendido e ressaltado anteriormente.

Com relação ao conteúdo dos primeiros *Annaes da Bibliotheca e Archivo Público*, ele traz uma listagem nominal da documentação que já sofreu o processo de organização, com as respectivas séries documentais seguidas pelo ano de produção. Vale lembrar que esses documentos foram reunidos seguindo uma metodologia de assuntos em comum e que só depois dessa reunião realizada pela equipe do Diretor e, seguida pela encadernação, é que os documentos poderiam ser colocados à disposição.

Além dessa listagem de documentos havia também a transcrição de 183 documentos referente ao período de 1616 ao ano de 1727. O Diretor preferiu iniciar com o ano de 1616, mesmo não encontrando documentos referentes a essa temporalidade. (ANNAES..., 1902).

No tomo segundo dos *Annaes*, Arthur Vianna ressaltou a reforma administrativa que o governo republicano realizou na biblioteca, pela reorganização e o estabelecimento da seção de manuscrito, durante o ano de 1901. Vianna cita o trabalho desenvolvido por Bertino de Miranda Lima depois do ano de 1894, quando organizou 201 volumes da seção de Manuscritos a partir do momento que essa documentação saiu do Arquivo da Secretaria do Governo e foi transferida para a Biblioteca Pública. Infelizmente não se encontrou nenhuma referência do trabalho desta pessoa nos documentos administrativos, somente nesses *Annaes* que ele é citado. Com relação ao trabalho executado, o tomo 2 traz uma listagem de séries do período de 1681 a 1860, num total de 1.288 encadernações, sendo que 235 documentos foram transcritos para compor esta publicação. (ANNAES..., 1902).

No tomo 3, do ano de 1904, foram 100 documentos transcritos, divididos da seguinte forma: 50 ofícios dos governadores e capitães-generais do Pará com o governo da Metrópole e 50 alvarás, cartas-régias e decisões. Há também dois textos publicados de Antonio Ladislau Monteiro Baena: “Informação sobre a Villa de Gurupá” e “Breve descrição da Villa de Mazagão”, ambos de 1842. (ANNAES..., 1904).

Nos tomos 4, de 1905; e 5, de 1906, se sucedem as transcrições de documentos pertencentes às séries: alvarás, cartas-régias e provisões, correspondências dos governadores e capitães-generais do Estado com a metrópole, catálogo de plantas, mapas e desenhos manuscritos, correspondências do governo de Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre a questão dos índios e dos jesuítas, documentos do Bispado do Pará. (ANNAES..., 1905; 1906).

Com relação aos recolhimentos de novos documentos, vale lembrar que o decreto n. 966, de 1901, que cria o Arquivo Público deixa muito claro que essa função deveria ser sistemática e que as repartições públicas deveriam remeter documentos ao Arquivo Público de forma rotineira. No entanto, ao que parece, esse preceito da legislação não foi cumprido, haja vista que foram constantes as críticas do Diretor ao Secretario de Interior, Justiça e Instrução Pública sobre a demora das repartições em mandar os documentos, e houve também sua sugestão pela criação de uma lei que obrigasse alguns órgãos públicos a recolherem documentos ao Arquivo Público.

Essa demora na remessa de documentos ao Arquivo Público deve-se ao fato de não existir uma política de arquivo. Vale lembrar que dentro do Estado, não havia qualquer tipo de rotina arquivística, sendo que os arquivos das repartições públicas estavam numa situação calamitosa de organização e de armazenagem e não havia uma normatização do próprio arquivo de como deveria ser realizado esse recolhimento. E havia outra problemática: como mandar documentos de cunho histórico se nem os próprios órgãos públicos conheciam a sua documentação pelo estado de “bagunça arquivística”? De qualquer forma, o diretor do *Arquivo Público* se mostrou muito preocupado com o estado da documentação de algumas repartições públicas, sendo que o interior mereceria uma atenção muito especial.

É muito revelador o interesse do diretor do *Arquivo Público* pelo recolhimento de documentos a instituição. Ficava muito nítido que não era qualquer tipo de documento que interessava. Arthur Vianna se mostrou muito interessado na documentação da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação na capital e na documentação dos cartórios no interior do estado. Essa atenção dada pelo Diretor a essas duas repartições públicas não era por acaso, o foco era o teor que a documentação poderia mostrar ao Estado no que tange as questões de limites e, principalmente, com a situação fundiária no estado. Essas duas questões serão mais bem analisadas no sub-capítulo posterior.

Sobre a função de recolhimento, o diretor da Biblioteca e Arquivo Público sugeriu ao Governador, uma legislação específica obrigando algumas repartições a remeterem

documentos públicos e históricos à instituição, é interessante observar a trajetória desse projeto pelo Legislativo, que nunca chegou a ser votado pelo Congresso Legislativo Estadual.

É muito conveniente o ofício datado de 3 de agosto de 1903, no qual o diretor manda ao Secretário de Estado de Justiça, Interior e Instrução Pública, informando sobre o envio do relatório anual de 1902, acerca das atividades da Biblioteca e Arquivo Público já citado antes. No documento, o diretor Arthur Vianna complementa o relatório com outras informações bem relevantes, ele se mostrou muito preocupado com a situação da documentação no interior do Pará e comunica que pediu ajuda do Governador para que esse recolhimento, até o ano de 1840, fosse autorizado por meio de uma lei. Assim como também a necessidade de um recolhimento de documentos nos cartórios, da qual ele denuncia o descaso dos funcionários dessas instituições com a massa documental²³.

Num relatório estadual de 1901, Vianna ressaltou que, na sessão da Câmara dos Deputados, foi apresentado o projeto n. 810, que autorizava o Governador do Estado a recolher os manuscritos de valor histórico do interior do estado para a Biblioteca Pública do Pará até o ano de 1841 (PARÁ, 1901, p. 66 e 67).

O jornal *A Província do Pará* do mesmo ano trouxe uma longa reportagem mapeando as encadernações que já estavam disponíveis, num total de 348, mas o que interessa dela é que ressaltou a importância de uma lei que autorizasse o recolhimento para a Biblioteca Pública de todos os documentos anteriores a 1840. Esse projeto foi apresentado pelo deputado Virgínio Santa Rosa sob o número 840, mas que por acúmulo de trabalho não conseguiu ser sancionado naquele ano ficando para o próximo ano a sua votação (*A PROVÍNCIA DO PARÁ*, 12 jun, 1901, p. 2).

Em um ofício de 15 de junho de 1905 do Diretor ao Secretário de Justiça, Interior e Instrução Pública, remetendo o relatório anual da Biblioteca e Arquivo Público do ano de 1904, ressaltou a importância de uma lei que autorizasse o arquivo de recolher toda documentação anterior a 1840 no interior do estado²⁴.

Em outro relatório estadual de 1906, o Governador ressaltou a importância de um recolhimento de livros e papéis referentes a terras existentes nos arquivos municipais e aponta a organização e a publicação de um índice de todos os registros depositados nas repartições do Estado. Um ponto bem problemático de um recolhimento acusado pelo Governador é a falta

²³ Fundo Biblioteca e Arquivo Público, série Correspondências/ofícios, ano: 1902-1907, Número 5.

²⁴ Fundo Biblioteca e Arquivo Público, série Correspondências/ofícios, ano: 1902-1907, Número 5.

do paradeiro de muitos documentos, o que deixava muitos arquivos incompletos. (PARÁ, 1906, p. 34)

Como já ficou claro, a legislação que obrigava o recolhimento de documentos para a Biblioteca e Arquivo Público não conseguiu sair do papel, mas foram após algumas tentativas do Diretor para que o Congresso Legislativo aprovasse tal lei, que ele apelou para o Governador do Estado duas vezes, no relatório de 1902 e 1903, ou investindo diretamente no Legislativo, pelo deputado Virgínio Santa Rosa. De qualquer forma, mesmo não conseguindo o objetivo da aprovação, ficou muito nítido que a sua intenção em sensibilizar o Governador e algumas repartições públicas foi concretizada. Basta ler os documentos seguintes para ter uma noção de alguns recolhimentos que Arthur Vianna conseguiu fazer para o Arquivo Público.

Em um ofício de 20 de março de 1905 ao Secretário de Obras Públicas, Terras e Viação, Arthur Vianna solicitou a transferência para o APEP de plantas e documentos depositados no Arquivo desta secretaria para o seu bom acondicionamento²⁵. Mesmo não tendo um documento que mostre que essa documentação foi para o acervo do Arquivo Público, pode-se apontar que essa transferência aconteceu, haja vista que hoje existe uma área do Arquivo Público chamada de Obras Públicas e, dentro dessa área, há inúmeros fundos que eram as antigas repartições responsáveis pelas obras públicas desde o período Imperial passando pela República.

Mesmo não conseguindo a aprovação da legislação, o diretor Arthur Vianna tentava fazer esse recolhimento pelas solicitações à Secretaria de Justiça, Interior e Instrução Pública a qual a Biblioteca e Arquivo Público estavam subordinados. Muito provavelmente, como Vianna começou a perceber que a aprovação da lei que obrigasse as repartições a remeterem documentos considerados históricos ficaria muito difícil, ele preferiu fazer de forma direta, sem esperar pela dita aprovação no Congresso Legislativo.

O interessante que ele pedia o recolhimento também da documentação da Igreja Católica, o que não causa nenhum espanto, haja vista que durante muito tempo a Igreja Católica servia como instrumento administrativo do Estado. Por conta disso, o seu acervo possuía muitos documentos importantes para os interesses do governo naquele momento, como referentes às questões de terra e de limites. No ofício de 10 de agosto de 1905 do

²⁵ Fundo Biblioteca e Arquivo Público, série Correspondências/ofícios, ano: 1902-1907, Número 5.

Diretor ao Secretário de Justiça, Interior e Instrução Pública, ele solicitou a transferência da documentação da Secretaria do Bispado para o Arquivo²⁶.

Vianna também começou uma política de recolhimento em repartições federais. Numa reportagem do jornal *A Província do Pará*, de 1901, Arthur Vianna informou que pediu permissão para o recolhimento de documentos depositados no arquivo da Fortaleza de Macapá ao Governo Federal. O Ministério da Guerra, responsável pela dita Fortaleza, autorizou que o Diretor fizesse essa seleção de documentos, porém não foram encontrados documentos relevantes para a história do Pará, e foram recolhidos somente três encadernados. (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 13 jun. 1901, p. 1).

A partir de 1906, uma série de documentos será recolhida ao acervo documental do Arquivo Público, isso significa que os esforços do Diretor em aprovar a legislação de recolhimento deram muito resultado, visto que mesmo não conseguindo tal efeito, ocorreu uma sensibilização por parte do Secretário de Interior, Justiça e Instrução Pública para que algumas repartições públicas remetessem documentos relevantes para o Estado.

Em um ofício de 15 de março de 1906 ao Delegado Fiscal da Thesouraria Federal informa-se sobre os documentos que foram recolhidos para o Arquivo Público. Noutro ofício de 28 de março de 1906 ao Secretário de Estado de Justiça, Interior e Instrução Pública informa-se sobre o recolhimento da documentação da Comarca de Chaves ao Arquivo Público.

No ofício de 16 de março de 1906 ao Oficial do Registro Civil da 1ª Circunscrição do 1º Distrito Judiciário da Comarca de Muaná acusa-se o recebimento dos documentos para serem arquivados no APEP²⁷.

É interessante o perfil dos órgãos públicos que remeteram documentos ao Arquivo Público: Tesourarias e Comarcas Judiciárias, o que denota a preocupação em recolher determinados tipos de documentos, principalmente aqueles que servem como prova legal de cunho jurídico-administrativo. Outro dado interessante é que as duas comarcas que enviaram documentos são do interior do estado, o que demonstra o valor dos documentos depositados no interior, o que já tinha sido apontado por Vianna quando se mostrou muito preocupado com as condições físicas de acondicionamento no interior do estado.

Mesmo não encontrando mais fontes que mostre outros recolhimentos no período em que Vianna esteve na direção da Biblioteca e Arquivo Público fica muito fácil deduzir que

²⁶ Fundo Biblioteca e Arquivo Público, série Correspondências/ofícios, ano: 1902-1907, Número 5.

²⁷ Fundo Biblioteca e Arquivo Público, série Correspondências/ofícios, ano: 1902-1907, Número 5.

essa atividade primordial a qualquer arquivo público seguiu nos anos posteriores porque no acervo atual da instituição arquivística há um montante considerável de documentos do Poder Judiciário anterior ao século XX. Também não há provas documentais que esse recolhimento se deu no período da direção de Vianna, mas de qualquer forma, foi na sua administração que se firmou o recolhimento que foi se sucedendo.

Um trabalho de pesquisa que visa compreender os primeiros anos do Arquivo Público do Estado do Pará não poderia deixar de citar e, principalmente, analisar a participação do seu primeiro diretor, Arthur Octávio Nobre Vianna (1873-1911), no que tange aos trabalhos de organização do acervo e propaganda da instituição arquivística.

Arthur Vianna assumiu a direção da Biblioteca Pública em 1899 (O PARÁ, 20 jul. 1899, p. 1) e o cargo de diretor da Biblioteca e Arquivo Público em 1901, (FOLHA DO NORTE, 22 abr. 1901, p. 1) e fica na direção da instituição até o ano de 1906, quando por motivos de problemas de saúde pediu seis meses de licença médica e depois não conseguiu mais retornar as suas funções²⁸. Infelizmente, no projeto de decreto que autorizava a sua licença médica, não deixava claro o motivo do afastamento das suas funções, simplesmente autorizava a respectiva licença alegando tratamento de saúde.

Todos os resultados imediatos mostrados nos primeiros anos de funcionamento do Arquivo Público foram graças ao forte investimento que o Governo Estadual deu à instituição, mas também é inegável que o prestígio do diretor da Biblioteca e Arquivo Público dentro do Governo Estadual também colaborou muito para tal repasse de verbas para a instituição pública.

Em vários momentos, nota-se a liberdade que tinha ao trabalhar com a documentação e com a direção da repartição pública, por exemplo, ao ler alguns ofícios expedidos e assinados pelo Diretor que solicitavam ao Instituto Lauro Sodré a encadernação de centenas de manuscritos que Arthur Vianna estava organizando, da qual solicitava ao Governo o pagamento desse trabalho pelo respectivo Instituto; e, de certa forma essas solicitações eram atendidas de imediato. Além disso, o diretor foi o responsável pela organização dos cinco primeiros *Annaes da Biblioteca e Arquivo Público*, com uma ampla rede de distribuição pelo Brasil, na Europa e Estados Unidos, durante o curto período em que esteve à frente da direção do Arquivo, tudo com muito apoio do Governo Estadual.

²⁸ Fundo Câmara do Senado, Série Projeto de Decreto, ano: 1906.

Esse destaque que Vianna possuía dentro do Governo não começou quando assumiu a direção da Biblioteca e depois da Biblioteca e Arquivo Público. A entrada dele no serviço público é no ano de 1894, só não foi possível comprovar se esse ingresso foi direto para a Biblioteca Pública²⁹.

No projeto de decreto autorizando a licença médica do Diretor não havia menção em que repartição pública Vianna começou no serviço público, apenas o ano. No entanto, quando ele assumiu o cargo de Diretor já tinha um vasto conhecimento do acervo que iria ser tratado tecnicamente, isso pode ser comprovado pelos inúmeros livros lançados por ele antes de receber a indicação da direção. Por exemplo, em 1897, a Câmara do Senado autorizou a Imprensa Oficial do Estado a imprimir e encadernar o livro *História do Pará*, de Arthur Vianna³⁰.

No jornal *O Pará*, de 5 de agosto 1899, há uma pequena menção sobre o livro *Estudos sobre o Pará*, de Arthur Vianna, que trata das questões de limites territoriais entre o Pará e o Amazonas, através de um estudo em documentos nos municípios. (*O PARÁ*, 5 ago. 1899, p.2).

Nessas duas fontes há uma clara evidência do grande prestígio de Arthur Vianna frente ao Governo, pois um dos seus livros foi encadernado pela Imprensa Oficial do Estado, ou seja, um órgão do governo. Outra observação a ser apontada é a sua experiência com a documentação que foi recolhida pela Biblioteca Pública para fazer os dois livros em destaque, principalmente, com o segundo livro. Os dois documentos fazem menção ao acervo histórico que foi consultado. E por último, neste segundo livro, há uma pista muito contundente de que ele tinha um conhecimento grande acerca da importância da documentação histórica para os trâmites administrativos quando faz da utilização de documentos históricos para tratar das questões de limites entre os municípios e do estado com o Amazonas.

Há também uma pista nesse documento do que vai ser um dos objetivos da sua administração: o recolhimento da documentação que se encontrava no interior do estado. Vianna sabia muito bem do grande valor histórico e administrativo desses arquivos do interior do estado.

É evidente que esse destaque dentro do Governo também se consolidou frente ao que o Diretor fez nos primeiros anos da existência do Arquivo Público, junto à organização e

²⁹ Fundo Câmara do Senado, Série Projeto de Decreto, ano: 1906.

³⁰ Fundo Câmara do Senado, Série Projeto de lei, ano: 1897.

sistematização do acervo, da publicação dos *Annaes*, tudo isso garantiu à instituição arquivística uma sobrevivência administrativa satisfatória dentro da estrutura do Estado. Como as reformas físicas e administrativas já apontadas, a publicidade do acervo e da instituição.

Arthur Vianna, mesmo diplomando-se em Farmácia pela antiga Escola de Farmácia do Pará, vai se dedicar à vida de historiador, publicando importantes livros sobre a história da região e do estado do Pará, vale destacar *A Santa Casa de Misericórdia Paraense – Notícia Histórica, 1650-1902*, *Festas Populares do Pará* (um artigo nos *Annaes da Biblioteca e Arquivo Público*), *Pontos de História do Pará – 1616-1816*, álbum comemorativo *O Pará – 1900*, com um capítulo intitulado *Notícia Histórica, As Epidemias do Pará*. Arthur Vianna teve uma vida curta, morreu aos 38 anos, mas imprimiu seu nome na historiografia local (SARGES, 2002).

O texto de Sarges (2002) justifica a análise feita anteriormente sobre o prestígio do Diretor dentro do Governo. A pesquisadora aponta que Arthur Vianna era amigo de Antônio Lemos, principal aliado político do governador Augusto Montenegro, da qual nomeou o historiador para a direção da Biblioteca, e mais tarde, da Biblioteca e Arquivo Público. Segundo a pesquisadora, Vianna sabia muito bem usar o acervo da qual estava responsável e conseguiu justificar uma tradição colonial na recente República que teimava em conviver com um espírito de civilização (SARGES, 2002).

2.1 UMA QUESTÃO DE ESTADO: RECOLHER, TRATAR E DIFUNDIR DOCUMENTOS SOBRE AS TERRAS E AS FRONTEIRAS NO ESTADO DO PARÁ.

Analisando os documentos administrativos do APEP observou-se um número recorrente de solicitações e remessas de documentos, que de certa forma, iriam auxiliar o Governo a resolver problemas ligados a terras. O que só vem comprovar toda a problemática apontada por esta Dissertação, ou seja, de que um dos parâmetros de organização do acervo era a preocupação em preservar os documentos referentes à questão de terra, assim como colocá-los à disposição da sociedade e do Estado.

Vale ressaltar que, ao longo do texto, ficou muito claro, principalmente nos relatórios, que esse problema era muito sério e que os documentos que provavam a ocupação e legitimação estavam correndo riscos devido às condições físicas e de organização nas repartições públicas em Belém e no interior.

É muito importante visualizar esses documentos encontrados nas caixas do fundo Biblioteca e Arquivo Público, ou seja, nas correspondências oficiais do diretor da Biblioteca e Arquivo Público para outras repartições públicas (Tabela 1).

Quadro 1 – Documentos referentes a questões de terras

Data do ofício	Emissor	Interessado	Conteúdo da correspondência
19 de outubro de 1903	Biblioteca e Arquivo Público do Estado do Pará	Secretaria de Estado das Obras Públicas, Terras e Viação	Enviando os autos de demarcação das terras de Raymundo Passos da Silveira.
26 de dezembro de 1903	Biblioteca e Arquivo Público do Estado do Pará	Secretaria de Estado das Obras Públicas, Terras e Viação	Enviando os autos de demarcação das terras de Antonio Rodrigues da Silva.
26 de dezembro de 1903	Biblioteca e Arquivo Público do Estado do Pará	Secretaria de Estado das Obras Públicas, Terras e Viação	Enviando os autos de demarcação das terras de José Gonçalves dos Santos.
30 de dezembro de 1903	Biblioteca e Arquivo Público do Estado do Pará	Secretaria de Estado das Obras Públicas, Terras e Viação	Enviando os autos de demarcação das terras intituladas de São José no município de Breves.
16 de maio de 1904	Biblioteca e Arquivo Público do Estado do Pará	Secretaria de Estado das Obras Públicas, Terras e Viação	Enviando os autos de demarcação das terras de Joaquim de Deus Oliveira.
29 de agosto de 1904	Biblioteca e Arquivo Público do Estado do Pará	Secretaria de Estado das Obras Públicas, Terras e Viação	Enviando os autos de posse de terra da propriedade de

		Viação	Agostinho José de Freitas.
28 de novembro de 1904	Biblioteca e Arquivo Público do Estado do Pará	Secretaria de Estado das Obras Públicas, Terras e Viação	Remetendo a esta repartição uma relação de autos de registro de posse de terra sob a guarda deste arquivo. Foram num total de 47 registros.
27 de dezembro de 1904	Biblioteca e Arquivo Público do Estado do Pará	Intendente Municipal de Belém	Enviando dois livros de aforamento de terreno da Vila de Pinheiro correspondente a novembro de 1869 a outubro de 1870.
18 de setembro de 1906	Biblioteca e Arquivo Público do Estado do Pará	Secretaria de Estado das Obras Públicas, Terras e Viação	Enviando os autos de demarcação das terras de Joaquim de Oliveira Silva.
27 de setembro de 1906	Biblioteca e Arquivo Público do Estado do Pará	Secretaria de Estado das Obras Públicas, Terras e Viação	Enviando os autos de demarcação das terras de Joanna Baptista do Amaral.
24 de outubro de 1906	Biblioteca e Arquivo Público do Estado do Pará	Secretaria de Estado das Obras Públicas, Terras e Viação	Enviando os autos de demarcação das terras de Raymundo Lazario Olegario.
12 de março de 1907	Biblioteca e Arquivo Público do Estado do Pará	Secretaria de Estado das Obras Públicas, Terras e Viação	Enviando os autos de demarcação das terras de João Geraldo de Andrade de Figueiredo.

03 de abril de 1907	Biblioteca e Arquivo Público do Estado do Pará	Secretaria de Estado das Obras Públicas, Terras e Viação	Enviando os livros do núcleo colonial Benjamim Constant.
04 de abril de 1907	Biblioteca e Arquivo Público do Estado do Pará	Secretaria de Estado das Obras Públicas, Terras e Viação	Enviando os autos de demarcação das terras de Raymunda Angélica de Siqueira Marinho.

Fonte: Fundo Biblioteca e Arquivo Público, Série: Correspondências/ofícios, ano: 1902-1907, Número: 5

Todas essas remessas de documentos são, na verdade, uma provocação de muitas solicitações da Secretaria de Estado de Obras Públicas, Terra e Viação a fim de que o Arquivo encaminhasse documentos que mostrassem posse de terra de particulares, assim como demonstrassem a demarcação de terra.

Outro documento que merece destaque é o tomo 3 dos *Annaes da Biblioteca e Arquivo Público*, este tomo é específico para o catálogo de posseiros de sesmarias do período colonial e que estavam misturados aos outros documentos depositados no antigo Arquivo da Secretaria de Governo e que foram transferidos para a Biblioteca Pública. Nele, Arthur Vianna organizou 2.158 registros catalogados e reunidos em 20 (vinte) volumes dispostos em uma ordem cronológica. Vale ressaltar que essa separação não iniciou com Arthur Vianna, mas com Antônio Marcos Nunes, em 1891. Todavia, é Vianna que reúne esses documentos e dá uma lógica a eles. Nesta publicação, há a seguinte estrutura para apresentar todas as cartas de datas e sesmarias encontradas pela equipe de Vianna: o nome do posseiro, a localização geográfica, a denominação do lugar e as datas de concessão e de confirmação da sesmaria. (ANNAES ..., 1904).

Numa rápida apresentação do volume, Vianna deixa muito evidente a importância dessa documentação para as questões administrativas ligadas à regularização fundiária. Segundo ele, estes eram documentos extremamente requisitados e consultados antes da transferência do acervo do período colonial para o novo prédio da Biblioteca e Arquivo Público. Há uma denúncia clara do Diretor sobre o sumiço de algumas cartas durante o período em que esteve no Arquivo da Secretaria do Governo. (ANNAES ..., 1904).

Outro ponto importante é uma reportagem, já citada anteriormente, que mostra justamente que a procura pelas cartas de sesmarias se deu também pelo período em que estiveram no Arquivo da Secretaria do Governo, anterior a 1894. Nesta nota publicada no jornal *O Democrata*, de 15 de janeiro de 1890, havia uma denúncia contra a desorganização do dito Arquivo pela recusa do Governo em fornecer uma carta de data e sesmaria a um particular. Essa negação se confirmou pelo estado de abandono com que se encontrava o Arquivo da Secretaria do Governo (O DEMOCRATA, 15 jan. 1890, p. 2).

Como Arthur Vianna já ressaltou no tomo terceiro dos *Annaes da Biblioteca e Arquivo Público*, a importância e a procura desses documentos considerados históricos, mas que possuíam uma carga jurídica muito forte, mesmo quando se localizavam no Arquivo da Secretaria do Governo em condições de acesso muito restrita. A reportagem só vem confirmar que esses documentos tinham uma busca considerável, ainda com apenas esse dado de uma única reportagem, vale lembrar que esse problema de demarcação de terras de particulares não é um problema do início da República. Na verdade, é uma questão que aparece ainda no período Imperial, com a Lei de Terras de 1850. Por conta disso, foi muito comum uma confusão no momento da demarcação dessas terras de ocupação mais antiga, e a única forma de comprovação legal é o uso de documentos históricos depositados basicamente no Arquivo da Secretaria de Governo, o que leva a concordar que a procura por esses documentos foi grande ao Arquivo da Secretaria, mesmo não tendo muitas provas documentais para comprovar.

O que essas três fontes denotam é a grande importância que a documentação histórica que trata de ocupação fundiária possuía no início da República e da criação do Arquivo Público. Essa procura, contudo, vem bem antes, mas é somente quando ocorre a reunião de toda documentação colonial e imperial na Biblioteca e Arquivo Público é que a demanda começa a ser documentada.

Depois que a documentação foi transferida para a Biblioteca Pública, ocorreu uma verdadeira urgência do diretor Arthur Vianna em fazer um tratamento técnico mais breve possível, o que é provado pela grande quantidade de documentos que são colocados rapidamente à disposição do público. E dentre esses documentos estavam às cartas de datas e sesmarias, que mereceram uma publicação específica da instituição, assim como um tratamento muito diferenciado por uma descrição arquivística muito apropriada para a época, que conseguia recuperar informações fundamentais como o nome do sesmeiro e a localização geográfica.

Vale reportar a grande campanha que o Diretor fez para serem recolhidos documentos da Secretaria de Obras Públicas, Terra e Viação, assim como dos cartórios do interior. É bem interessante também a legislação que ele tentou aprovar por parte do Congresso Legislativo, que obrigava o recolhimento de documentos históricos. Essas duas instituições citadas tinham documentos que eram fundamentais para as questões fundiárias na capital e no interior.

Fica muito evidente que a preocupação da reunião de documentos que tratam sobre essa questão fundiária, que na verdade não era o objetivo do Arquivo Público, mas sim do Governo, ou seja, era uma política do governo juntar uma quantidade de documentos razoável para facilitar os trâmites administrativos, assim como as tomadas de decisões jurídicas e legais sobre a demarcação de terras de particulares.

Para entender esse problema vai ser importante uma compreensão do período anterior sobre a questão fundiária, haja vista que todos os problemas dessa questão foram transferidos para a República.

Nunes (2011) faz uma análise das políticas públicas para a Amazônia no que tange a aplicação de uma agricultura moderna bastante satisfatória durante o período Imperial. Para o autor, havia uma defesa à prática agrícola como atividade promotora de desenvolvimento material e moral da região amazônica. A agricultura serviria de instrumento para uma permanente ocupação regular das terras e sistematizaria uma legitimação do Estado. E, ao mesmo tempo, apaziguaria contestações, pois se mostrariam ocupadas e produtivas. Essas análises se concentraram no período imperial, no entanto, encontram-se resquícios de todos esses discursos e as consequências de uma aplicação dessas políticas nos anos subsequentes, já na República.

O pesquisador faz uma relação entre o cultivo e a valorização da terra que era fundamental para o que o colono se fixasse nas terras. Vale ressaltar que o extrativismo era tido como um grande obstáculo para uma ampliação da agricultura, haja vista que agindo pelos ciclos naturais de coleta, o colono não entendia a propriedade como matriz de uma produção mais consistente. Para isso, era necessário uma ocupação e uso permanente do solo, porém um grande desafio para a implementação dessa política era uma mudança na forma de ver a posse de terra na região.

Para Pimenta Bueno, citado por Nunes (2011), na Amazônia, as terras que podiam ser colocadas à venda não eram tão fáceis de serem adquiridas pelo imigrante, pois o valor era muito elevado. Para tentar facilitar o acesso a terra, o Governo autorizou a medição de terras

nas províncias do Pará e Amazonas, mas o resultado foi pouco satisfatório, visto que as terras continuavam sendo invadidas, exploradas e devastadas. A solução encontrada foi fixar a população do interior da província pelo trabalho metódico e regular na terra, mas havia outro impedimento: a concentração fundiária.

Para Joaquim Nabuco, citado por Nunes (2011), escrevendo em 1880, essa questão da concentração fundiária em detrimento de um acesso a uma grande parte da população se tornava um empecilho ao desenvolvimento da região. Esse parcelamento do solo em grandes áreas impedia a formação de núcleos populacionais industrializados e a extensão do comércio no interior. Para Joaquim Nabuco, a Amazônia tinha uma necessidade de uma ocupação regular das terras do Estado, seguindo da regularização de terras que já estão ocupadas. Estas ações seriam possíveis à medida que as terras públicas fossem discriminadas aos particulares.

As medidas do Estado, naquele momento, foram pautadas em todos esses discursos mostrados por Nunes (2011) e a regularização da posse da terra se mostrou uma necessidade para os proprietários. As ações da Repartição de Terras Públicas ilustram muito bem isso, o que em 1859 evidenciava a necessidade aos donos de terra sobre a importância da legalização de suas posses e os encargos provocados com o descumprimento da legislação em vigor, quando apresentava os seguintes números de posses registradas no Pará, 19.013; e o número de possuidores multados: 1.019. (NUNES, 2011).

O que tudo isso evidencia é que a política de regularização da posse de terra iniciada nos parâmetros do Governo brasileiro durante o período Imperial buscava modelos mais modernos de cultivo e que incluíam não somente o incentivo ao plantio, mas também a forma de visualizar a terra, a sua garantia por meio de um registro oficial por parte do Estado. Além disso, essa política vai ser levada para a República recém-implantada no país.

Na Lei estadual n. 82, de 15 de setembro de 1892, que estabelecia as regras para a venda, reavaliação, transferência e legitimação das terras devolutas, ficava muito evidente a necessidade por parte dos proprietários de uma posse regularizada da terra. Em um dos seus parâmetros, determinava como terra devoluta, as que possuíam uma impossibilidade dos proprietários de não possuírem títulos capazes de legitimação ou revalidação.

Além disso, as sesmarias e outras concessões do Governo, antes de 1854, que se acharem ainda por medir ou demarcar, estando cultivadas pelo menos em 1/3 de sua extensão e com morada habitual do respectivo sesmeiro ou concessionário ou de seus legítimos sucessores seriam revalidadas. E seriam legitimadas as posses com ocupação primeira e

registrada segundo o regulamento que baixou com o Decreto n. 1318, de 30 de janeiro de 1854, ou seja, as que se acharem em poder do primeiro ocupante ou de seus herdeiros. Assim como a posse igualmente registrada que tenha sido traspassada pelo primeiro ocupante ou por seus sucessores a título de compra, doação, permuta ou dissolução de sociedade.

Essa legislação estadual coloca de forma bem contundente a necessidade de um título de posse amparado e legítimo. Além disso, força o proprietário e o Governo Estadual a procurar a mediação e a demarcação das terras. E é aqui que entra a participação do Arquivo Público porque já está mais do que claro que muitos documentos que provam a ocupação de muitas terras se encontravam na instituição arquivística ou em outras repartições do Estado e cartórios que mais tarde seriam recolhidos a esta repartição. Por isso, a preocupação do Diretor Arthur Vianna em recolher o mais breve possível essa documentação ao Arquivo.

Por essa razão, é que a demanda por documentos que mostrassem a posse de terra aumentou ao longo do tempo e que já foi mostrado no início deste sub-capítulo. E também dá argumento e sustentação para um tratamento documental rápido e eficiente no sentido de fornecer respostas à sociedade e ao Governo, que necessitava com certa urgência desses documentos.

Como já foi anunciado anteriormente, o Relatório de 1901 confirma a grande procura pelo serviço de reajuste das declarações de posse em todos os municípios e o movimento sempre crescente das medições e demarcações em todo o estado. O mesmo relatório tece uma crítica à aplicação da Lei n. 82, de 15 de setembro de 1892, que não levava em consideração o valor da terra em relação às condições físicas do terreno, o acesso, as facilidades de transporte. (PARÁ, 1901).

Esse problema de um recolhimento sistemático de documentos referentes à questão fundiária para o Arquivo Público vai persistir ao longo dos primeiros anos 1900. A importância desses documentos, e principalmente, do seu recolhimento vai ser ressaltado pelo Governador Augusto Montenegro em uma mensagem ao Congresso Legislativo em 1906, quando apontou a importância de um recolhimento de livros e papéis referentes a terras existentes nos arquivos municipais.

Ele balizou uma organização e uma publicação de um índice de todos os registros depositados nas repartições do Estado, e um ponto bem problemático do recolhimento, e acusado pelo Governador, era a falta do paradeiro de muitos documentos, o que deixava muitos arquivos incompletos. (PARÁ, 1906). Essa mensagem ressalta um ponto muito crucial para o Arquivo Público: a criação dele foi fundamental para um destino apropriado dos

documentos históricos, mas era tão basilar para a continuidade dos trabalhos da instituição, o recolhimento de documentos tidos como essenciais para a Administração Pública.

A fundação do Arquivo Público teve como um dos focos principais o direcionamento adequado da documentação histórica do estado, não somente para fins de preservação histórica, alimentando dessa forma uma exigência de uma modernidade alicerçada pela República, mas era fundamental a perpetuação desses documentos porque eles serviam para resolver diversas questões de cunho administrativo, como a demarcação e a legalização de posse de terras de particulares que era considerado um problema muito sério, haja vista que muitas terras de particulares invadiam terras públicas e causava muitas brigas entre particulares. Essa questão era tão urgente que a reunião desses documentos em um local apropriado e a sua sistematização tornava-se crucial.

Em outras palavras, a necessidade administrativa determinou muito a criação do Arquivo Público, seja por conta das questões fundiárias, seja por conta da delimitação de limites entre os municípios paraenses e com outros estados, e de fronteiras com outros países. Essa preocupação do estado do Pará com esses documentos vai acompanhar a vida administrativa do Arquivo durante boa parte do início do século XX, sendo que muitos projetos e ações da instituição tiveram como objetivo principal resolver essa questão de terra, como a publicação do Tomo 3 dos *Annaes da Biblioteca e Arquivo Público*, a tentativa com algum sucesso de recolhimento de documentos e a redação de uma lei que autorizava o recolhimento de documentos ao Arquivo Público.

Outra parte da documentação administrativa analisada do fundo Biblioteca e Arquivo Público dizia respeito a solicitações de documentos que demonstrassem questões de fronteiras seja entre municípios paraenses, entre o estado do Pará e com outros estados e entre o Brasil com outros países. Essa faceta da documentação revela a outra grande questão de se organizar a documentação do antigo arquivo da Secretaria do Governo, assim como recolher documentos nas outras repartições públicas em Belém e no interior.

Esses documentos administrativos evidenciavam a participação do Arquivo em providenciar pareceres sobre a questão de limites territoriais dos municípios paraenses que auxiliariam o Governador e o Poder Judiciário a tomar decisões. Assim como forneceu documentos para questões de fronteiras internacionais.

No relatório de 1891, o Governador já apontava um problema muito sério que estava ocorrendo no Estado em relação aos limites de diversos municípios. Esse documento é

antes da transferência dos documentos para a Biblioteca Pública em 1894 e da criação do Arquivo Público em 1901.

O documento é bem claro quando afirma que por muito tempo ocorreu um verdadeiro descaso por parte das administrações anteriores no momento da criação, supressão de municípios, comarcas, paróquias, distritos de paz, sem nenhum estudo sobre a questão de limites e sua influência na vida política e econômica das populações. No caso, o Governador cita claramente os atos da Assembleia Legislativa Provincial por essa falha, que segundo ele, tudo isso era realizado somente por vontade política. (PARÁ, 1891, p.62).

Esse problema vai ficar muito evidente no momento da leitura das solicitações e dos despachos do Diretor da Biblioteca e Arquivo Público, que sempre afirma haver uma confusão na demarcação dos limites entre os municípios. Muitos desses desentendimentos vão parar na Justiça para serem solucionados. A grande questão é que as provas jurídicas devem mostrar todo processo de ocupação do território, das tramitações políticas e econômicas ao longo do tempo no sentido de colocar uma solução, e o local da qual se encontravam boa parte dessa documentação era o antigo Arquivo da Secretaria do Governo, além de outros arquivos espalhados pelo interior do estado. O grande problema do primeiro arquivo é a total desorganização que atrapalhava a recuperação de informação. Com relação aos outros arquivos, era necessário um recolhimento sistemático para um local apropriado e tudo isso também vai respaldar o Governador na criação do Arquivo Público.

Essa problemática fica muito clara quando o documento em questão continua a relatar essa dificuldade administrativa, ou seja, que a falta de documentos que comprovem todas essas mudanças de categorias de território, tanto na Secretaria do Governo como nas intendências municipais é um fato dentro da esfera do governo. No caso da Secretaria de Governo, o Governador foi bem incisivo quando relatou a atual situação como algo de extrema urgência pela falta de documentos que comprovem o mapa de limites dos municípios paraenses.

Para resolver tal questão, o Governador autorizou a organização do Arquivo da Secretaria do Governo, que depois disso seria possível fazer um grande estudo comparativo dos limites de cada município, englobando a história, as localidades, a geografia, as necessidades de vida dos habitantes, o estado de prosperidade e suas condições prováveis de desenvolvimento. Além disso, o Governador expediu uma circular para todas as intendências municipais pedindo-lhes que relatassem tudo o que houvesse nos arquivos das extintas câmaras. (PARÁ, 1891).

Duas observações devem ser feitas, a primeira é que essa autorização de se organizar os documentos do arquivo da Secretaria do Governo foi dada para Antônio Marcos Nunes no final de 1891. Todo o trabalho, as dificuldades, os desafios, e principalmente, os encaminhamentos desse trabalho de Nunes já foi analisado anteriormente. O relatório final dele é fundamental porque deixa muito manifesta a criação de um arquivo público para finalizar todo trabalho de catalogação e preservação do acervo. A segunda observação que se pode fazer desse relatório é a necessidade de recolhimento dos documentos no interior do Estado. Esse problema era muito latente dentro do Governo haja vista que no relatório, o próprio Governador pede para que as intendências informem o que existe de documentos relevantes para o Estado. Fica muito fácil deduzir que esse pedido dificilmente foi atendido pelas condições físicas dos documentos e de organização com que esses arquivos municipais se encontravam.

Em 5 de setembro 1891, em uma nota publicada pelo jornal *A República*, o próprio Governo assumia que seria muito difícil realizar qualquer estudo ou até mesmo dar continuidade administrativa utilizando os arquivos das repartições públicas. A nota apontava que a produção de um estudo, ressaltado no relatório de 1890, sobre a história dos limites dos municípios paraenses não seria possível pelas condições dos arquivos das secretarias estaduais, das intendências municipais, do Arsenal de Marinha. O único caminho, segundo a nota, seria o arquivo da Secretaria de Governo pela importância histórica dos documentos depositados e pela quantidade, o que apontava mais uma vez para a importância desse acervo documental para a Administração Pública e a nota questiona o Governador da necessidade de continuar o trabalho de organização do arquivo da Secretaria de Governo iniciado pela comissão. (A REPÚBLICA, 05 set. 1891, p. 2).

Fazendo um levantamento dos documentos administrativos da Biblioteca e Arquivo Público foram localizados alguns registros documentais que se referenciam esse problema.

Quadro 2 – Correspondências produzidas que dizem respeito a questões de limites

TABELA DE REGISTROS DOCUMENTAIS – QUESTÃO LIMITES E FRONTEIRAS			
Data do ofício	Emissor	Interessado	Conteúdo da correspondência
18 de fevereiro de 1904	Biblioteca e Arquivo Público do	Intendência Municipal de	Enviando documentos

	Estado do Pará	Muaná	relativos aos limites territoriais dos municípios de Muaná e São Sebastião da Boa Vista.
10 de junho de 1904	Biblioteca e Arquivo Público do Estado do Pará	Secretaria de Estado de Justiça, Interior e Instrução Pública	Informando que o Arquivo havia encaminhado uma série de documentos a um juiz de Direito da Comarca de Faro que serviriam de prova jurídica numa questão de limites com o estado do Amazonas.
1º de março de 1905	Biblioteca e Arquivo Público do Estado do Pará	Secretaria de Justiça, Interior e Instrução Pública	Informando que o parecer sobre os estudos necessários de limites dos municípios de Bagre e Melgaço e de Afuá com Anajás está finalizado.

Fonte: Fundo Biblioteca e Arquivo Público, série Correspondências/ofícios, ano: 1902-1907/ Encadernação número: 5

No jornal *O Pará* foi encontrada uma nota da qual o Diretor da Biblioteca Pública deu por certidão ao Intendente Municipal de Curuçá, a carta de sesmaria conferida pelo governo da metrópole portuguesa em 1788 (O PARÁ, 9 mar. 1898, p. 2).

Essas fontes documentais revelam que a missão institucional do Arquivo Público estava sendo cumprida haja vista que ele estava fornecendo documentos à Administração Pública para questões legais e jurídicas. Outro dado interessante dessa documentação que trata dos limites dos documentos foi fornecer dados históricos para o engenheiro Palma Muniz escrever uma coleção de livros sobre os municípios do estado do Pará, no entanto, esse livro é posterior ao período da pesquisa.

Outra parte dos documentos destacados solicitava ao diretor do Arquivo documentos que mostrassem as posses do Brasil, ou provassem a sua ocupação em territórios contestados por outros países. Basicamente se utilizava a documentação do período colonial.

Sobre a questão das fronteiras do Brasil com outros países da Pan-amazônia, desde o período imperial do Brasil já era um ponto fundamental para a soberania do país. Vale lembrar que esta imensa região era marcada por disputas econômicas e políticas que se arrastavam desde o período colonial. E como Nunes (2011) já demonstrou, o governo brasileiro foi exigido pela criação de planos específicos de colonização que garantisse a consolidação do poder estatal e dos domínios do Estado.

Um fato bem esclarecedor, nesse sentido, e que Nunes (2011) traz à tona, é a fala do senador Bernardo Pereira de Vasconcellos, publicado no jornal *O Paraense*, de 17 de agosto de 1843³¹, que mostra muito bem esse estado de insegurança nos limites territoriais do Brasil com a Guiana Inglesa. Segundo o senador, havia uma região contestada pelos ingleses na Serra Pucaraíum entre os Rios Orenoco e Amazonas, que já era visada desde o período colonial, o que obrigou o Marquês de Pombal a construir o Forte de São Joaquim, em 1752, no Rio Branco. Mas nos últimos anos da década de 1830, essa região foi extremamente cobiçada pelos ingleses por diversas investidas e, por exemplo, em 1838 foram enviados para a região, missionários metodistas para pregar a religião cristã nas aldeias da região.

Outra incursão foi registrada em 1846, quando o engenheiro Schomburgk, a serviço da Inglaterra, e o comissário de polícia de Demerrara teriam ultrapassado os limites brasileiros e demarcado a colônia de Demerrara na Serra de Aracahy, favorecendo o aumento do território da Guiana Inglesa que passou de 12.300 milhas para 76.000 milhas quadradas.

³¹ O PARAENSE, 17 ago. 1843, p.3-4.

Para o senador, a posição geográfica, o clima saudável, a fertilidade do solo para cultivo tornava a Amazônia, uma posição especial em comparação com as outras colônias inglesas, o que, portanto, carecia de medidas urgentes por parte do governo do Brasil em mostrar um plano mais contundente de ocupação dessas áreas (NUNES, 2011).

Essa questão vai ser considerada urgente para ser resolvida com os outros países e o acervo do Arquivo Público vai ser utilizado para dar respaldo jurídico da ocupação portuguesa no território amazônico, ou seja, para provar as posses do Brasil e, conseqüentemente, demarcar as fronteiras entre os países. Os documentos subsequentes denotam o grande auxílio que a instituição deu ao Ministério das Relações Exteriores para resolver a questão das fronteiras com a Guiana Inglesa.

Em um ofício do Ministério das Relações Exteriores ao Governador do Pará, de 18 de julho de 1901, ele solicitou documentos que ajudassem a esclarecer as questões de limites com as Guianas. Esses documentos ajudariam o senhor Joaquim Nabuco em uma reunião com o Governo Britânico³².

Em outro ofício de 1902 à Secretaria de Interior, Justiça e Instrução Pública, o Diretor ressaltou a importância de mandar para Londres, 49 volumes de documentos que expressavam sobre as demarcações das fronteiras portuguesas e espanholas entre os anos de 1737 a 1843, na bacia do Rio Amazonas³³.

Em um ofício de 4 de maio de 1903 ao Ministro Plenipotenciário do Brasil, a Biblioteca e Arquivo Público enviou documentos referentes ao período imperial sobre questões de limites que serviriam de base em uma reunião com o rei da Itália³⁴.

Apesar de não ser uma questão tão contundente em comparação com a questão fundiária ou de limites entre municípios, foi muito importante para a instituição porque a colocou numa posição privilegiada, haja vista que este arquivo público possui a maior quantidade de documentos do período colonial, que tem como foco o território da Amazônia e suas fronteiras no Brasil, e o mais importante que esse dado foi a resposta do Diretor em enviar documentos aos interessados, o que denotava que essa documentação era

³² Fundo Biblioteca e Arquivo Público, série: Ofícios, anos: 1901, 1902, 1906, 1907, 1913, 1938, 1940, 1946, 1951, 1959, 1964, 1967, 1973, 1981, 1983, 1984, 1985/ Documentação avulsa.

³³ Fundo Biblioteca e Arquivo Público, série Correspondências/ofícios, ano: 1902-1907, Encadernação número: 5.

³⁴ Fundo Biblioteca e Arquivo Público, série Correspondências/ofícios/ ano: 1902-1907, Encadernação número: 5.

importantíssima histórica e juridicamente e os documentos destacados revelam também que ela já estava em fase bem avançada de organização.

Demarcações de terra, questões de limites e fronteiras eram questões do passado que se entrelaçam com as do presente republicano, gerando vida aos antigos documentos e dando hoje sentido a esta Dissertação.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hoje, o Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) é uma das principais instituições arquivísticas do Brasil no que se refere à guarda da documentação colonial e imperial. Ele guarda informações importantes acerca das relações políticas, sociais, culturais e ambientais da Amazônia durante os períodos Colonial e Imperial, entre os anos de 1649 a 1823, além da documentação que corresponde ao período Republicano.

Seu acervo é composto por aproximadamente quatro milhões de documentos, dispostos em cerca de 1.760 metros lineares, entre documentos avulsos e códices, encadernados, textuais (impressos e manuscritos) e iconográficos, que abrangem o espaço de tempo entre os séculos XVII e XX.

Todos esses registros documentais foram reunidos a partir de 1894 quando boa parte foi levada à Biblioteca Pública, do antigo Arquivo da Secretaria de Governo, e a outra parte da documentação chegou a partir de 1901 quando a instituição foi criada. O interessante da problemática da criação do Arquivo Público do Estado do Pará é o material que foi recolhido, os documentos que foram inicialmente colocados à disposição e as razões da criação da instituição.

Como ficou bem sustentado o Arquivo Público fez-se exemplo de instituição arquivística que nasceu em meio de um debate da modernidade no Brasil, no avanço das ideias republicanas e nas lembranças redefinidas em vários momentos da concepção de cidadania promulgada pela Revolução Francesa. Segundo Vianna (1902), o Estado trouxe consigo o antigo projeto colonial de que a guarda e disseminação da informação oficial de um Estado era exemplo de civilização e desenvolvimento de um lugar.

O autor partiu a sua argumentação de um caso muito peculiar que aconteceu no Pará em 27 de abril de 1839, quando a Câmara Municipal recebeu um ofício de José de Napoles Telles de Menezes, paraense e aluno de Medicina em Lisboa, o qual “aconselhava

aos seus comprovincianos a dedicação às letras e à cooperação no desenvolvimento intelectual da Província” (VIANNA, 1902, p. 10). Mesmo que o objetivo principal da carta foi ressaltar a necessidade da criação de uma Biblioteca Pública para o Pará, que na concepção da época era um poderoso instrumento de civilização, já que “concorria para espalhar a instrução por todas as classes da sociedade (VIANNA, 1902, p.10), não é possível compreender a história de fundação do Arquivo Público do Pará sem entender as teias de negociações que marcaram a luta pela criação e permanência da Biblioteca Pública em Belém.

Mergulhados por aquele espírito que orientava os homens de letras das últimas décadas do século XIX, D. Antônio de Macedo Costa, Bispo do Pará, em seu discurso de 25 de março de 1871, data que foi inaugurada a Biblioteca Pública e do Museu Paraense Emílio Goeldi, evocou: “(...) é a instrução a derramar-se; é a civilização a expandir-se; é um porvir inteiro a rasgar-se diante de nossos olhos, todo iluminado e cheio de esperança!”. (VIANNA, 1902, p. 13). Nessa argumentação, não é possível negar as diferenças regionais que, muitas vezes, são suprimidas em nome de uma história nacional, geral e homogênea. (SARRAF-PACHECO; TORII, 2015).

Ao analisar os documentos apresentados nesta Dissertação, todavia ficou muito evidente que havia algo muito mais abrangente na criação do Arquivo Público do Estado do Pará, não era apenas uma preocupação dos governantes em apresentar uma imagem moderna de Governo e de Administração Pública pautada em uma modernidade. Era, acima de tudo, uma preocupação de cunho administrativo em proteger essa documentação da passagem do tempo e do esquecimento, era uma necessidade muito mais imediata para a Administração Pública estadual do que para a História, já que muitos dos documentos que foram transferidos para a Biblioteca Pública em 1894 possuíam ainda um valor de informação e de prova.

Não se pode esquecer que, como função finalística de um arquivo público, o APEP tem todas as suas missões institucionais profundamente atreladas às demandas do Estado, isso quer dizer que todo acervo do APEP é composto da documentação que já foi administrativa do Estado do Pará, ou seja, serviu para dar prosseguimento aos trâmites do Governo e como registro das ações governamentais em diferentes tempos. E hoje, essa mesma documentação, apresenta outro aspecto de sua funcionalidade, o valor secundário ou histórico. E como arquivo permanente ou histórico, este guarda documentos de caráter secundário. Esta é a razão de criação de um arquivo público: reunião de documentos de valor permanente ou histórico para fins de pesquisa, corroborando dessa forma para a preservação da história e de memórias. Essa característica fica muito sintetizada nas palavras de Heynemann (2009):

Portadores da memória, fonte da história: uma caracterização dos arquivos presente desde o primeiro artigo na lei de 1789 sobre a organização dos Archives de France. E não se trata de uma distinção meramente verbal. Por que ela designa a capacidade que os documentos arquivísticos têm de servir a dois usos diferentes em seu princípio mesmo e a suscitar duas atitudes dificilmente compatíveis, excludentes mutuamente e que os integra respectivamente em uma memória e em uma história. Por um lado, pela sua correspondência às três idades que regem a gestão dos documentos – designando a fase permanente como aquela válida para a pesquisa e portanto de caráter histórico e as fases corrente e intermediária como “memórias”, atendendo e se conservando para servir à memória imediata ou longa da gestão. (HEYNEMANN, 2009, p. 7).

Partindo desse ponto de vista, todo o conjunto documental do APEP deverá refletir essa história administrativa do Estado na sua organização e isso quer dizer que a ordenação das divisões documentais vai respeitar a ordem administrativa, como salientou Bellotto (2006):

(...) que o arquivo é órgão receptor (recolhe naturalmente o que produz a administração pública ou privada à qual serve) e em seu acervo os conjuntos documentais estão reunidos segundo sua origem e função, isto é, suas divisões correspondem ao organograma da respectiva administração; (...) (BELLOTTO, 2006, p. 38).

Jardim (1999) ressalta muito bem a importância de registrar e guardar a informação para os estados modernos:

Como campo informativo, o Estado moderno constitui-se numa das maiores e mais importantes fontes de informação, além de requisitar uma grande quantidade destas para sua atuação. Seu complexo funcionamento relaciona-se diretamente com a sua ação produtora, receptora, ordenadora e disseminadora de informação. O objeto do Estado seria, em últimas instâncias, o cidadão em suas variadas demandas, inclusive aquelas de natureza informacional. (JARDIM, 1999, p. 29)

O interessante do ciclo de vida dos documentos públicos é essa passagem do valor primário ou administrativo para o valor secundário, haja vista que vai delimitar o que é guarda de um arquivo público ou de um arquivo corrente e intermediário. No entanto, não é nada fácil delimitar os dois valores nos documentos públicos e essa passagem é muito variada entre os documentos, que muda de acordo com a espécie documental e o seu conteúdo.

Quando essa delimitação não é concretizada e sustentada, fica muito complicado afirmar que tal acervo deixou de ser administrativo e passou a ser histórico, e a consequência é que tudo passa a ser recolhido para o arquivo público numa tentativa de proteção da memória. E tem um dado que colabora: alguns documentos nunca perdem o seu valor administrativo, mesmo sendo considerados históricos e permanentes.

O que aconteceu com o Arquivo Público do Estado do Pará pode ser muito análogo com isso, pois havia uma preocupação muito evidente com o destino de uma

documentação que estava depositada no Arquivo da Secretaria do Governo e em outras repartições públicas e era fundamental ter um local da qual se pudesse reunir essa massa documental e dar uma organização com a finalidade de uma recuperação da informação de forma muito mais ágil e rápida, mas a grande questão foi justamente a delimitação do que era documento administrativo e documento histórico, o que praticamente não existia.

O resultado foi a reunião de muitos documentos com os dois valores, é por isso que, nos discursos proferidos, havia uma fala pautada em uma preocupação com o valor histórico e outras falas com uma apreensão quanto aos documentos com valores administrativos, principalmente com aqueles que iriam servir de base para resolução de questões ligadas à terra, limites de municípios, entre estados brasileiros e entre países com o Brasil.

A história do Arquivo Público está muito ligada à história republicana no estado, ou seja, se tinha muito em mente que organizando o acervo recolhido à Biblioteca Pública, principalmente, da parte de Obras Públicas, se poderia realizar com sucesso algumas políticas públicas no que se refere, por exemplo, à imigração, à construção de ferrovias e projetos agropecuários. Além disso, essa documentação organizada conseguiria levar a nação a legitimar as posses de terras no Acre, e de forma mais concreta, no Amapá, pois esses documentos conseguiriam mostrar que a ocupação e a colonização portuguesa se deram há muito tempo, desde o período colonial.

Certamente, cada arquivo possui uma trajetória específica de vida administrativa que vem sendo constituída. É papel do pesquisador procurar compreender quase todos os percalços, negociações, afirmações, construções num plano espacial reduzido e ampliado ao mesmo tempo, já que se supõe que a criação de cada arquivo mobilizou interesses, necessidades e expectativas de sujeitos históricos, suas percepções de mundo, os jogos do político e possíveis clamores locais, seja pelas falas de políticos ou não, sejam pelos pedidos dos chamados esclarecidos.

A função institucional de um arquivo público é atender à Administração Pública, seja preservando documentos históricos, seja fornecendo informações para a tomada de decisões governamentais, sua outra função do arquivo é abrir para a pesquisa esses documentos considerados históricos. No decreto de criação do Arquivo Público há uma menção muito clara de que os documentos deveriam estar abertos para o público. Sobre a primeira função dele, fica muito evidente nos trabalhos administrativos da instituição, que desde o momento de criação até a disponibilização dos primeiros documentos, houve uma

procura pelo acervo, no entanto, há um problema muito difícil de ser resolvido na pesquisa: mapear os usuários.

Uma grande dificuldade de visualizar o tipo de público que frequentava e usufruía dos documentos do Arquivo é a falta de fontes; na verdade, existem alguns relatórios que demonstram o número de usuários da instituição, porém, vale ressaltar, que no período destacado pela pesquisa, o APEP estava anexado à Biblioteca Pública e por conta dessa particularidade, a quantidade de público exposto nesses relatórios dá conta da Biblioteca Pública e não do Arquivo Público, e mesmo que nesses números estejam inclusos o número de usuários do arquivo, fica muito difícil precisar ou separar o público de ambas as instituições.

Por conta dessa dificuldade só foi possível detectar o tipo de público que frequentava o Arquivo pelos documentos administrativos, mas não foi possível quantificar o número de usuários, pois esses documentos administrativos se restringem a ofícios enviados do Arquivo para outras instituições em que remetem documentos em vista a uma solicitação feita de forma formal e oficial à instituição. Infelizmente, foram poucos os documentos administrativos encontrados e preservados pela instituição e a maioria são ofícios enviados do Arquivo.

Por conta disso, não foi possível recolher dados dos usuários que utilizaram o acervo do Arquivo Público para fins de pesquisa histórica, entre os anos de 1894 e 1906. Infelizmente, por conta dessa dificuldade, o perfil do usuário e as temáticas das pesquisas não poderão ser expostos, o que seria muito importante para compreender os primeiros anos de funcionamento da instituição.

De acordo com esses documentos, o público que foi possível mapear do arquivo nos primeiros anos analisados são os servidores das próprias repartições públicas sejam municipais, estaduais ou federais que solicitaram documentos para diversos fins. Na verdade, a impressão que se teve foi que Arthur Vianna priorizava muito mais esse tipo de público que o usuário pesquisador. Havia muito mais urgência em dar respostas à Administração Pública. Prova disso, é a própria organização do acervo que ele montou, ou seja, em todas as séries havia uma nítida intenção de auxiliar a busca de informação para os trâmites administrativos, como as séries *Questões de limites*, *Cartas de sesmarias*, *Decretos régios*, *Cartas patentes*.

Sobre o uso dos documentos do Arquivo Público pelo poder público, vale a pena citar os estudos de três autores: João de Palma Muniz, Henrique Américo de Santa Rosa e Ignácio Baptista de Moura. Eles são considerados engenheiros-historiadores, seguidores da

modernidade e agentes da Administração Pública. Seus estudos pautam uma reflexão sobre o espaço local, numa clara intervenção direta sobre a política urbana pensada para o Estado e predileção peculiar pelo passado local.

Os três estavam presentes na instalação do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Pará, em 1900. Este instituto vai ser uma espécie de embrião efêmero do Instituto Histórico Geográfico do Pará, criado em 1917, da qual os três vão fazer parte da primeira diretoria. Os três pesquisadores estavam dentro da Secretaria de Obras Públicas e Colonização do Pará da qual estava muito atrelada em construir uma cartografia total da territorialidade paraense, como modelo de civilização, ou seja, que esse imenso território deixasse de ser um espaço desconhecido sem a ausência do Estado. É um tipo de conhecimento que estava ainda em vias de construção e sobre o qual Palma Muniz e Santa Rosa produzia estudos, analisando a história e as demarcações sobre os municípios paraenses e tomando parte direta nas questões de limites envolvendo o Pará, Amazonas e Goiás. (MORAES, 2009).

Dos três pesquisadores em questão vale destacar os estudos de Palma Muniz que teve uma produção surpreendente:

De 1901 até 1927, levou a lume o Relatório dos serviços da 3ª seção da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação do Estado do Pará (1901); Patrimônio dos Conselhos Municipais do Estado do Pará (1904); Carta Geográfica do município de Belém (1905); O município de Itaituba (1906); Carta Geográfica da zona da estrada de ferro de Bragança e da colonização do Estado do Pará (1908); Índice dos títulos de terras expedidos de 1901 a 1908 (1909); Terrenos discriminados na estrada de ferro de Bragança (1910); Mapa do Estado do Pará, com delimitação municipal (1912); Índice geral dos registros de terras (1907/1913 e 1910/1913); Imposto territorial (1913); O Instituto Santo Antonio do Prada: notícia histórica de sua fundação de desenvolvimento (1913); Formulário de terras, estudos e aplicação das leis de terras do Estado do Pará (1913); Limites municipais do Estado do Pará – Baião, Bragança, Breves, Cameté e Chaves (1913); A orla marginal do Rio Amazonas dentro do território brasileiro (1916); A Faixa territorial da república brasileira (1916); Imigração e colonização do Estado do Grão-Pará – dados históricos e estatísticos de 1616 a 1916 (1916); Relatório do trabalho dos delegados paraenses no Congresso de Acordo de Limites Interestadual do Rio de Janeiro e no VI Congresso de Geografia em Belo Horizonte em 1919 (1919); História da Instrução pública no Pará (1922); Grenfell na história do Pará – 1823/1824 (1929); e o Catálogo das petições de cartas de datas e sesmarias existentes no Arquivo Público do Grão-Pará (1929). (MORAES, 2009, p.24)

Não dá para afirmar que todos os estudos em questão tiveram como fonte principal o acervo do Arquivo Público do Estado do Pará, haja vista que nem o pesquisador deixa claro, mas também não tem como negar que Palma Muniz não se utilizou do acervo documental da instituição.

Segundo Ricci (2014), com a direção da Biblioteca e Arquivo Público nas mãos de Arthur Vianna, e com Palma Muniz e Henrique Santa Rosa como engenheiros da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação do Pará, a documentação histórica tornou-se peça fundamental para uma mudança historiográfica republicana no Pará.

(...) neste aspecto, a geografia caminhava em acordo com a história e a política. Tanto Vianna, como Palma Muniz e Santa Rosa tinham aqui uma dupla missão. Por um lado, havia o cenário político. Como homens de Estado tinham que defender o Brasil (ver a questão Acreana) e os limites paraenses diante do Estado do Amazonas nas guerras pela expansão e distribuição da borracha amazônica (WEINSTEIN, 1999). Assim, ao organizar o Arquivo Público, homens como Vianna, Palma Muniz e Santa Rosa, buscavam no passado paraense – e em seus tênues e conturbados limites coloniais – as provas necessárias para as pejejas republicanas do início do século XX. (RICCI, 2014, p. 19).

Outro autor apontado por Ricci (2014) é Theodoro Braga, como uma figura muito importante no processo de mudança republicana. Esse pintor e pesquisador foi muito estudado por Figueiredo (2003).

Ainda citando Ricci, em 1908, Braga pintou, sob encomenda do Intendente Antônio Lemos, um dos principais quadros históricos do período: *A Fundação da Cidade de Belém*. O pintor-pesquisador também escreveu um opúsculo no qual explicava a pesquisa histórica de sua tela. Esse escrito gerou um debate com Arthur Vianna no que se refere aos detalhes da tela, como a construção do forte de pedra, detalhe que era contestado por Vianna que dizia ser de madeira. (RICCI, 2014).

Segundo Figueiredo, entre 1903 e 1905, Theodoro Braga se dedicou a algo aparentemente distante de práticas de instrução pública, a saber, costurar um novo momento nas artes plásticas do Pará, aproximando-se de artistas, literatos e autoridades do governo local. Pintou a tela da fundação da cidade de Belém, escreveu um polêmico manual para sua interpretação. Em todos estes estudos e tela, contudo, o debate cercava o nacionalismo, a identidade regional e a história pátria. (FIGUEIREDO, 2003, p. 118-119). Isto ocorria porque o tema da história pátria era matéria de interesse público. (RICCI, 2014, p. 23).

Como já ficou muito evidente, as informações sobre os usuários que frequentavam e utilizavam o acervo documental do APEP nos primeiros anos de funcionamento eram extremamente limitadas. Esse aspecto revela, na verdade, que nunca foi a preocupação principal do diretor da Biblioteca e Arquivo Público e nem do Governo Estadual deixar o acervo totalmente aberto e consultável nesses primeiros anos.

O maior desafio da instituição era dotar os governos de informações necessárias a fim de resolver uma série de desafios para a Administração Pública, proteger certos documentos pelo recolhimento sistemático em outras repartições públicas estaduais e municipais, e realizar uma publicidade de todo trabalho executado.

O projeto republicano para o acervo do APEP tinha claros alicerces no período colonial e não foi à toa que Arthur Vianna começou a sua sistematização por esse momento histórico. Havia um interesse enorme em recuperar o cotidiano de homens importantes para a colonização europeia na região amazônica, da qual era primordial construir uma ponte civilizacional entre as duas regiões. Os ditos “heróis” deveriam ser sempre os brancos e europeus da qual conseguiriam superar todas as dificuldades físicas, pessoais e naturais da região. Portanto, o foco de Vianna era voltar-se para os capitães-generais, governadores, outros militares, missionários e a ideia era muito clara: relacionar a vida de homens ilustres e do Estado, inseridos em uma natureza extremamente difícil e grandiosa da região, numa tentativa de deixá-la menos “selvagem e indômita”. Dentro dessa natureza, podem-se enquadrar os diversos grupos indígenas e africanos introduzidos na Amazônia, mas a inclusão desses elementos humanos tinha mais uma conotação de esquecimento, haja vista que sempre serão reportados através da fala e dos discursos dos europeus.

Ao mesmo tempo, essa tentativa de remodelação do período colonial pelos documentos tinha uma conotação extremamente política e que visava mostrar a ocupação portuguesa na região e todos os seus desdobramentos e negociações. Essa publicidade que o Diretor e o Estado fizeram no APEP, dava garantias de legitimidade das fronteiras para a nascente República e também fincava a construção de uma identidade brasileira nas áreas contestadas por outras nações.

FONTES

BIBLIOTECA NACIONAL: <http://bndigital.bn.br/acervodigital/>

- PARÁ. Governador (Lauro Sodré). **Mensagem dirigida pelo Dr. Governador Dr. Lauro Sodré ao Congresso do Estado do Pará. Em 7 de abril de 1895.** Belém: Diario Oficial, 1895.
- PARÁ. **Relatório do Estado do Pará à Administração do Estado Durante o seu Primeiro Período Constitucional.** Belém: Typ. E Encadernações de Pinto Barbosa e Companhia, 1897a.
- PARÁ. Governador (Lauro Sodré). **Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará pelo Dr. Lauro Sodré.** Belém: Diario Oficial, 1897b.
- PARÁ. **Diretor da Secção da Secretaria do Estado (Albuquerque Mendonça) - Administração do Dr. Lauro Sodré.** Belém: Diario Oficial, 1897.
- PARÁ. Governador (Capitão tenente Duarte Huet de Bacellar Pinto Guedes). **Relatório de entrega de governo à Lauro Sodré em 24 de junho 1891.** Belém: Diario Oficial, 1891.
- PARÁ. Governador (José Paes de Carvalho). **Relatório Apresentado ao Governador do Estado Exmo. Sr. Dr. Augusto Montenegro.** Belém: Imprensa Official, 1901a.
- PARÁ. Governador (José Paes de Carvalho). **Mensagem ao Congresso do Estado do Pará, em 01 de fevereiro de 1901.** Belém: Imprensa Official, 1901b.
- PARÁ. Governador (Augusto Montenegro). **Mensagem ao Congresso Legislativo do Pará, em 07 de setembro de 1906.** Belém: Imprensa Official, 1906.
- AMAZONAS. Governador (Fileto Pires Ferreira). **Mensagem lida perante o Congresso dos Representantes, por ocasião da abertura da primeira sessão extraordinária da terceira legislatura em 06 de janeiro de 1898.** Manaus: Imprensa Official, 1898.
- BAHIA. **Vice-governador (Joaquim Leal Ferreira) – Mensagem e Relatório Apresentado à Assembleia Geral Legislativa.** Salvador: Typographia e Encadernação do Diário da Bahia, 1892.
- O AGRARIO, 1 out. 1885, p. 2.
- DIARIO DE BELÉM, 16 fev. 1881, p. 1.
- DIARIO DE BELÉM, 17 mar. 1882, p. 1.
- O LIBERAL DO PARÁ, 19 out. 1889, p. 1.
- CORREIO PAULISTA, 17 ago. 1892, p. 3.

- O PARÁ, 29 mar. 1898, p. 2.
- O PARÁ, 20 jul. 1899, p. 1.
- O PARÁ, 5 ago. 1899, p. 2.
- O PARÁ, 23 mar. 1900, p. 2.
- O PARÁ, 29 mar. 1898, p. 2.
- O PARÁ, 20 jul. 1899, p.1.
- O PARÁ, 5 ago. 1899, p. 2.
- COMÉRCIO DO AMAZONAS, 20 jul. 1898, p. 1.
- MINAS GERAES, 13 jul.1895, p. 1.
- O REPUBLICANO, 2 abr. 1896, p. 2.
- O REPUBLICANO, 2 abr. 1896, p. 2.
- O REPUBLICANO, 25 out. 1896, p. 2.
- O DEMOCRATA, 15 jan. 1890, p. 2.
- A REPÚBLICA, 5 set. 1891, p. 2.
- A REPÚBLICA, 13 dez. 1890, p. 2.
- A REPÚBLICA, 15 jan. 1891, p. 2.
- A REPÚBLICA, 20 dez. 1890, p. 2.
- A REPÚBLICA, 24 jan. 1890, p. 2 e 3.
- A REPÚBLICA, 24 mar. 1891, p. 2 e 3.
- A REPÚBLICA, 27 dez. 1890, p. 2.
- A REPÚBLICA, 29 jan. 1890, p. 2.
- O PARAENSE, 17 ago. 1843, p. 3 e 4.
- A REPÚBLICA. 29 jan. 1891, p. 2.
- DIÁRIO OFFICIAL DO ESTADO FEDERADO DO AMAZONAS, 24 ago. 1897, p. 1 e 2.

BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ ARTHUR VIANNA

- FOLHA DO NORTE, 22 abr. 1901, p. 1.
- FOLHA DO NORTE, 23 abr.1901, p. 1 e 2.
- FOLHA DO NORTE, 24 abr. 1901, p. 2.
- A PROVÍNCIA DO PARÁ, 4 mai. 1901, p. 1.

- A PROVÍNCIA DO PARÁ, 4 mai. 1901, p. 1.
- A PROVÍNCIA DO PARÁ, 12 jun. 1901, p.2.
- A PROVÍNCIA DO PARÁ, 13 jun. 1901, p. 1.
- DIÁRIO DO PARÁ, 30 jul. 2007, página A-6.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

- Fundo: Biblioteca e Arquivo Público/ série: Correspondências/ofícios/ ano: 1902-1907/ Encadernação número: 05.
- Fundo: Biblioteca e Arquivo Público/ série: Ofícios/ ano: 1901, 1902, 1906, 1907, 1913, 1938, 1940, 1946, 1951, 1959, 1964, 1967, 1973, 1981, 1983, 1984, 1985/ Documentação avulsa.
- Fundo: Câmara do Senado/ série: Projetos/ ano: 1984/ número da caixa: 55.
- Fundo: Câmara dos Deputados/ série: Projetos/ ano: 1894/ número da caixa: 33.
- Fundo: Secretaria do Governo/ série: Mensagem do Governador ao Congresso Legislativo/ ano: 1895/ encadernação número 131.
- O PARÁ, 1908. Administração Sr. Augusto Montenegro governador do Estado. Oito anos de Governo (1901-1909). Paris: Chapone.
- Álbum do Pará em 1899 na administração de Sua Exma. O Sr. Dr. José Paes de Carvalho. Parte descritiva Dr. Henrique Santa Rosa e Fotografia Fidanza. Belém: Se casa publicadora, 1899.

UNIVERSITY OF FLORIDA – UNIVERSITY OF FLORIDA DIGITAL COLLECTIONS:

SITE: <http://ufdc.ufl.edu/>

- **Annaes da Biblioteca e Archivo Publico do Pará.** Tomo Primeiro. Belém: Imprensa de Alfredo Augusto Silva, 1902.
- **Annaes da Biblioteca e Archivo Publico do Pará.** Tomo Segundo. Belém: Imprensa Official, 1902.
- **Annaes da Biblioteca e Archivo Publico do Pará.** Tomo Terceiro. Belém: Typ. e Encadernação do Instituto Lauro Sodré, 1904.
- **Annaes da Biblioteca e Archivo Publico do Pará.** Tomo Quarto. Belém: Typ. e Encadernação do Instituto Lauro Sodré, 1905.

- **Annaes da Biblioteca e Archivo Publico do Pará.** Tomo Quinto. Belém: Typ. e Encadernação do Instituto Lauro Sodré, 1906.

REFERÊNCIAS

ANCONA LOPEZ, André Porto. Documento e História. In: MALERBA, Jurandir (org.). **Teoria, método e historiografia.** Campinas: Papyrus, 1996. p. 15-36.

ARRUDA, Maria Izabel Moreira. **O Arquivo Público do Estado do Pará.** 1997. Monografia (Graduação em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 1997.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivo: estudos e reflexões.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

_____. **Arquivos permanentes: tratamento documental.** Rio de Janeiro: FGV, 2005.

BRANDÃO, Joseane Paiva Macedo. Patrimônio arquitetônico e documental: referências da institucionalização da assistência em saúde na Bahia e no Brasil. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.20, n. 4, p. 1761-1766, 2013.

BRASIL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BRASIL. Lei n. 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm>. Acesso em: 21 abr. 2015.

BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (org.). **Memória e (Res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível.** Campinas: Unicamp, 2001.

CACCAVONI, Arthur. **Album descritivo Amazônico, ano II.** Gênova: Fatelli Armaninho, 1898.

CAMARGO, Célia Reis. **A construção da memória na sociedade global: identidades sociais: local x global.** 2006. Disponível em: <http://www.erevistas.csic.es/ficha_articulo.php?url=oai:ojis.cedap:article/28&oai_iden=oai_revista787>. Acesso em: 20 out. 2013.

CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas**: o imaginário da República no Brasil. Companhia das Letras: São Paulo, 1990.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução: Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade; Unesp, 2001.

COELHO, Alan Watrin. **A ciência do governar**: positivismo, evolucionismo e natureza em Lauro Sodré. 2006. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2006.

COSTA, Luciana Ferreira da; SILVA, Alan Curcino Pedreira da; RAMALHO, Francisca Arruda. Para além dos estudos de uso da informação arquivística: a questão da acessibilidade. **Ciência da Informação**, v. 39, p. 129-143, 2010.

DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo**: una impresión freudiana. Madri: Editorial Trotta S.A., 1997.

FARIAS, William Gaia. Republicanos versus Democratas: conflitos políticos no alvorecer republicano paraense. **Opsis**, v. 9, p. 37-54, 2009.

_____; ALMEIDA, Daniella Moura. A República paraense em festa. **Revista de Estudos Amazônicos**, v. 4, p. 46-62, 2009.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. O museu como patrimônio, a república como memória: arte e colecionismo em Belém do Pará (1890-1940). **Antíteses**, Londrina, v. 7, 2014.

_____. Quimera amazônica: arte, mecenato e colecionismo em Belém do Pará, 1890-1910. **Clio**, Recife, v. 28, p. 71-93, 2010. (Série História do Nordeste).

_____. Vestir a história pintura, moda e identidade nacional na Amazônia, c.1916-1923. **Histórica**, São Paulo, v. 53, p. 1-15, 2012.

_____. **Os vândalos do apocalipse e outras histórias**: arte e literatura no Pará dos anos 20. Belém: IAP, 2012.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processos**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 3. Ed. Rev. Amp. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/MINC/IPHAN, 2009.

FOUCAULT, Michael. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Gaal, 1979.

_____. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FROTA, Maria Guiomar da Cunha. Comissão Nacional da Verdade e Lei de Acesso à Informação: Informação, memória e justiça no contexto democrático pós-1988. In: MOURA, Maria Aparecida (Org.). **A Construção Social do Acesso Público à Informação no Brasil: Contexto e Historicidade e Repercussões**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 71-84.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O Patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina e CHAGAS, Mário. **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 25-33.

HEYNEMANN, C. B. Os arquivos e a História: memória de um lugar. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA, 2007, Ouro Preto. **Anais...** Ouro Preto: Universidade Federal de Ouro Preto, 2007.

_____. A História e os Arquivos: anotações à margem dos documentos. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 19 n. 1, p. 60-71, 2009. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/3313/2423>>. Acesso em: 1 nov. 2016.

HOBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1870**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOLLÓS, Adriana Lucia Cox. **Entre o passado e o futuro: limites e possibilidades da preservação documental no Arquivo Nacional do Brasil**. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Unirio, Rio de Janeiro, 2006.

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**, v. 25, n. 2, 1995. Disponível em: <www.ibict.br/cionline/include/getdoc.php?id=818&article=480&mode=pdf>. Acesso em: 1 nov. 2016.

_____. De que falamos quando falamos em políticas arquivísticas? Percepções sobre políticas arquivísticas no Poder Executivo Federal. **Ciência da Informação**, v. 42, p. 35-49, 2013.

_____. **Transparência e opacidade do estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental.** Niterói: EdUFF, 1999.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LIMA, Márcia H. T. de Figueiredo; CORDEIRO, Helena Cristina Duarte; GOMES, Claudiana Almeida de Souza. Antecedentes e Perspectivas do Direito à Informação no Brasil: a lei de acesso à informação como marco divisor. In: MOURA, Maria Aparecida (Org.). **A construção social do acesso público à informação no Brasil: contexto e historicidade e repercussões.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 47-69.

LOPES, Uberdan dos Santos. Arquivos e a organização da gestão documental. **Revista ACB**, v. 8/9, p. 113-122, 2003-2004.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. **Projeto História 17**, São Paulo, PUC-SP, n. 17, p. 63-201, 1998.

MEIRA, Márcio. Introdução. PARÁ (Estado). Secretaria de Estado de Cultura. Arquivo Público do Estado do Pará. **Anais do Arquivo Público do Pará.** Belém, tomo 1, v. 1, 1995.

MORAES, Tarcísio Cardoso. **A engenharia da história: natureza, modernidade e historiografia na Amazônia.** 2009. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2009.

NEVES, Margarida de Souza. Os Jogos da Memória. In: MATTOS, Ilmar Rohloff de (Orgs.), **Ler e escrever para Contar: documentação, historiografia e formação do historiador.** Rio de Janeiro: Acess, 1998. p. 203-220.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, p.7-28, 1993.

NUNES, Francivaldo Alves. **Sob o Signo do Moderno Cultivo: Estado Imperial e Agricultura na Amazônia.** 2011. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2011.

PARÁ. (Estado). **Álbum do Pará em 1899 na administração de Sua Exma. O Sr. Dr. José Paes de Carvalho. Parte descritiva Dr. Henrique Santa Rosa e Fotografia Fidanza.** Belém: Se casa publicadora, 1899.

PARÁ. (Estado). **O Pará, 1908, Administração Sr. Augusto Montenegro, governador do Estado. Oito anos de Governo (1901-1909)**. Paris: Chapone, 1909.

PARÁ (Estado). Secretaria de Estado de Cultura. Arquivo Público do Estado do Pará. **Anais do Arquivo Público do Pará**. Belém, tomo 1, v. 1, 1995.

PEREIRA, Rosa Claudia Cerqueira. **Percepção visual da cidade: iconografias da natureza urbana de Belém (1808 -1908)**. 2015. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. O Processo de Construção de Políticas de Informação. In: MOURA, Maria Aparecida (Org.). **A construção social do acesso público à informação no Brasil: contexto e historicidade e repercussões**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 27-46.

POMIAN, K. Do monopólio da escrita ao repertório ilimitado das fontes: um século de mutações da história. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 15-34, 2012. Disponível em: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/335>>. Acesso em: 8 nov. 2016.

_____. **Colecção**. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI. v. 1. Porto: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1984. p. 51-86. Disponível em: <[http://flanelografo.com.br/impermanencia/biblioteca/Pomian%20\(1984b\).pdf](http://flanelografo.com.br/impermanencia/biblioteca/Pomian%20(1984b).pdf)>. Acesso em: 5 dez. 2016.

PORTO, Daniela Miguéns. **História e evolução do arquivo: a exemplaridade da Torre do Tombo**. 2013. 84 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Documentais) – Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2013.

POULOT, Dominique. A razão patrimonial na Europa do século XVIII ao XXI. **Revista do Patrimônio**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Anexo,%20texto%205.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2016.

REIS, Luís. O arquivo e a Arquivística: evolução histórica. **Biblios**, ano 7, n. 24, 2006. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=16172402>>. Acesso em: 5 dez. 2016.

RICCI, Magda. Os primeiros livros didáticos republicanos de história do Pará: O patriotismo e a construção da memória. In: HENRIQUE, M.C. (Org.). **Diálogos entre História e Educação**. Belém: Editora Açai, 2014. p. 13-33.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os Fundamentos da Disciplina Arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SARGES, Maria de Nazaré. Fincando uma tradição colonial na República: Arthur Vianna e Antônio Lemos. v. 1. In: BEZERRA NETO, J.M.; GUZMÁN, D.A. (ORG.). **Terra Matura**. Belém: Paka-Tatu, 2002. p. 97-108.

_____. **Belém: riquezas produzindo a bellé époque (1870-1912)**. Belém: Paka-tatu, 2000.

_____. **Memórias do ‘velho intendente’**. Belém: Paka-tatu, 2002.

SARRAF-PACHECO, Agenor; TORII, Leonardo. Um guardião em teias: caminhos e sentidos na criação do Arquivo Público do Estado do Brasil. **Americania**, Sevilha, v. 2, p. 216-258, 2015.

SCHELLERBERG, T. R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SCHIMIDT, C. M. S. **Arquivologia e a construção de seu objeto científico: trajetórias, concepções, contextualizações**. 2012. Tese (Doutorado em Ciências da Informação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SEIDL, Carlos; PAIVA, Octaviano José de. **Almanach administrativo, mercantil, industrial e noticioso da Província do Pará para o anno de 1869**. São Luís: b. DE Mattos, Typ.; Carlos Seidl & C.a editores, 1869. Disponível em: <https://issuu.com/bibliovirtualsec/docs/almanak_do_par__para_o_anno_bissex_cf83f55d769280>. Acesso em: 3 dez. 2016.

SILVA, Armando Malheiro da. **Arquivística: Teoria e prática de uma ciência da informação**. v.1. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

_____. **Arquivo, direito e poder: para uma desconstrução construtiva**. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 2006.

SILVA, Raimundo Nonato da. **Um intrépido paraense: Veiga Cabral nos jogos políticos no Pará (1884-1905)**. 2015. 181 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

TERNES, J. A História e o Arquivo. **ArtCultura**, v. 1, p. 243, 2010.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Uma trajetória interrompida: o Arquivo Nacional na legislação republicana (1889-1937). **Revista Acervo**, v. 26, p. 59-76, 2013.

SITES PESQUISADOS

<<http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=3>>. Acesso em: 23 jul. 2015.

<<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=25>>. Acesso em: 9 fev. 2015.

<www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/lei33fin.pdf> . Acesso em: 17 jul. 2015.

.<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorios-presidentes-estados-brasileiros/720437>>. Acesso em: 17 jul. 2015.

<www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/lei33fin.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2015.